

Carolina Antunes Condé de Lima

**SETE SEMANAS EM GAZA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS  
DE BARACK OBAMA SOBRE A GUERRA DOS CINQUENTA E  
UM DIAS (2014).**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós Graduação em Relações  
Internacionais da Universidade Federal  
de Santa Catarina para a obtenção do  
Grau de mestre em Relações  
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Lucas Pereira  
Rezende

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Carolina Antunes Condé de

Sete semanas em Gaza : Uma análise dos discursos  
de Barack Obama sobre a Guerra dos Cinquenta e Um  
dias (2014) / Carolina Antunes Condé de Lima ;  
orientador, Lucas Pereira Rezende, 2017.  
156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de  
Pós-Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Islamofobia. 3.  
Orientalismo. 4. Palestina. 5. Análise de discurso.  
I. Pereira Rezende, Lucas. II. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais. III. Título.

Carolina Antunes Condé de Lima

**SETE SEMANAS EM GAZA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS  
DE BARACK OBAMA SOBRE A GUERRA DOS 51 DIAS (2014)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Florianópolis, 29 de Junho de 2017.

---

Prof.<sup>a</sup> Helton Ricardo Ouriques, Dr.  
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof. Lucas Pereira Rezende, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Guilherme Stolle Paixão e Casarões, Dr. (videoconferência)  
Faculdades Integradas Rio Branco

---

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Agradecer, para mim, significa reconhecer que algo não seria possível de ser feito sozinho, é ser grato, no sentido mais singelo da palavra, por toda ajuda que foi oferecida. Por isso, agradecer aqui é minha forma de reconhecer que todas essas páginas não são fruto apenas do meu trabalho, mas sim do de várias pessoas, das mais diferentes formas.

Àqueles que eu não posso ver, apenas sentir, minha eterna gratidão por guiarem meus passos, iluminarem meu caminho e por todo o amor e paciência a mim dedicados.

Aos mestres, doutores e professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, a alguns, agradeço por terem, quase que diariamente, me ensinado tudo aquilo que eu não quero ser. Aos demais, agradeço imensamente pelas palavras de incentivo, de carinho e por terem despertado em mim – mesmo que eu tenha demorado a perceber – minha paixão pela academia.

Sou imensamente grata aos meus amigos, todos eles. Aos que me ensinaram a amar Florianópolis e me fizeram sentir em casa, que todo o amor que vocês dividiram comigo seja retribuído em dobro por Oxalá, meu tempo na Ilha não seria o mesmo sem vocês na minha vida. Aos colegas e amigos de mestrado, obrigada por despertarem interesses e preocupações por novos temas, pelos conhecimentos compartilhados, por toda a ajuda durante esse tempo e por todos os bons momentos juntos. Aos amigos que, infelizmente, ficaram em segundo plano durante esse período, meu muito obrigada por entenderem todos os furos, desculpas e todo esse tempo de reclusão. Saibam que o apoio incondicional de vocês foi parte determinante para a manutenção da minha saúde mental durante esse período.

Meu agradecimento especial à minha amiga Juliana, por ter jogado a corda no momento mais difícil da minha vida e ter me tirado de um poço de tristeza e solidão. Não fosse todo seu apoio, seu amor e sobras de massa de bolo eu, com certeza, não teria conseguido tudo o que consegui nos últimos anos.

Agradeço a meu avô, Vergílio, sem o qual o meu mestrado não teria sido possível. Obrigada por ter feito mais do papel de patrocinador,

por ter sempre se preocupado comigo, pedindo para eu estudar menos, mesmo sabendo que tal solicitação não seria atendida.

À minha mãe, Mariangela, e meu irmão, Pedro, meu eterno agradecimento e minhas sinceras desculpas. Obrigada por sofrerem, xingarem, chorarem e comemorarem comigo em todas as etapas desse trabalho e da vida. Não existem palavras no mundo para expressar minha gratidão e meu amor por vocês.

Por fim, mas não menos importante, meu eterno agradecimento ao meu pai, Ricardo, por ter sido o responsável por inspirar em mim meu lado crítico e me ensinar a não me calar diante das injustiças do mundo. Saudades eternas.

*Entre lo que pienso,  
Lo que quiero decir,  
Lo que creo decir,  
Lo que digo,  
Lo que quieres oír,  
Lo que oyes,  
Lo que crees entender,  
Lo que quieres entender,  
Lo que entiendes,  
Existen nueve posibilidades de no entenderse.  
(Alejandro Jodoroesky).*





## RESUMO

A pesquisa aqui apresentada busca analisar os discursos do ex-presidente dos EUA, Barack Obama, sobre os acontecimentos da Guerra dos 51 dias, ocorrida na Faixa Gaza entre os meses de julho e agosto de 2014. Para tanto, foram apresentadas as discussões a respeito da escola inglesa da análise de discurso, a partir da perspectiva da Análise Crítica de Discurso de Norman Fairclough e sobre o construtivo das relações internacionais. A partir dessas, pode-se chegar a conclusão de que a linguagem, na forma de discurso, tem papel importante para a construção do mundo, seja pelo estabelecimento de regras, convenções e regimes, ou para a manutenção de ideologias. Nesse sentido, tem-se que o orientalismo e a islamofobia são frutos de um discurso quase milenar de medo e preconceito contra o árabe muçulmano, impactando diretamente no Oriente Próximo e na população árabe muçulmana da região e naqueles que estão espalhados pelo mundo. Para descobrir quais as consequências que o discurso orientalista/islamofóbico tem, a metodologia da Análise Crítica de Discurso foi utilizada para analisar os discursos de Barack Obama no contexto da guerra na Faixa de Gaza em 2014 a fim de identificar elementos islamofóbicos no discurso do ex-presidente.

**Palavras chave:** Análise de discurso, Orientalismo, Islamofobia, Faixa de Gaza, Guerra dos 51 dias.

## **ABSTRACT**

The research here presented analyzes the speeches of former President Barack Obama on the events of the 51-day War that took place in the Gaza Strip between July and August 2014. For the analysis, the discussion of the English School of discourse analysis was presented from the perspective of Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis in addition to the constructive theory of international relations. From these, one can arrive at the conclusion that language, in the form of discourse, plays an important role for the construction of the world, either by the establishment of rules, conventions and regimes, or for the maintenance of ideologies. In this sense, it has been that Orientalism and Islamophobia are the result of an almost millennial discourse of fear and prejudice against Arabs Muslims, directly impacting the Middle East and the Arab Muslim population of the region and those that are scattered around the world. In order to discover the consequences of the Orientalist/Islamophobic discourse, the methodology of Critical Discourse Analysis was used to analyze Barack Obama's speeches in the context of the war in the Gaza Strip in 2014 in order to identify Islamophobic elements in the former President's speeches.

**Key words:** Discourse analysis, Orientalism, Islamophobia, Gaza Strip, 51 day war.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACD – Análise Crítica de Discurso

AD – Análise de Discurso

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CIJ – Corte Internacional de Justiça

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

MR – *Member Resource*

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – relações internacionais

SI – Sistema Internacional

UE – União Europeia



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. O MUNDO QUE NÓS FAZEMOS: A ANÁLISE DE DISCURSO E O CONSTRUTIVISMO .....	12
2.1 A ANÁLISE DE DISCURSO E O MUNDO QUE FAZEMOS .....	13
2.2 A ANÁLISE DE DISCURSO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	35
3. DO ORIENTALISMO À ISLAMOFOBIA .....	46
3.1 AS RAÍZES DO ORIENTALISMO .....	52
3.2 O ORIENTALISMO NA HISTÓRIA MODERNA .....	56
3.3 A NOVA FASE DO ORIENTALISMO: A ISLAMOFOBIA NO SÉCULO XXI .....	72
4. SETE SEMANAS EM GAZA: DA FORMAÇÃO DO ESTADO PALESTINO À GUERRA DOS 51 DIAS .....	82
4.1 AS ORIGENS DA QUESTÃO PALESTINA .....	82
4.2 O CONTEXTO DA GUERRA DOS 51 DIAS .....	91
4.3 A GUERRA DOS CINQUENTA E UM DIAS .....	95
5. A GUERRA DOS 51 DIAS NOS DISCURSOS DE BARACK HUSSEIN OBAMA .....	108
5.1 PERFIL DE OBAMA .....	108
5.2 A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA PARA O ORIENTE PRÓXIMO .....	114

5.3 UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE BARACK OBAMA SOBRE A GUERRA DOS 51 DIAS .....	119
5.4 A ISLAMOFOBIA NO DISCURSO DE OBAMA ....	132
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
7. REFERÊNCIAS .....	148

## 1. INTRODUÇÃO

Quando se fala de Palestina, é comum usar o argumento da relação EUA-Israel como variável explicativa dos eventos que ali acontecem – o livro de Mearsheimer & Walt (2007), por exemplo, explora bastante essa relação. Em contrapartida, é crescente o número de acadêmicos que buscam explorar a questão da Palestina a partir de outros prismas – entre eles, estão Blumenthal (2014, 2015), Buttu (2014), Chomsky (2013), Filiu (2014), Finkelstein (2011, 2015), Pappé (2006; 2010; 2011), e outros.

Em consonância com essa nova abordagem, esta pesquisa foi desenhada de forma a buscar analisar os acontecimentos relacionados à Palestina a partir da ótica da tradição orientalista/islamofóbica. Para isso, partiu-se de duas hipóteses de trabalho. A primeira é que a islamofobia é uma consequência das ideias colocadas pela chamada tradição orientalista, ou seja, a islamofobia não é um mal do século, mas sim o produto de uma construção histórica. A segunda é que o discurso islamofóbico aparece quando não deveria aparecer colocando o islã como causa e não como contexto de conflitos, inviabilizando uma abordagem crítica e imparcial dos fatos. Neste caso, como forma de delimitar o escopo da pesquisa, optou-se pelos discursos do ex-presidente dos EUA, Barack Obama, a respeito da Guerra dos 51 dias em Gaza no ano de 2014.

Para cumprir com o proposto, o capítulo 2 apresenta a análise de discurso e a teoria construtivista das relações internacionais, que serão utilizadas, respectivamente, como método de pesquisa e base teórica. O estudo da linguagem, que teve início na década de 1970 após a chamada virada linguística, inseriu uma dicotomia nas ciências sociais e na filosofia, uma vez que esse tipo de estudo faz pensar como se dá a relação entre as ideias e a realidade, estabelecendo uma disputa entre aqueles que acreditam que as ideias são consequências de experiências sensoriais, e os que entendem que as experiências empíricas conformam as ideias. Independentemente de qual posição seja tomada, a linguagem é importante e é, na verdade, a forma pela qual as ideias se apresentam para os demais (GRACIA, 2004). A relação com o construtivismo se dá pelo argumento de que seres humanos são seres sociais e as relações entre os mesmos – e entre agentes – constroem as pessoas no que elas são, assim como também concebem o mundo a partir do que fazemos

uns com os outros e dizendo o que dizemos uns aos outros (ONUF, 1998).

Tendo isso em mente, pode-se afirmar que a linguagem tem o papel de instrumento ativo na produção e construção dos fenômenos que as ciências sociais e a filosofia buscam analisar, impossibilitando que sua análise seja esquecida nos estudos dessas áreas (GRACIA, 2004). Uma vez que a linguagem passa a ser entendida como atuante direta na constituição da realidade, passa-se a esperar a sua incidência sobre “a conformação e o desenvolvimento das relações sociais e das práticas sociais” (GRACIA, 2004, p. 41), tornando-a uma forma de ação sobre os demais.

Ao entender o uso da linguagem na forma de discurso como uma prática social determinada por estruturas sociais, é possível dizer que: a) a linguagem é parte da sociedade e não externa a ela; b) a linguagem é um processo social; c) a linguagem é um processo condicionado social e historicamente. Logo, não há uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas sim uma relação interna e de dualidade estrutural, na qual “a ordem macrossocial é, antes de tudo, uma ordem de representação, ou seja, a soma de referências presentes e extraídas de microssituações” (IÑIGUEZ, 2004, pp. 150-1).

A partir dessa perspectiva, a proposta dessa pesquisa é tomar o orientalismo e a islamofobia como uma construção discursiva que usou como referência situações extraídas de microssituações e moralmente interpretadas que se mantiveram e se perpetuaram, que datam ainda do século XI e da história das Cruzadas, conforme será demonstrado no capítulo 3. A separação do mundo em dois grandes polos, Oriente e Ocidente, resultou também na divisão de seus povos e na caracterização dos mesmos a partir de sua localização geográfica e de sua religião. Mais do que isso, desde o estabelecimento de ideias orientalistas, também se criou uma “ideologia dominante [que se apresenta como um] quadro superestrutural – ideias, teorias, mitos, crenças – que, ao nível da superestrutura explícita e também implícita, fornece a justificativa, tanto racional como emocional, da ordem política, isto é, do modo de sustentação social” (ABDEL-MALEK, 1975, p. 25).

Ao longo dos séculos, mas principalmente do século XX, a formulação da ideia do muçulmano passou “por transformações em função dos acontecimentos mundiais, e o árabe [foi] sendo visto como acomodado às transformações e reduções [pelo Ocidente] – todas de um



tipo simplesmente tendencioso – que lhes são impostas de um modo contínuo” (SAID, 2007, p. 308). No pós Segunda Guerra Mundial, o muçulmano se transformou no “terrorista antiocidental e antisemita que não [permitia] a construção de um Estado destino àqueles que foram perseguidos por um regime extremista” (LITTLE, 2008, p. 4). Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, passa-se de “um estereótipo vagamente delineado com um nômade montado num camelo a uma caricatura aceita como a encarnação da incompetência e da fácil derrota” (SAID, 2007, p. 309); para, em 1973, transformar-se no sequestrador das liberdades do mundo ocidental durante a Primeira Crise do Petróleo (SAID, 2007).

Sendo assim, pode-se sugerir que os primeiros estudos sobre o Oriente, nos quais ocidentais falavam sobre a região a partir de interpretações de textos ou de expedições que apresentavam representações previamente enviesadas sobre o Oriente (LITTLE, 2008). Em função disso, a pesquisa buscou demonstrar que desde o século XI a construção do conceito de Oriente é apenas uma representação seletiva daquilo que os orientalistas queriam ver. Essa representação, contudo, acabou se tornando regra e nunca foi contestada - regras e convenções cheias de estigmas e preconceitos contra o árabe foram instituídas e perpetuadas sem muitos questionamentos.

O século XXI, num contexto do pós-atentados de 11 de setembro de 2001, assistiu a renovação do discurso orientalista, mas dessa vez esse discurso assumiu uma faceta muito mais popular, saindo apenas do campo político-acadêmico, o que contribuiu para o aumento da violência contra muçulmanos em várias partes do mundo (ESPOSITO, 2011). A islamofobia é um mal do início do século XXI e ganha força graças aos discursos feitos na mídia e por políticos, mas também tem como parte de sua essência ideias e concepções de mundo que são fruto de construções históricas. A importância dos ataques é que eles foram interpretados e tratados como uma tentativa de destruir os princípios estadunidenses e ocidentais de liberdade e de civilização e o inimigo foi reconstruído utilizando-se dos estereótipos presentes na consciência ocidental sobre o árabe muçulmano que data da primeira Cruzada (LEITE, 2013).

É nesse contexto que entre julho e agosto de 2014, a Faixa de Gaza viveu sua décima segunda guerra em pouco mais de cem anos. A Guerra dos 51 dias em Gaza, chamada de Operação Margem Protetora pelos israelenses, é considerada a mais mortal e destrutiva ofensiva

israelense desde 1967, tendo mais de dois mil mortos do lado palestino, além da destruição de infraestrutura ao longo de todo o território. Uma vez que existe uma necessidade de incorporar ao discurso os falantes - e, assim, seus pontos de vista, atitudes, valores e objetivos -, visto que estes são os responsáveis pela construção limitada e específica dos acontecimentos, das relações sociais de si mesmos e dos demais (ROJO, 2004), serão analisados no capítulo 4 os discursos do ex-presidente dos EUA, Barack Hussein Obama, sobre o episódio. Para tanto, primeiro, foi feita uma breve apresentação de sua vida até assumir a presidência em 2009 para, depois, ser realizada a análise dos discursos de Obama sobre a Guerra dos 51 dias na Faixa de Gaza em busca de elementos islamofóbicos.

Ao ter esses aspectos em mente, entende-se que o objetivo central do estudo de um discurso é “explorar o poder gerador do discurso como uma prática que não designa os objetos a que se refere, mas também os constitui” (ROJO, 2004, p. 210). Sendo assim, os objetivos do trabalho são: fornecer uma abordagem alternativa para a questão da palestina e demonstrar a evolução do orientalismo para islamofobia; mas, principalmente, demonstrar se os discursos do Obama sobre a Guerra dos 51 dias podem ser caracterizados como islamofóbicos. Para tanto, buscou-se identificar elementos que caracterizam a islamofobia, como a relação direta do indivíduo com a religião, ou associação de ações e comportamentos à religião e à origem dos perpetradores, e, mais recentemente, a associação direta do islã com o terrorismo, e que contribuem para a manutenção das relações do poder entre Ocidente e Oriente. Em função disso, a Análise Crítica de Discurso foi, portanto, utilizada como método para analisar questões sociais de forma a tentar identificar qual o papel do discurso tanto na manutenção quanto em uma tentativa de mudanças estruturais e sociais. Dentro desse contexto, os discursos devem ser vistos como parte de uma estratégia que tem objetivos muito bem delimitados e ideologicamente fundamentados. Para tanto, se constrói imagens a partir do apego a elementos ideológicos já enraizados nas sociedades e são esses elementos, representados por palavras, construções gramaticas e estratégias de discurso que serão analisados.

## 2. O MUNDO QUE NÓS FAZEMOS: A ANÁLISE DE DISCURSO E O CONSTRUTIVISMO

### *Introdução*

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por mudanças na filosofia e nas ciências humanas e sociais que geraram maior atenção ao papel desempenhado pela linguagem. Essa mudança é chamada de virada linguística, a qual, desde então, proporcionou transformações nas concepções de mundo e na maneira de se interpretar as ciências humanas, sociais e a filosofia (GRACIA, 2004). Ao colocar a linguagem como foco da análise, tem-se que ela é uma parte irredutível da vida social, dialeticamente conectada com outros elementos da vida em sociedade, tornando o foco na linguagem uma maneira de se realizar pesquisa nas ciências humanas (FAIRCLOUGH, 2003). Sendo assim, pode-se dizer que a linguagem

contribuiu para que fossem esboçados novos conceitos sobre a natureza do conhecimento, seja ele o do sentido comum ou científico, para permitir que surgissem novos significados para aquilo que se costuma entender pelo termo ‘realidade’ – tanto ‘social’ ou ‘cultural’ quanto ‘natural’ ou ‘física’ – e a desenhar novas modalidades de investigação proporcionando outro contexto histórico e outros enfoques metodológicos (GRACIA, 2004, p. 19-20).

É em consonância a esse questionamento da lógica de análise das ciências sociais e filosofia que a análise construtivista toma forma nas relações internacionais (RI). O primeiro uso do termo *construtivismo* dentro das RI data de 1989, quando Onuf, em *World of Our Making*, estabeleceu que a relação de construção entre indivíduo-sociedade é uma via de mão dupla, ou seja, o construtivismo pode ser entendido pelo argumento de que seres humanos são seres sociais e as relações entre os mesmos – e entre agentes – constroem as pessoas no que elas são, assim como também constroem o mundo a partir do que fazemos uns com os outros e dizendo o que dizemos uns aos outros (ONUF, 1998). Logo, o discurso é parte intrínseca do mundo que construímos.

Para demonstrar a maneira como o discurso é determinante na construção social do mundo, o capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, foi apresentada discussão da análise de discurso, como foco na análise linguística de Norman Fairclough (1989, 1993, 2003) da Análise Crítica de Discurso (ACD). Na segunda parte foi demonstrado como a ACD se relaciona com a análise construtivista das relações internacionais.

## 2.1 A ANÁLISE DE DISCURSO E O MUNDO QUE FAZEMOS

O estudo da linguagem e sua capacidade de desenhar contextos históricos e enfoques metodológicos se dá porque a linguagem é o instrumento utilizado para dar forma a ideias (GRACIA, 2004). É a partir da linguagem que textos moldam (ou mudam) o conhecimento, crenças, atitudes e valores, ou seja, a linguagem por meio dos textos é responsável por estabelecer relações sociais no mundo material. Dessa forma, tem-se que a linguagem, primeiramente por textos e posteriormente em sua forma discursiva, é, em parte, construtora da realidade social (FAIRCLOUGH, 2003). Nas palavras de Gracia (2004, p. 27) “são nossas palavras que se correspondem com os objetos do mundo” e nossos discursos são reflexos de nossas ideias, concepções de mundo e da ideologia<sup>1</sup> que as rege.

A linguagem não é um simples veículo para expressar nossas ideias, nem uma simples roupa para vestir nosso pensamento quando o manifestamos publicamente. Ela é a própria condição de nosso pensamento e, para entender esse último, temos que nos concentrar nas características da linguagem em vez de contemplar o suposto mundo interior de nossas ideias. Nosso conhecimento do mundo não se

---

<sup>1</sup> Uma vez que a ideia do trabalho é analisar ideologia contida em discursos, a definição de ideologia que aqui será utilizada é a dada por Fairclough (1989). De acordo com o autor “ideologia é uma modalidade de poder, são representações de aspectos do mundo as quais podem contribuir para estabelecer, manter ou transformar relações sociais de poder, dominação e exploração” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 2, tradução nossa).

radica nas ideias que dele fazemos, ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo (...) a linguagem faz muito mais do que representar o mundo porque é basicamente um instrumento para ‘fazer coisas’. *A linguagem não só ‘faz pensamentos’ como ‘faz realidades’* (GRACIA, 2004, p. 33, grifo nosso).

Ao entendermos a linguagem dessa forma, temos que a palavra deixa de ser um agente descritivo para ser um agente acionário. A ação que a palavra exerce não se dá apenas nos objetos, mas também nas relações sociais entre indivíduos. Dessa forma, é de se esperar que a linguagem também reflita o desenvolvimento das relações e práticas sociais e a submissão às mesmas. Sendo assim, se a linguagem expressa concepções de mundo conforme determinadas ideologias seria errado afirmar que a mesma descreve o mundo tal como ele é. Na verdade, *a linguagem e os discursos descrevem o mundo tal quais as relações de poder estão estruturadas* (FAIRCLOUGH, 2003, GRACIA, 2004).

O exercício de poder na sociedade moderna também é alcançado por meio do exercício da ideologia, mais especificamente a partir do uso ideológico da linguagem, principal instrumento de construção de consenso (FAIRCLOUGH, 2003). É importante identificar o papel que a ideologia exerce porque dessa forma pode-se demonstrar qual a real dimensão da relação linguagem-suposições de senso comum e como essas suposições podem ser ideologicamente criadas pelas relações de poder. Para melhor entender essa relação entre ideologia – discurso – relações sociais, será feito uso da Análise Crítica de Discurso (ACD), escola inaugurada na década de 1970 por Norman Fairclough e que tem como objetivo “analisar interações sociais de forma a focar nos elementos linguísticos, os quais, geralmente, demonstram determinantes no sistema de relações sociais, assim como também os efeitos subentendidos que podem gerar sobre aquele sistema” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 5, tradução nossa)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> No original: “analyses social interactions in a way which focuses upon their linguistic elements, and which sets out to show up their generally hidden

Visto que a ACD será utilizada, faz-se necessário apresentar algumas de suas características. A primeira delas é que o lugar da linguagem na sociedade está diretamente relacionado com questões de disputa de poder que, por sua vez, está ligado às suas propriedades ideológicas. A segunda prerrogativa coloca que questões sociais determinam as propriedades do discurso, ou seja, a forma como os indivíduos interpretam os discursos varia de acordo com aquilo que acreditam, ou seja, de acordo com a ideologia que os rege. Por fim, a ACD entende linguagem como discurso, ou seja, *a linguagem é uma forma de prática social*. Dessa forma, temos que o discurso é uma prática social e também que a linguagem varia de acordo com a identidade que os indivíduos assumem nas interações sociais, nos propósitos por eles definidos e nas definições sociais.

[Linguagem como forma de prática social significa,] em primeiro lugar, que a linguagem é parte da sociedade e não externa a ela. Em segundo lugar que a linguagem é um processo social, e, em terceiro lugar, que a linguagem é um processo socialmente condicionado, isto é, condicionado por outras partes da sociedade (não linguísticas) (...) Não há uma relação exterior entre linguagem e sociedade, mas sim uma relação interna e dialética. A linguagem é parte da sociedade, fenômenos linguísticos *são* fenômenos sociais de um tipo especial e fenômenos sociais *são* (em parte) fenômenos linguísticos (FAIRCLOUGH, 1989, p. 22-3, grifos do autor, tradução nossa)<sup>3</sup>.

---

determinants in the system of social relationships, as well as hidden effects they may have upon that system”.

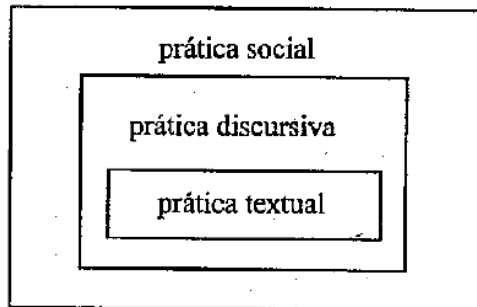
<sup>3</sup> No original: “Firstly, that language is a part of society, and not somehow external to it. Secondly, that language is a social process. And thirdly, that language is a socially conditioned process, conditioned that is by other (non-linguistic) parts of society (...) there is not an external relationship ‘between’ language and society, but an internal and dialectical relationship. Language is a part of society; linguistic phenomena *are* social phenomena of a special sort, and social phenome *are* (in part) linguistic phenomena”.

A ACD, dessa forma, pode ser entendida não apenas como uma modalidade de Análise de Discurso (AD), mas também como uma nova maneira de abordar discursos, na qual a teoria se transforma em ferramenta que permite novas interpretações e enfoques e permite ao analista se transformar em autor, graças ao envolvimento do mesmo com seu objeto de estudo. Isso tudo pressupõe a adoção de uma postura mais questionadora e problematizada, possibilitando o surgimento de novas perspectivas e novos objetos de estudo (IÑIGUEZ, 2004).

A ACD dá ênfase ao estudo de ações sociais que são postas em prática por meio do discurso, como abuso de poder, controle social, dominação, desigualdades sociais, marginalização e a exclusão social. A ACD é, portanto, mais do que uma análise, é uma crítica às relações de poder da sociedade (IÑIGUEZ, 2004, p. 118).

Antes de estender a discussão a respeito da ACD e suas representações ideológicas e de relações de poder, faz-se necessário apresentar elementos de análise que precedem essa discussão. O primeiro deles é o entendimento da análise de discurso como uma análise tridimensional, conforme figura abaixo.

**Figura 1 – Visão tridimensional do discurso**



Fonte: ROJO, 2004, p. 212

Essa visão tridimensional da AD objetiva entender o poder de designar e de construir dos discursos. Para melhor compreender o processo, faz-se necessário analisar cada uma das dimensões separadamente, começando pelo nível micro da prática textual. A análise de discurso como prática textual é o estudo semântico e gramatical do texto. Além disso, contudo, faz-se necessário pontuar a existência de um agente, que além de produtor de texto, tem suas próprias ideias e interpretações do objeto sobre o qual discursa (ROJO, 2004).

Por sua vez, o discurso como prática discursiva

se enquadra em uma situação, em um tempo e espaço determinados e, por esse motivo, o termo discurso nos refere também a uma prática discursiva que permite a realização de outras práticas sociais (julgar, classificar, informar). Essa compreensão do discurso explica a relação que existe entre o texto e seu contexto. Pois, embora o discurso se adapte e se submeta à regulação da ação social e aos imperativos de um tempo e de um espaço social determinados, simultaneamente, ele não só estrutura a ação social e lhe dá significado, como produz e reproduz – mas também modifica – aqueles contextos sociais nos quais surge, assim como atores sociais e suas relações (...) o estudo tem como objetivo a seleção dos elementos linguísticos ou discursivos, como o registro, o dialeto social, o gênero; e dos componentes comunicativos em função da situação comunicativa e de como essa se regula socialmente (ROJO, 2004, p. 214).

Por fim, o discurso como prática social refere-se à relação dialética existente entre estruturas e relações sociais, que ao mesmo tempo em que configuram o discurso, por eles são influenciadas. O discurso como prática social, portanto, tem origem e efeitos sociais, além de dimensões reprodutivas e construtivas. Nesse caso, o foco da análise deve ser a recepção e propagação do discurso em função do contexto sociopolítico, de forma a considerar as consequências sociais e



políticas das ideologias e representações que são emanadas dos discursos (ROJO, 2004).

Essas várias dimensões de discurso não são dissociáveis, visto que os elementos de cada dimensão são necessários para a realização de tarefas, para exercer influência sobre a sociedade e, principalmente, para criar uma representação específica dos acontecimentos. Essa será determinante no papel de reforçar ou questionar determinadas ideologias e ordens sociais, capazes de prejudicar ou contribuir para os interesses de determinados grupos (ROJO, 2004).

Logo, é a partir dessa concepção tridimensional do discurso que a ACD estabelece seus objetivos. Trata-se não apenas de compreender o papel dos aspectos linguísticos e do próprio processo comunicativo em um determinado tempo e espaço, mas também de compreender quais as consequências dos mesmos. Busca-se estudar o papel do discurso na disseminação e legitimação de ideologias, valores e doutrinas, que acabam por determinar o que é normal ou essencial no momento de definir grupos sociais (ROJO, 2004)<sup>4</sup>.

Essas três dimensões são essenciais no processo que Fairclough (1989) chama de *fazer sentido*. Contudo, tal processo depende não apenas do que está explícito em um texto, mas também do que está implícito. Ou seja, pressupõe-se que “o que é ‘dito’ em um texto está sempre fundamentado sobre premissas não ditas, de modo que parte da análise de um texto é tentar identificar o que é pressuposto” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 11, tradução nossa)<sup>5</sup>. A esses pressupostos e não ditos se dá o nome de intertextualidade (ORLANDI, 2009; FAIRCLOUGH, 1989; 2003; PÊCHEUX, 1993).

Além da intertextualidade, ao se analisar um texto, também é necessário problematizar o uso das formas linguísticas do mesmo. O uso

---

<sup>4</sup> Com isso, pode-se afirmar que os discursos, na sua função de agente social, são parcialmente responsáveis pela marginalização de grupos minoritários, ao demandar, por exemplo, o uso de linguagem formal para conseguir um emprego. Consequentemente, o discurso exerce papel importante também na manutenção das desigualdades sociais. Por fim, o discurso é igualmente responsável pela construção de identidades ao apresentar indivíduos como “não-sujeitos, privados de toda agência, de toda vontade e poder de decisão” (ROJO, 2004, p. 217).

<sup>5</sup> No original: “What is ‘said’ in a text always rests upon ‘unsaid’ assumptions, so part of the analysis of texts is trying to identify what is assumed”.

de artifícios de linguagem é feito de maneira consciente por atores e agentes que influenciam na comunicação e na disseminação de ideias. Um dos processos mais comuns, por exemplo, é o de nominalização, ou a substituição de verbos por pronomes. Esse processo é seguido pelo uso de verbos e de adjetivos na forma passiva; como resultado, os sujeitos das ações também são passivos, fazendo da ação uma entidade por si só. Dessa forma, mascara-se a responsabilidade dos sujeitos das ações (FAIRCLOUGH, 1989).

A estrutura gramatical dos discursos é importante para a ACD porque, assim como o uso do vocabulário e dos artifícios de linguagem são escolhas racionais, os processos gramaticais também podem ser ideologicamente significantes. São três os principais tipos de processos: ações, eventos e atribuições. Uma ação envolve dois participantes, um agente e um paciente; um evento envolve um único sujeito, que pode ser animado ou não e atribuições também envolvem apenas um sujeito, mas a oração é formada por verbo seguido de adjetivo<sup>6</sup>. A escolha de representação do sujeito pode ser, portanto, uma escolha ideológica, visto que dependendo da escolha da estrutura gramatical ele será ou o autor de uma ação, ou quem a recebeu ou, ainda mesmo, lhe será dado uma valoração moral (FAIRCLOUGH, 1989).

É importante ter em mente que as estruturas formais que são encontradas em textos específicos são produtos de escolhas racionalmente feitas. Dessa forma, ao se analisar um texto é importante focar tanto no vocabulário utilizado para passar informações, como em quais são essas informações e quais estruturas discursivas são utilizadas. Ao escolher as palavras que formam um texto, o autor cria uma situação ambígua porque ao mesmo tempo em que a escolha das palavras depende das relações sociais entre os participantes, essas escolhas também ajudam a criá-la. Ou seja, a escolha das palavras nos diz não

---

<sup>6</sup> O autor exemplifica os processos da seguinte forma: “The ideological possibilities of the choice between process types are shown by some examples: representing the death of Nicaraguan peasants as an action with responsible agents, an event, or an attributed state, are choices with clear significance; similarly the representation of the burning of South African townships as an event or an action on the part of agents. Such choices to highlight or background agency may be consistent, automatic and commonsensical, and therefore ideological; or they may be conscious hedging or deception” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 122).

apenas sobre o autor, mas também sobre sua audiência. Consequentemente, discursos racistas, por exemplo, são feitos por um autor racista para uma plateia que compartilha das mesmas ideias (FAIRCLOUGH, 1989).

O vocabulário utilizado para a produção textual é indicador da ideologia ali utilizada para representar o mundo. Para tanto, alguns processos linguísticos são fundamentais, como a reformulação<sup>7</sup> e os esquemas de classificação. Reformulação é a substituição consciente de expressões que não são sinônimas, enquanto que esquemas de classificação é uma maneira de dividir aspectos da realidade, baseado numa representação ideológica da mesma, de modo que a estrutura do vocabulário é ideologicamente fundamentada. Uma das ferramentas dos esquemas de classificação é a utilização de vários sinônimos para explicar algo, o que demonstra preocupação em manter alguns aspectos da realidade, indicando ser esta uma questão de disputa ideológica (FAIRCLOUGH, 1989).

Outro artifício de linguagem bastante utilizado são as metáforas, ou a representação de determinados aspectos em termos de outros. O uso de metáforas nos discursos tem papel importante por aproximar temas distantes da sociedade aos seus indivíduos, se tornando chaves de aspectos do entendimento da condição humana por si e sua relação com o mundo. Um exemplo bastante comum é o uso de metáforas de doenças ao se tratar de problemas sociais. O uso da associação ao câncer, por exemplo, com problemas sociais, passa uma mensagem bastante clara: não se negocia com a doença, elimina-a (FAIRCLOUGH, 1989, 2003; ONUF, 2010).

Mas mais do que apenas a representação de aspectos por outros termos, as metáforas também são conceitos em construção, enquanto os conceitos, por sua vez, são metáforas que já foram naturalizadas<sup>8</sup> e não são mais reconhecidas como tais (ONU, 2010). Dessa forma, as metáforas acabam sendo atos de predicação e persuasão, sendo que “a partir da predicação, novos conceitos adquirem nomes que já estão em

---

<sup>7</sup> Do original *rewording*.

<sup>8</sup> De acordo com Onuf (2010, p. 46), “the term naturalization suggests that the metaphor in question seems natural to its users—given by nature, rather than by human artifice”.

uso, e eles dão seus nomes para conceitos ainda mais novos”<sup>9</sup> (ONUF, 2010, p. 40, tradução nossa)<sup>10</sup>. Ou seja,

Os novos nomes funcionam da mesma forma que as metáforas e, por isso, têm o mesmo efeito que as extensões metafóricas. Enquanto encontramos ocasiões para inventar novas palavras para novos conceitos, mais frequentemente nós emprestamos nomes que já estão em uso e os colocamos para serem usados de outra forma. Entendo que façamos isso porque é fácil – há sempre um inventário de nomes à disposição – e *porque o que entendemos ser novo na verdade nos lembra coisas familiares*. Esse também é o caso das coisas que pensamos ser novas, mas não o são, já nomeadas elas são renomeadas” (ONUF, 2010, p. 41, grifo nosso, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Os novos conceitos são, portanto, metáforas que foram generalizadas, naturalizadas e convencionadas como a verdade para toda uma sociedade, como consequência da repetição dessas ideias. Esse processo tem como produto direto a normatização desses conceitos. Por fim, a durabilidade das metáforas e dos conceitos tem relação direta com a percepção histórica dos indivíduos, ou seja, quanto mais longo for um conceito mais ele representa a maneira como os indivíduos lidam, direta e indiretamente, com o mundo (ONUF, 2010).

---

<sup>9</sup> Onuf (2010) chama esse processo de extensão metafórica.

<sup>10</sup> No original: “Through predication, new concepts acquire names already in use, and they give their names to yet newer concepts. I would call this process metaphorical extension”.

<sup>11</sup> No original: “The new name works the way a metaphor does and therefore has the same effect as metaphorical extension. While we do find occasion to invent new names for new concepts, we more frequently borrow names already in use and put them to a new use. I suggest we do this because it is easy—there is always an inventory of names at hand—and because what we take to be new nevertheless reminds us of familiar things. It is also frequently the case that things we take to be new are not. Already named, they end up renamed”.

Essa representação possibilita que os objetivos de análise da ACD sejam alcançados, Isso acontece porque, dessa forma, torna-se possível identificar elementos que indiquem a polarização entre grupos sociais (nós<sup>12</sup> vs. eles), como se dá a representação de processos e a quem se atribuem responsabilidades; como é feita a argumentação a fim de persuadir indivíduos; e como é feita a legitimação e deslegitimação dos aspectos envolvidos (ONUF, 2010). Para tanto, se faz uso de estratégias discursivas distintas.

Essas estratégias discursivas são, de acordo com Rojo (2004), classificadas das seguintes formas: a estratégia de referência e nomeação, as estratégias predicativas e as imagens simplificadoras de ‘eles’, e a estratégia de representação dos atores sociais através de suas ações. A ‘estratégia de referência e nomeação’ parte do princípio que as palavras podem ser usadas para unir e separar e de que “nós, os seres humanos, organizamos a percepção do mundo que nos rodeia por meio de categorias” (ROJO, 2004, p. 225). As palavras têm, portanto, significados denotativos e conotativos evocando e enfatizando muito mais as diferenças do que as semelhanças e, conseqüentemente criam divisões que separam *nós* e *eles*. As distinções são feitas a partir de duas formas de designar quem são *eles*. A primeira delas é a utilização de *formas que separam*, ou seja, palavras que marcam diferenças. A segunda delas são as *formas que unem*, ou seja, o uso de termos que generalizam características, retirando qualquer individualidade daqueles que foram colocados dentro de um grupo.

As chamadas *estratégias predicativas e as imagens simplificadoras de eles*, por sua vez, são as atribuições estereotipadas e valorativas de traços positivos e negativos, a partir da interpretação de atributos (adjetivos) e de ações (descrição das ações e atribuições de papéis semânticos). De acordo com Rojo (2004), “*uma das características que mais se enfatiza no momento de designar o exogrupo é a origem étnica ou geográfica*” (p. 229, grifo nosso). Isso resulta em uma imagem reduzida e estereotipada de grupos inteiros. A escolha por categorizar grupos étnicos e indivíduos por apenas alguns aspectos, homogeneizando-os e universalizando-os “produz um

---

<sup>12</sup> De acordo com o autor, “one aspect of this reduction is that it serves corporate ideologies which stress the unity of a people at the expense of recognition of division of interests” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 128).

distanciamento entre ‘nós’ e ‘eles’ que facilmente pode transformar-se em repúdio” (ROJO, 2004, p. 232).

Por fim, a estratégia de ‘representação dos atores sociais através de suas ações’ é outra forma de atribuir determinadas características a grupos e indivíduos. Nesse caso, atribui-se determinadas ações a um determinado grupo e se parcializa e se relativiza a maneira pela qual tais ações são retratadas. A partir disso, constrói-se a representação do endo e do exogrupo. Existe uma tendência à associação de ações negativas ao exogrupo e, nesse caso, sempre como este na condição de agentes, enquanto que quando algo é feito contra o exogrupo, eles se tornam sujeitos passivos da oração (ROJO, 2004). A manipulação dos papéis semânticos é ferramenta importante na maneira como esses exogrupos são apresentados e incluídos na sociedade, podendo gerar aceitação ou repúdio.

O sucesso dessas estratégias discursivas só é possível porque a) existem aspectos que lhes confirmam legalidade; b) para tanto, é necessário construir uma versão crível que crie uma imagem negativa do exogrupo que justifique uma ação legal; e c) se legitime o próprio discurso e se deslegitime o discurso do outro. Para isso, faz-se uso de três procedimentos: 1) ênfase nas diferenças de poder, status e autoridade; 2) apresentação do próprio discurso como um reflexo da realidade; 3) uso de jargões e registros linguísticos (ROJO, 2004).

Esses discursos incidem, por sua vez, sobre os mesmos aspectos que desempenharam um papel relevante em sua produção, podendo assim reproduzir, reformar ou questionar a ordem social e as representações e valores dominantes. Assim, esses discursos que se originam na sociedade têm, por sua vez, consequências sociais, podendo contribuir, como no caso examinado<sup>13</sup>, para perpetuar situações sociais que são discriminatórias ou negativas para determinados grupos. Com efeito, as consequências do contraste de ações e de agentes que vimos, entre o "nós" e o "eles",

---

<sup>13</sup> A autora faz um estudo de caso de discursos xenófobos no parlamento espanhol.

vão mais além da criação de imagens distintas. Elas projetam uma visão da sociedade polarizada e em permanente conflito, o que fomenta uma experiência negativa da diversidade e da convivência com pessoas procedentes de outros lugares. Esse contraste envolve, além disso, uma cadeia de simplificadores: eles/as aparecem frequentemente como um coletivo homogêneo ("todos são iguais") associado à delinquência, violento, não racional, e que, em determinadas ocasiões, busca aproveitar-se do "nosso" bem-estar econômico (exigindo cuidados, alojamento, emprego, etc.) enquanto que o "nos" é apresentado como não racista, democrático, solidário, civilizado e normal. As duas imagens são claramente interdependentes. Esse poder gerador de conhecimento que os discursos têm explica que esses se tornem objetos de disputa e de polemica. Por isso existe uma regulamentação e uma ordem social dos discursos que estabelece restrições, de maneira tal que fiquem limitados o acesso e a circulação de determinados discursos em determinados contextos. O capital simbólico do discurso se encontra não somente na capacidade de ação que representa, mas também na capacidade de gerar representações das práticas sociais e da sociedade como um todo (ROJO, 2004, p. 250-1).

Tem-se, assim, que discursos são eventos sociais que têm causas distintas. Dois poderes causais que os moldam são, em primeiro lugar, ordem e práticas sociais e, em segundo lugar, agentes sociais, ou seja, indivíduos que estão envolvidos nos eventos sociais. Dessa forma, as relações estabelecidas nos discursos são tecidas<sup>14</sup> pelos agentes, que ocupam o papel de autores ou interlocutores. Isso se dá porque em sua função de agente social o autor ou interlocutor é capaz de estabelecer

---

<sup>14</sup> No original, *textured*.

novas relações de equivalência e co-instâncias. Ou seja, as palavras em um discurso não têm um significado ou uma existência prévia, este, na verdade, é consequência da relação entre agentes e estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2003).

A linguagem, portanto, define potenciais e possibilidades enquanto exclui outros (FAIRCLOUGH, 2003). Por outro lado, os discursos, por serem elementos sociais não podem ser entendidos como o simples efeito dos potenciais definidos pela língua. Faz-se necessário reconhecer entidades de organização intermediárias de um tipo linguístico específico, cujos elementos se relacionem com práticas sociais. A isso se denomina *ordem de discurso*.

Ordem de discurso é uma rede de práticas sociais em seu aspecto de linguagem. Os elementos de ordem de discurso não são coisas como substantivos e sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, modalidades e estilos. Esses elementos selecionam certas possibilidades definidas pelas linguagens e exclui outras – elas controlam a variabilidade linguística para áreas particulares da vida social. Dessa forma, ordens de discurso podem ser vistas como organização social e controle da variação linguística (...) e seus elementos (discursos, modalidades e estilo) não são categorias puramente linguísticas, mas categorias que atravessam a divisão entre linguagem e não linguagem, o discursivo e o não discursivo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24-5, tradução nossa)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> No original: “An order of discourse is a network of social practices in its language aspect. The elements of orders of discourse are not things like nouns and sentences (elements of linguistic structures), but discourses, genres and styles (I shall differentiate them shortly). These elements select certain possibilities defined by languages and exclude others – they control linguistic variability for particular areas of social life. So orders of discourse can be seen as the social organization and control of linguistic variation (...) and their elements (discourses, genres, styles) are correspondingly not purely linguistic



Ou seja, discursos não são apenas efeitos de estruturas linguísticas e ordens de discurso, também são efeitos de outras ordens sociais em todos os seus aspectos, por isso torna-se difícil separar todos os fatores que os moldam (FAIRCLOUGH, 2003).

As estruturas sociais são consequências das práticas sociais que, por sua vez, podem ser entendidas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais, os quais estão associados com áreas particulares da vida social. As práticas sociais articulam elementos de discurso com elementos não discursivos, sendo eles: ação e interação, relações sociais, indivíduos (com credos, atitudes, histórias, valores, etc.), o mundo material e o discurso. A relação entre esses diferentes elementos de prática social é dialética: as relações sociais são em parte discursivas e o discurso é em parte relação social, como explicado anteriormente. Eventos sociais são, portanto, causados por práticas sociais e essas definem formas particulares de ação (FAIRCLOUGH, 2003).

Dito isso, tem-se que o discurso figura em três grandes áreas da prática social: modal (forma); discursiva (modo de representação); e estilo (modo de ser). A interação discursiva pode ser feita a partir da fala ou da escrita, dessa forma, diferentes modalidades resultam em diferentes formas de interação. A discursividade, por sua vez, é a representação do mundo material, de outras práticas sociais, são auto-representações reflexivas sobre as práticas em questão. *A representação é uma questão discursiva na qual podemos distinguir diferentes discursos, os quais podem representar a mesma região do mundo de diferentes perspectivas e posições.* Os textos, portanto, representam aspectos do mundo, ordenam relações sociais entre participantes em eventos sociais e nas suas atitudes, desejos e valores e, coerentemente e de forma coesa, conectam partes de textos juntos e conecta textos com seus contextos (intertextualidade). Esse processo é repetido pelos indivíduos nas suas tentativas de *fazer sentido* dos eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003).

No caso dos textos, estes possuem três categorias<sup>16</sup> de significação com base nas distinções feitas entre modalidade, discursividade e estilos, são eles: ação, representação e identificação, cujos quais se correspondem, respectivamente. Modalidade, discursividade e estilo são formas relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar, sendo identificados como elementos de ordens de discurso no nível das práticas sociais. Um dos principais processos que resultam dessa correspondência é a chamada mediação, que envolve o *movimento da significação* de práticas sociais, eventos e textos. Esse processo se dá graças a uma cadeia<sup>17</sup> de modalidades. Essa cadeia liga diferentes modalidades que causam transformações sistêmicas, o que contribui para a possibilidade de ações que transcendem diferentes espaços e tempos, unindo diferentes eventos e práticas sociais em diferentes países, períodos de tempo, facilitando a capacidade de ação à distância (FAIRCLOUGH, 2003).

É importante ter em mente que quanto mais se anda nessas cadeias modais, mais transformações são feitas na linguagem. Ou seja, não se muda o conteúdo dos discursos, apenas adapta-se à forma de transmissão. Dessa forma, tem-se que as modalidades são formas de manutenção da estrutura institucional da sociedade contemporânea. As modalidades de governança, nesse contexto, são caracterizadas por propriedades específicas de recontextualização, ou “a apropriação de elementos de uma prática social dentro de outra, transformando isso em formas particulares no processo” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 32, tradução própria). A recontextualização, portanto, *é uma representação de um movimento de apropriação, transformação e colonização que trabalha pela manutenção das relações de poder da sociedade*. Para tanto, as cadeias modais regulam e selecionam discursos, privilegiando uns e excluindo outros (ORLANDI, 2009; FAIRCLOUGH, 1989).

A intertextualidade é uma questão de recontextualização e faz uso de três elementos fundamentais: sua constituição como significativa, como ordem moral e como operadora de relações de poder. De acordo com Fairclough (1989), “a produção de interação como significativa implica uma ‘negociação’ ativa e contínua de diferenças de significado;

---

<sup>16</sup>Categorias de significação precisam ser distinguidas entre si para propósitos analíticos e são, nesse sentido, diferentes umas das outras. Elas não são distintas, nem totalmente separadas (FAIRCLOUGH, 2003).

<sup>17</sup>No original, *network*.

as ‘normas’ de interação como ordem moral são orientadas e interpretadas diferentemente por diferentes atores sociais, e essas diferenças são negociadas” (p. 41, tradução nossa). Disso, duas questões emergem interconectadas: 1) a relação entre o que foi reportado e o original; e 2) a relação entre o que foi reportado e o resto do texto no qual ele ocorreu, ou seja, como o recorte feito pelo autor figura e qual seu papel no texto. Assim, é possível identificar como as vozes dos textos são construídas, incorporadas e contextualizadas. Ou seja, a maneira pela qual se (re)cria contextos e se (re)conta a história induz a interpretações que são favoráveis a um dos atores representados no discurso. Outra forma de contextualizar é pelo uso do artifício da dialogicidade, ou o processo de relativização, de desprivilegiar uma palavra, discurso, língua ou cultura. É fazendo uso desses artifícios que os discursos se transformam em entidades duráveis que nos levam ao nível mais abstrato das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 1989).

Mais do que isso, os discursos são parte importante da hegemonia<sup>18</sup>, por isso, quando alcançam a esfera pública<sup>19</sup>, eles apresentam os temas sem que haja uma abordagem crítica a respeito, reproduzindo apenas ideias de senso-comum para manutenção do status quo. Soma-se a isso o fato de hegemonia estar diretamente associada à universalização ideológica, uma vez que “*a busca pela hegemonia é uma questão de buscar universalizar significados particulares a serviço de conquistar e manter dominação*” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 58, tradução nossa; grifo nosso)<sup>20</sup>. Dessa forma, pode-se dizer que discursos não são declarações factuais, mas sim que *são declarações imbuídas de valores, questionamentos e imposições morais*, de forma que “os fatos

---

<sup>18</sup> Fairclough usa o conceito gramsciano de hegemonia e o descreve como “a particular way of conceptualizing power which amongst other things emphasizes how power depends upon achieving consent or at least acquiescence rather than just having the resources to use force, and the importance of ideology in sustaining relations of power” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 45).

<sup>19</sup> Fairclough usa definição de Habbermas: “a zone of connection between social systems and the ‘lifeworld’, the domain of everyday living, in which people can deliberate on matters of social and political concern as citizens, and in principle influence policy decisions” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 44).

<sup>20</sup> No original: “Seeking hegemony is a matter of seeking to universalize particular meanings in the service of achieving and maintaining dominance, and this is ideological work”.

são selecionados da maneira que convém, de acordo com o sistema particular de valores que está implícito” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 111, tradução nossa).

Os valores implícitos nos discursos são impostos, em grande parte, consensualmente por meio de agentes que buscam manter as relações de poder de uma sociedade. É importante ter em mente que quando falamos de relações de poder elas não estão implícitas apenas em questões de relações de classe, mas sim abarcam todos os aspectos da sociedade. Relações de poder são sempre relações de luta, no sentido de dois ou mais grupos com interesses distintos disputarem entre si. Dessa forma, “a linguagem é ao mesmo tempo um lugar e um suporte na luta de classes, e aqueles que exercem poder por meio da linguagem devem estar constantemente envolvidos na luta com outros grupos para defender (ou perder) a sua posição” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 35, tradução nossa)<sup>21</sup>. A defesa das posições se dá pelo uso da propaganda, da mídia, da terapia, de aconselhamentos, entre outros, sendo todos discursos que fazem parte de um processo de manutenção da ideologia vigente. Ou seja, o grupo dominante exerce poder por meio do consenso criado pela ideologia e se mantém intocável graças às suas escolhas semânticas e gramaticais e aos instrumentos de propagação do discurso.

Nesse sentido, é por causa da relação dialética entre discurso e ordens sociais que o discurso assume tamanha importância em questões de relações de poder e lutas pelo poder. Isso porque o controle sobre ordens de discurso por atores institucionais e sociais é um dos principais elementos de manutenção de poder.

A prática social não se limita a ‘refletir’ uma realidade que é independente dela; a prática social está em uma relação ativa com a realidade, e ela muda a realidade. O mundo em que os seres humanos vivem é maciçamente um mundo humanamente criado, um mundo criado no curso da prática social (...) No que se refere ao mundo social, as estruturas sociais não só determinam a prática social, mas também o

---

<sup>21</sup> No original: “(...) language is both a site of and a stake in class struggle, and those who exercise power through language must constantly be involved in struggle with others to defend (or lose) their position”.

produto da vida social. *E, mais particularmente, as estruturas sociais não só determinam o discurso, mas também o produto do discurso* (FAIRCLOUGH, 1989, p. 37-8, grifo nosso, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Assim, as estruturas sociais, determinadas pelas relações de classe, não apenas determinam discursos como também determinam a posição dos sujeitos nos discursos. A conexão entre relação de classe e discurso é mediada pelos diversos tipos de discursos presentes na sociedade. Dessa forma, todas as instituições sociais têm como parte da sua agenda a reprodução das relações de classe e outras estruturas sociais. Os tipos de discurso que daí são formados determinam práticas discursivas que, por sua vez, reproduzem tipos de discursos. As relações que se estabelecem são decisivas para determinar a natureza conservadora ou transformadora do mesmo.

O exercício das relações de poder por meio da linguagem se dá de duas formas distintas: o poder no discurso e o poder por trás do discurso. Quando se fala em poder no discurso tem-se que relações de poder são de fato exercidas e promulgadas, visto que a relação entre os participantes é desigual, ou seja, aqueles que detêm o poder controlam e constroem as contribuições dos demais atores. O constrangimento imposto pode ser em termos de linguagem, conteúdo, de relações e de posições de sujeito. Como consequência, alguns discursos, em sua maioria aqueles que reforçam a ideologia vigente, têm maior espaço de divulgação, o que os torna mais aceitos pelo grande público. Esse processo de aceitação, contudo, não é mecânico, o poder do discurso se dá pelo acúmulo. É a partir da repetição de formas particulares de se lidar com acontecimentos e de formas de posicionar os indivíduos que se torna possível influenciar de maneira poderosa e penetrante a

---

<sup>22</sup> No original: “Social practice does not merely ‘reflect’ a reality which is independent of it; social practice is in an active relationship with reality, and it changes reality. The world that human beings live in is massively a humanly created world, a world created in the course of social practice. (...) As far as the social world is concerned, social structures not only determine social practice, they are also a product of social practice. And more particularly, social structures not only determine discourse, they are also a product of discourse”.

reprodução social dos discursos ao ponto de homogeneizar o entendimento final comum (FAIRCLOUGH, 1989).

Por sua vez, “o poder por trás do discurso é a ideia de que toda ordem social do discurso é unida e mantida como um efeito oculto do poder” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 55, tradução nossa)<sup>23</sup>. A imposição da língua formal naqueles que viriam a formar os territórios nacionais, fez com que esta se transformasse em referência à moral daqueles que a falam e dos que não a falam. A língua formal é um dialeto de classe e se transformou em passaporte para bons empregos e posições, assim como também se tornou sinônimo de poder em esferas nacionais. Esse processo instaurou o preconceito linguístico, o qual abriu espaço para que parte dos demais preconceitos ganhasse forma na sociedade. O poder por trás do discurso, portanto, é imposto a todos que estão envolvidos em uma determinada sociedade (seja ela local, nacional ou de Estados), sendo que as convenções dos tipos discursivos pertencem aos detentores de poder dentro das instituições. Consequentemente, convenções institucionais também são moldadas de acordo com os mesmos interesses. Sendo assim, tem-se que “em termos de ‘poder no discurso’, o discurso é o local de luta de poder, enquanto que em termos de ‘poder por trás do discurso’, o discurso é o suporte das lutas de poder – pois o controle sobre as ordens de discurso é um mecanismo poderoso para a manutenção do status quo” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 74, tradução nossa).

Aos valores, moralidade, suposições, credos e conhecimento prévio, dá-se o nome de *member resource* (MR), o qual é classificado como “o que as pessoas têm na cabeça e fazem uso quando produzem ou interpretam textos” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 24, tradução nossa)<sup>24</sup>.

O MR que as pessoas se baseiam para produzir e interpretar textos são cognitivos no sentido de que têm origens sociais – elas são geradas socialmente e sua natureza depende das relações sociais e das lutas pelas quais foram geradas – bem como socialmente transmitidos

---

<sup>23</sup> No original: “The idea of ‘power behind discourse’ is that the whole social order of discourse is put together and held together as a hidden effect of power”.

<sup>24</sup> No original: “(...) which people have in their heads and draw upon when they produce or interpret texts”

e, em nossa sociedade, distribuída de forma desigual. Os indivíduos internalizam o que é socialmente produzido e disponibilizado a eles e usam esse MR internalizado para se engajarem em sua prática social, incluindo o discurso. Isso dá às forças que dão forma às sociedades um ponto de apoio vital na psique individual, contudo a eficácia dessa posição dependerá de que ela não seja geralmente aparente. Além disso, não é apenas a natureza desses recursos cognitivos que é socialmente determinada, mas também as condições de seu uso (...) O discurso envolve então, condições sociais que podem ser especificadas como condições sociais de produção e de interpretação. Além disso, essas condições sociais se relacionam com três níveis diferentes de organização social: o nível da situação social, ou o ambiente social imediato em que o discurso ocorre; o nível da instituição social que constitui uma matriz mais ampla para o discurso; e o nível da sociedade como um todo (...) Essas condições moldam o MR que as pessoas trazem para a produção e interpretação que, por sua vez, moldam a forma como os textos são produzidos e interpretados (FAIRCLOUGH, 1989, p. 24-5, tradução nossa)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> No original: “The MR which people draw upon to produce and interpret texts are cognitive in the sense that they are in people’s heads, but they are social in the sense that they have social origins – they are socially generated, and their nature is dependent on the social relations and struggles out of which they were generated – as well as being socially transmitted and, in our society, unequally distributed. People internalize what is socially produced and made available to them, including discourse. This gives the forces which shape societies a vitally important foothold in the individuals psyche, though as we shall see, the effectiveness of this foothold depends on it being not generally apparent. Moreover, it is not just the nature of these cognitive resources that is socially determined, but also the conditions of their use. (...) Discourse, then, involves, social conditions, which can be specified as *social conditions of production of*

Logo, o MR pode ser entendido como procedimentos de interpretação e não apenas como conhecimento prévio, uma vez que muito do que se tem como conhecimento prévio são suposições ideológicas que não podem ser entendidas como conhecimento. A primeira parte do processo interpretativo é o reconhecimento de sons e marcas num papel como palavras, frases e sentenças; a segunda parte é a de atribuir significados às partes que constituem um texto; a terceira parte é a de estabelecer significados entre as sentenças, a fim de produzir um entendimento coerente entre as partes. Por fim, tem-se a interpretação da estrutura textual: a coerência global de um texto (FAIRCLOUGH, 1989).

A interpretação, contudo, também tem a intertextualidade como elemento importante, ou seja, interpretações prévias de outros textos e contextos também são ferramentas de interpretação. O contexto da intertextualidade faz com que vejamos discursos e textos a partir de uma perspectiva histórica, o que contrasta com a posição mais usual da interpretação de texto que descarta a relação entre textos, abstraindo-os do seu contexto histórico (ORLANDI, 2009).

Outro elemento discursivo determinado pelo MR são os atos de fala, aspectos centrais da pragmática, cuja principal preocupação são os significados que os participantes de um discurso destinam aos elementos de um texto.

Ao se caracterizar parte de um texto como ato de fala se está caracterizando o que o autor está produzindo – fazendo uma declaração ou uma promessa, ameaçando, advertindo, fazendo uma pergunta, dando uma ordem e assim por diante. O autor pode fazer várias coisas simultaneamente, sendo que dessa forma um

---

*interpretation*. These social conditions, moreover, relate to three different ‘levels’ of social organization: the level of the social situation, or the immediate social environment in which the discourse occurs; the level of the social institution which constitutes a wider matrix for the discourse; and the level of the society as a whole. (...) these social conditions shape the MR people bring to production and interpretation, which in turn shape the way in which texts are produced and interpreted”.



único elemento pode ter vários valores de ato de fala. Esses valores não podem ser atribuídos simplesmente com base nas características formais de uma expressão; na atribuição de valores os interpretes também levam em conta o contexto textual de um enunciado (o que o precede e o segue no texto), os contextos situacional e intertextual e os elementos de MR (FAIRCLOUGH, 1989, p. 156, tradução nossa)<sup>26</sup>.

Logo, para determinar o valor e a força de um ato de fala é primeiro necessário saber o contexto no qual ele ocorre e o tipo de discurso, para que se possa então determinar quais as representações ideológicas dos sujeitos e suas relações sociais.

Por consequência, o MR é responsável por causar um ciclo de reprodução, um efeito inconsciente da produção e da interpretação que funciona como conector entre os processos interpretativos e explanatórios da análise de um texto. Enquanto o primeiro aponta para como se dá a relação entre o MR e o processamento do discurso, o segundo tem relação com a constituição social e mudanças do MR, incluindo sua reprodução na prática discursiva. Para tanto, faz-se uso do processo de explanação, que objetiva demonstrar que o discurso, como parte de um processo social, é determinado por estruturas sociais e, quando reproduzido e acumulado, tem efeito direto sobre essas estruturas. Tudo isso é mediado pelo MR. Ou seja, “estruturas sociais moldam o MR o qual, por sua vez, molda os discursos; e os discursos sustentam ou mudam o MR que, por fim, sustenta ou muda as estruturas” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 163, tradução nossa). A

---

<sup>26</sup> No original: “In characterizing part of a text as a speech act, one is characterizing what the producer is doing by virtue of producing it – making a statement, making a promise, threatening, warning, asking a question, giving an order, and so on. The producer can be simultaneously doing a number of things, and so a single element can have multiple speech acts. Speech act values cannot be assigned simply on the basis of formal features of an utterance; in assigning values, interpreters also take account of the textual context of an utterance (what precedes and follows it in the text), the situational and intertextual context, and elements of MR”.

explicação é, portanto, uma questão de ver um discurso como parte de um processo social, contido numa matriz de relação de poder. A partir dessa perspectiva o MR é entendido especificamente como ideologia. *Dessa forma, todas as pressuposições sobre cultura, relações sociais e culturais são entendidas como determinadas por relações de poder específicas que contribuem para a manutenção das mesmas.*

A ACD, portanto, deve ser utilizada tanto como método para analisar questões sociais para tentar identificar qual o papel do discurso tanto na manutenção quanto em uma tentativa de mudanças estruturais e sociais. Dentro desse contexto, os discursos devem ser vistos como parte de uma estratégia que tem objetivos muito bem delimitados e ideologicamente fundamentados. Para tanto, se constrói imagens a partir do apego a elementos ideológicos já enraizados nas sociedades. O binarismo entre Ocidente e Oriente<sup>27</sup> é um exemplo de como se dá o processo de construção de sujeitos. Enquanto o ocidental sempre ocupa nos discursos a posição de ser evoluído e moderno, o oriental é apresentado como o atrasado, o bárbaro, como aquele que precisa ser guiado para a luz. O mesmo tipo de divisão é feita entre cristãos e muçulmanos: os primeiros são os defensores da liberdade (inclusive a da Terra Santa) e de um mundo desenvolvido daqueles que são defensores da violência em forma de religião.

## 2.2 A ANÁLISE DE DISCURSO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A escolha pela utilização da ACD neste trabalho se deu como tentativa de se (re)contar uma história, há muito conhecida e debatida, a partir de um novo ponto de vista, tendo em conta que a história como a conhecemos *é um discurso imbuído de uma ideologia que tem como objetivo sustentar as relações de poder do status quo.* Dessa forma, parte-se do pressuposto que assim como se faz necessário entender a organização do Sistema Internacional (SI) ou qual a relevância da capacidade militar dos Estados para a manutenção da paz e da guerra, é igualmente importante buscar entender quais os elementos ideológicos que compõem os discursos das relações internacionais (RI).

A AD nas RI foi incorporada pelos teóricos que passaram a discutir a Virada Linguística no campo dos estudos das relações

---

<sup>27</sup> Essa discussão será apresentada no capítulo 2.

internacionais. Assim como na sua ciência de origem, a AD foi trazida para as RI na tentativa de se afastar a ideia de que a linguagem é apenas um reflexo das condições materiais da sociedade (GOMES, 2011). Os autores ligados a essa vertente “procuraram cambiar a relação ideias/mundo pelo eixo linguagem/mundo argumentado que para se compreender não apenas o conhecimento que temos do mundo, mas também a própria estrutura de nosso pensamento, é interessante voltarmos nossas atenções para a estrutura lógica de nossos discursos” (GOMES, 2011, p. 645-6). Logo, mais do que apenas um método de análise, a AD nas RI é uma forma de demonstrar que interpretações podem ser produzidas pelos atores do SI.

Essa produção, assim como nas esferas nacionais, é feita por aqueles que se encontram do lado mais forte das relações de poder entre atores internacionais, conseqüentemente, esses atores são capazes de incluir ou excluir os demais por meio de decisões e atos políticos. Para tanto, contudo, primeiro é necessário que se crie consenso, que tudo *faça sentido*, no SI para que então práticas sejam naturalizadas. Isso demanda a aplicação de uma narrativa pública que angaria a aprovação da maioria e abafa os discursos de oposição (GOMES, 2011).

Esse processo de *fazer sentido* nas RI se dá em cinco etapas: 1) interpretação dos acontecimentos, 2) caracterização das entidades políticas envolvidas, 3) construção do perigo, 4) construção da justificativa pela ação e 5) transmissão do discurso (GOMES, 2011). Esse processo, contudo, se apresenta dessa forma porque antes de tudo há a *construção histórica dos sentidos*. A vivência dos significados e dos sentidos não é natural, eles são “arbitrários e provisórios, são apenas parte de construção da verdade” (PINTO, 2006, p. 81). Como consequência, “os discursos, na medida em que contém significados incorporados por sujeitos, que os constroem ou são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos, na forma das pessoas se relacionarem entre si *nas formas como a história toma seus rumos*” (PINTO, 2006, p. 82, grifo nosso).

A maneira como Fairclough (1989, 2003) descreve a ACD e a importância das relações sociais na construção do mundo permite que se possa aproximar a ACD e o construtivismo normativo das RI. Parte dos autores que se apresentam como teóricos dessa escola partem do pressuposto que o mundo é um reflexo daquilo que dizemos que ele é, sendo que todos os significados nele contidos são construções sociais

(KUBÁLKÓVA, ONUF, KOWERT, 1998). Nas palavras de Onuf (1989), “o construtivismo começa com atos. Atos feitos, ações tomadas, *palavras ditas* – isso é tudo que os fatos são” (p. 36, tradução nossa, grifo nosso)<sup>28</sup>.

A virada linguística recupera a ideia greco-cristã de que no começo havia a palavra. O ato de falar passou a ser entendido como uma atividade capaz de moldar nossas percepções sobre o mundo e capaz de criar o mundo em que vivemos. Mais do que isso, foi possível compreender que o uso da linguagem nos proporciona distância suficiente do mundo, permitindo que o representemos como *quisermos* e não necessariamente como ele é (ONU, 1989).

É importante ressaltar aqui que o construtivismo abordado nessas páginas é aquele que não traça distinção entre o mundo material e a realidade social, ou seja, um contamina o outro, ambos são produto da construção do outro. Essa co-construção de indivíduo e sociedade é parte da história, principalmente da história do Ocidente, que se sustenta sobre a tradição do pensamento binário, dividindo o mundo sempre entre bom e mau, certo e errado, civilização e barbárie (ONU, 1989).

O construtivismo nos coloca que o mundo é um lugar físico e social, sendo que a ação dos indivíduos só é sentida quando estão em seu estado de agentes sociais. Ou seja, os indivíduos agem de forma direta no mundo de forma que ele está constantemente em construção. De forma inversa, da mesma forma que o conjunto de ações individuais afetam o mundo, o mundo afeta as individualidades. Há uma relação dialética entre ambos (ONU, 1998).

O construtivismo é uma maneira de estudar o mundo – muito mais do que uma teoria, é um sistema de conceitos e proposições que busca analisar como as relações sociais afetam diretamente o mundo. Em função disso, mais do que apenas oferecer explicações, essa escola torna possível analisar questões que, aparentemente, não tem nenhuma relação. São três as premissas que a estruturam: 1) a sociedade é o que ela faz, 2) discursos e seus derivados (regras e práticas) são o meio de construção social e, por fim, 3) como meio, regras transformam materiais disponíveis em recursos, gerando oportunidades assimétricas (ONU, 2002).

---

<sup>28</sup> No original: “Constructivism begins with deeds. Deeds done, acts taken, words spoken – These are all that facts are”.

A ideia fundamental por trás do construtivismo é que as relações sociais fazem e constroem os indivíduos nos seres que são. Da mesma forma, esses indivíduos fazem do mundo o que ele é – seja por meio das transformações de matérias primas ou a partir das ações que os indivíduos têm uns com os outros e também pelo que é *dito*. Na realidade, dizer é fazer e é “sem sombra de dúvidas a forma mais importante que [os indivíduos] fazem do mundo o que ele é” (ONUF, 1998, p. 4, tradução nossa)<sup>29</sup>.

O mundo de ninguém, entretanto, é mais real do que o dos demais. Pelo contrário, o mundo é o que tomamos por sê-lo, ou seja, as coisas só existem da maneira como conhecemos porque assim elas foram nomeadas e caracterizadas. Logo, assim como a cadeira só é uma cadeira porque assim foi determinado, o *oriental bárbaro*, o *árabe muçulmano terrorista* só é assim porque assim nos foi dito. Essas construções só são possíveis porque o processo de fazer o mundo começa com os elementos e ferramentas que são de mais fácil acesso. *O processo de fazer na verdade é um processo de refazer*. O problema disso é que se constroem mundos que não se conhece de forma adaptada, usando elementos que são tidos como reais. Sendo assim, é possível afirmar que o construtivismo sustenta que o mundo sociopolítico é uma construção humana – e a compreensão desse mundo passa pela análise de como se dá essa construção (ONUF, 1989).

Para tanto, o foco da análise são as relações sociais – uma vez que são elas as responsáveis por moldarem os indivíduos e esses, por sua vez, são os responsáveis por moldarem a sociedade. A construção da sociedade se dá por meio do uso das matérias primas fornecidas pela natureza, mas também, e principalmente, a partir das ações que os indivíduos têm uns com os outros e do que *dizem* uns para os outros. Na realidade, dizer por si só já é uma ação, uma das mais importantes na hora de fazer do mundo o que ele é. É importante entender, portanto, como o mundo social está diretamente relacionado à linguagem e como a linguagem pode prover a explicação de como as regras funcionam na vida social (KRATOCHWIL, 1989; ONUF, 1998).

Uma vez que a análise da relação entre indivíduo e sociedade pode se tornar demasiado subjetiva, se faz necessário buscar o elemento

---

<sup>29</sup> No original: “Indeed, saying is doing: talking is undoubtedly the most important way that we go about making the world what it is”.

que une ambas – as regras. As regras são a ferramenta que possibilita o processo contínuo e recíproco de constituição mútua de indivíduos e sociedade. Elas são afirmações que dizem aos indivíduos o que eles devem fazer. Esse *o que* estabelece o padrão de conduta individual, enquanto o *deve* impõe que a conduta de cada um deveria se assemelhar ao que foi estipulado como padrão. Esse *padrão*, por sua vez, quando passa a ser naturalizado ganha o nome de prática (KRATOCHWIL, 1989; ONUF, 1998).

As regras são uma ferramenta decisiva para que as intenções dos indivíduos se realizem e, conseqüentemente, também é importante no processo de inserção social num mundo socialmente construído. Isso porque, todas as regras de uma realidade construída estão diretamente relacionadas com a prática, ou seja, além de serem elementos que constroem a realidade, eles também a regulam. As regras são um componente essencial porque fazem da vida social inteligível para aqueles que participam dela, elas são parte de um ferramental que proporcionam o conhecimento necessário para a sobrevivência, resultando na realidade social (KRATOCHWIL, 1989; ONUF, 1989).

As regras fazem a realidade social de duas maneiras: a primeira delas é por meio da instituição de das leis de Direito e das formalidades estatais que isso implica, a segunda, nosso foco de análise, trabalha com o entendimento dos filósofos e analistas de linguagem, para entender como os discursos são capazes de influenciar a realidade. Isso implica na constatação de que as regras são persuasivas a ponto de proporcionar direcionamento instrumental e refletir considerações morais, logo as regras ganham status de legalidade (no sentido de naturais) quando são específicas e estão carregadas de princípios moralizantes. Ou seja, as regras são uma questão de linguagem (KRATOCHWIL, 1989; ONUF, 1989).

Há uma relação íntima entre o intuito de formulação de uma regra e as palavras utilizadas para fazê-la. Dois aspectos são importantes nesse processo: primeiro, uma descrição de uma classe de ações, possivelmente restrita a ações realizadas por um grupo designado de pessoas; e, segundo, uma indicação sobre se a classe de ações é requerida, proibida ou permitida. Ao final, as regras estipulam a maneira de agir dos indivíduos enquanto a esses só resta saber como se relacionar com elas (ONU, 1989).

As regras não apenas determinam o comportamento dos indivíduos como também os separam em participantes ativos e passivos da sociedade – agentes e observadores, respectivamente. Enquanto por agentes entende-se que a influência no mundo é direta, os observadores são aqueles que se tornam capazes de ver as relações que existem sem que haja envolvimento direto, o observador é aquele que não se vê mais como agente (ONUF, 2002). Independente do status, as regras funcionam da mesma forma para ambos os grupos: elas regulam o comportamento e impõem escolhas, sendo a primeira delas a de segui-la ou não. Essas escolhas, por sua vez, são feitas com relação a e em nome das construções sociais. Dessa forma, ao escolher por seguir as regras os agentes fazem uma escolha racional, por acreditarem que ao segui-las seus objetivos serão mais facilmente alcançados (ONUF, 1989; 1998; 2002).

O padrão do comportamento dos agentes, por sua vez, são instituições. Como padrões de regras e práticas, as instituições transformam pessoas em agentes e constituem um ambiente no qual os agentes têm uma conduta racional. Dessa forma, devemos pensar os agentes como parte de contextos institucionais que lhes possibilita fazer escolhas. As escolhas dos agentes, por sua vez, produzem consequências dentro das instituições, que afetam diretamente outros agentes. Isso acontece porque alguns agentes se apropriam da assimetria das regras e fazem uso delas para controlar e obter vantagens sobre outros agentes (ONUF, 1998).

Para as RI isso traz consequências quando se sai do nível institucional para o estrutural. A diferença entre estrutura e instituição é que a “estrutura é o que os observadores vêem, enquanto que as instituições são onde os agentes agem” (ONUF, 1998, p. 6, tradução nossa)<sup>30</sup>. Isso implica que a anarquia internacional é uma instituição social das RI que envolve outras instituições e que tem suas próprias regras impostas e determinadas por poucos agentes (ONUF, 1998). Ou seja, “as regras possibilitam aos indivíduos se tornarem agentes ao lhes proporcionarem oportunidades para agirem sobre o mundo” (ONUF, 1998, p.8, tradução nossa)<sup>31</sup>. Essas ações têm consequências sociais, não

---

<sup>30</sup> No original: “Structure is what observers see, while institutions are what agents act within”.

<sup>31</sup> No original: “Rules make agents out of individual human beings by giving them opportunities to act upon the world”.

apenas por transformarem o mundo material em realidade social, mas principalmente porque ações são tomadas tendo em vista objetivos e, para alcançá-los, os agentes usam quaisquer meios que estejam disponíveis.

Ao mesmo tempo em que os meios podem ser ilimitados, as ações dos agentes são limitadas pelas regras. A escolha de quais seguir e, portanto, de como se comportar, dependem dos interesses que buscam alcançar. Para isso, as regras precisam dizer aquilo que os agentes querem ouvir. De acordo com Onuf (1998) “dizer o que uma regra é – colocar seu conteúdo de maneira correta – é o mesmo que falar de uma forma que faça com que qualquer um que esteja escutando responda ao que está sendo dito” (p. 10, tradução nossa)<sup>32</sup>.

Regras podem ser, portanto, *atos de fala*. Ou seja, quando o ato de falar é seguido de uma resposta em forma de ação de um ouvinte é o que se chama de ‘ato de fala’. Um modelo genérico de um ato de fala é formado por sujeito+verbo no imperativo+predicado. Por meio dessa estrutura gramatical que os agentes buscam alcançar seus objetivos ao fazerem uso dos atos de fala. Contudo, um ‘ato de fala’ só o é quando outros respondem positivamente ao que foi dito. Esses, por sua vez, são divididos em três categorias (assertivos, diretivos e de compromisso) que indicam quais os tipos de regras surgirão daqueles atos de fala.

O ato de fala assertivo informa os agentes sobre o mundo, como as coisas são e como funcionam. Esse tipo de ato de fala tem a forma generalista de princípios e também podem ser regras instrutivas. Os atos de fala diretivos são imperativos, enfaticamente normativos e impõem o que os agentes devem fazer. Ao mesmo tempo em que impõe o modo de ação, esse tipo de ato de fala também fornece as informações das consequências que dali podem surgir, ajudando os agentes nas tomadas de decisões racionais. Por fim, os atos de fala de compromisso envolvem promessas, ou seja, as regras tomam forma quando ouvintes e falantes respondem aos atos de fala com promessas próprias. Dão origem às regras de compromisso, que determinam os direitos e deveres que os agentes têm em relação aos demais (ONUF, 1998).

---

<sup>32</sup> No original: “Saying what a rule is – putting its contents in the right form – is exactly the same as speaking in a form that gets anyone who is listening to respond to whatever we are saying”.



Dentro de suas funções, as regras diferem na extensão de sua formalidade e de sua associação com outras regras. Enquanto a formalidade fortalece uma regra por tornar seu aspecto normativo mais claro, a associação a outras regras, por sua vez, aumentam as possibilidades de uma regra ser seguida por agentes. De forma que quanto mais agentes seguem uma regra, mais forte ela será (ONUF, 1998).

Consequentemente, as regras são capazes de afetar indivíduos e sociedade diretamente. Isso porque

[quando] atos de fala são frequentemente repetidos e causam o mesmo efeito geral, todos envolvidos começam a pensar que o repetitivo se torna significativo (...) Quando constantemente repetidos, os mesmos velhos discursos se transformam em convenções, de forma que todos passam a acreditar que as palavras por si só, e não aqueles que as declamam, são responsáveis pelo que acontece” (ONUF, 1998, p. 10, tradução nossa, grifo nosso)<sup>33</sup>.

As convenções são perigosas dentro das sociedades porque elas impedem que mudanças sejam feitas ou aceitas com mais facilidade, uma vez que a sua existência é a prova de que determinadas ações e decisões são as mesmas há muito tempo. Esse processo de manutenção das convenções acaba por transforma-las em regras normativas, ou seja, os agentes se apegaram ao elemento do *dever* para garantir a perpetuação de uma prática.

Por serem racionais, os agentes usam as regras como forma de controlar e obter vantagens sobre outros agentes, a fim de conseguirem alcançar seus objetivos. Ao somar a isso o fato de as regras serem assimétricas tem-se que alguns poucos agentes tornam-se os

---

<sup>33</sup> No original: “(...) speakers frequently repeat a particular speech act with the same general effect, everyone involved begins to think that the repetition becomes significant (...) Constantly repeated, the same old speech acts turn into convention as everyone comes to believe that the words themselves, and not the speakers mouthing them, are responsible for what happens”.

responsáveis pela imposição das mesmas e, conseqüentemente, poucos são aqueles que organizam as instituições, afetando diretamente o todo. Um exemplo disso é o mundo de hoje. De acordo com Onuf (2002), o mundo não é composto por todos os mundos, apesar deles existirem, mas é, sim, o resultado da expansão ocidental pelos continentes.

Enquanto cada um de nós vive em um mundo que é unicamente nosso, nós dividimos mundos ao falar neles. Os mundos dos quais nós falamos só podem ser representações parciais e altamente seletivas do que nós vemos. Nós fazemos essas representações mais ou menos compatíveis contando uns para os outros não apenas o que nós (queremos que eles) vemos, mas o que queremos que eles façam e dizendo o porquê eles devem fazer. *Falar sobre os mundos é sempre normativo*. Ao falarmos, nós reduzimos o número de mundos que somos coletivamente capazes de identificar (ONUF, 2002, p. 23, grifo nosso, tradução nossa)<sup>34</sup>.

Ao entendermos que “os mundos dos quais falamos só podem ser representações parciais e altamente seletivas do que nós vemos” (ONUF, 2002, p. 23, tradução nossa), temos que a linguagem e, conseqüentemente o discurso são determinantes para a construção de visões de mundo e das outras partes do mundo. A linguagem, nesse caso, exerceu sua função constitutiva e fez do mundo, e da nossa percepção do mundo árabe muçulmano, o que ele é.

A linguagem nos engana. Não importa qual, quanto, ou quão bem nós pensamos estar nos

---

<sup>34</sup> No original: “While each of us lives in a whole world that is uniquely our own, we share worlds by speaking about them to each other. Worlds that we speak of can only be partial and highly selective representations of what we see. We make these representations more or less compatible by telling each other not just what we (want them to) see but what we want them to do, and why they should do it. Speaking about worlds is always normative. By speaking, we narrow down the number of worlds that we are collectively able to identify”.

comunicando uns com os outros, nenhuma linguagem, natural ou formal, é capaz de representar o mundo como ele é. Ao contrário, o que nós pensamos que sabemos é o produto de um acordo provisório relativamente fixado no tempo e espaço (ONUF, 2002, p. 27, tradução nossa)<sup>35</sup>.

O fortalecimento das regras, conseqüentemente, fortalece instituições, visto que as regras funcionam de forma a sustentar os princípios de uma instituição. Nesse sentido, as instituições podem ter seu funcionamento comparado ao dos agentes, uma vez que seu funcionamento consiste de regras e práticas relacionadas. E, assim como agentes fazem escolhas racionais de quais regras seguir com base em seus objetivos, as instituições se comportam da mesma forma ao favorecer os agentes que seguem as regras e garantem a existência da instituição sem grandes transformações. Ao conseguirem estabelecer as regras, princípios e práticas da forma que mais lhes interessam, os agentes conseguem estabelecer uma hegemonia.

#### *Considerações parciais*

Entender o discurso como prática social remete a ideia que todo discurso se enquadra em uma situação, em um tempo e espaço determinados e, por esse motivo, o termo discurso nos refere também a uma prática discursiva que permite a realização de outras práticas sociais (julgar, classificar, informar). Por sua vez, entender o discurso como prática social nos aponta para a relação dialética entre as práticas sociais e as estruturas que ao mesmo tempo em que configuram os discursos, por eles são influenciados (ROJO, 2014; ONUF, 2012). Nesse caso, a análise do discurso deve também “ocupar-se da regulação social da produção, recepção e circulação dos discursos em função do contexto sociopolítico, o que pressupõe considerar quais são as implicações

---

<sup>35</sup> No original: “Language deceives us. No matter what, how much, or well, we think we are communicating with each other, no language, natural or formal, is capable of representing the world as it is. Instead, what we think we know is the product of provisional agreement only relatively fixed in time and place, and these radical critics mocked the vain Enlightenment quest for firm foundations or an objective vantage point”.

sociais dos atores sociais que emanam o discurso” (ROJO, 2014, p. 214-215).

Logo, a análise de discurso é mais do que o estudo de formações discursivas, é uma forma de se analisar o valor dos enunciados estudados. Valor esse que não é determinado por sua verdade, mas sim por sua capacidade de circulação e de troca, de absorção e de transformação no que se cunhou chamar de senso comum. O discurso é, portanto, “um bem que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência, a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (ROJO, 2004, p. 136-7).

No âmbito das relações internacionais, a escolha pelo AD é uma tentativa de se recontar uma história que há muito foi moldada graças às relações de poder que existem no sistema internacional. Isso também se torna possível graças à ideia trazida por Onuf (1989) de que palavras também são ações. Sendo assim, quando em conjunto, a ACD e o construtivismo das relações internacionais são capazes de nos fornecer novas interpretações e novas análises históricas e sistêmicas dos acontecimentos do sistema internacional. No caso deste trabalho, ao expor sobre a construção histórica e social do orientalismo e da islamofobia, apresentados no capítulo seguinte, busca-se apresentar novos elementos para o tratamento da questão da Palestina.

### 3. DO ORIENTALISMO À ISLAMOFOBIA

#### *Introdução*

Neste capítulo será apresentada uma análise do que se cunhou chamar orientalismo e da sua transição ao que hoje chamamos de islamofobia. O objetivo principal é compreender como se deu todo o desenvolvimento do orientalismo e como as construções oriundas dos discursos de seus estudiosos impactaram na formulação da divisão entre Ocidente e Oriente e nos preconceitos e características que são associadas aos orientais como um todo. No entanto, algumas delimitações quanto ao tema são necessárias. Apesar de hoje o orientalismo ser um discurso que considera todo o Oriente, a amplitude do tema tem início apenas no século XIX, sendo, até então, Oriente sinônimo do que hoje conhecemos como Oriente Médio, ou, como também colocado no texto, Oriente Próximo<sup>36</sup>(SAID, 2007).

Dessa forma, toda a explanação acerca do Oriente, até alcançarmos o século XIX, refere-se ao que, na versão moderna do orientalismo, Said chama de orientalismo árabe ou islâmico. Tendo isso em mente, é importante apresentar a divisão do orientalismo feita pelo autor. De acordo com Said (2007), o orientalismo pode ser dividido em três fases: a primeira, a fase dos discursos eruditos, foi responsável por estabelecer os dogmas e estereótipos sobre o Oriente; a segunda, a fase prática, corresponde ao período de expansão imperialista europeia, com início na invasão da França napoleônica ao Egito em 1798; e, por fim, uma terceira fase, que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, e começa a adquirir um caráter islamofóbico<sup>37</sup>. Por fim, em consonância com as leituras feitas, pode-se dizer que essa terceira fase do orientalismo, perdura até 2001, quando então se começa uma nova fase, na qual o orientalismo assume, por completo, sua característica islamofóbica.

---

<sup>36</sup> Quando se fala em Oriente Médio, é importante, antes de tudo, ter em mente que “o termo (do inglês Middle East) é evidentemente de cunho eurocentrista e data, justamente, do século XIX, época em que o Império Britânico controlava os mares e um quarto da Terra” (DEMANT, 2013, pos. 181).

<sup>37</sup> Parte-se do entendimento apresentado por Zebiri (2011, p.173) de que o “while the term Orientalist has primarily applied to academic scholarship, art, and literature, the term Islamophobia generally applies more to popular culture, including the media and grassroots prejudice”.

É importante ressaltar, contudo, que o processo de aceitação e incorporação dos ideais orientalistas/islamofóbicos na sociedade Ocidental só são possíveis graças ao que Thompson (apud ALLEN, 2010) chamou de modos de operação, ou seja, as maneiras pelas quais os símbolos e seus significados foram criados, mantidos e perpetuados por meio de discursos (ALLEN, 2010). Essa construção é conduzida, definida e organizada em cinco passos: (1) legitimação, (2) dissimulação, (3) fragmentação, (4) unificação e (5) retificação. A legitimação é o processo que normatiza, legitima e justifica a construção do 'outro' e ajuda a cimentar determinados preconceitos; a dissimulação é o passo que o significado é estabelecido, seja por meio da ocultação da verdade ou a partir da criação de representações, o objetivo final é esconder a realidade para afirmar apenas o que interessa ao grupo de agentes. Por sua vez, a fragmentação é a categorização de pequenos grupos dentro de um todo, fazendo diferenciação entre aqueles que podem ser considerados bons e ruins; enquanto a unificação é o processo de homogeneizar um grupo, conferindo a ele uma identidade coletiva – em sua maioria isso acontece tendo como referência os aspectos negativos conferidos a uma pequena parcela de um todo. Por fim, o processo de retificação é o passo de disseminar, quase que naturalmente, os aspectos negativos que foram construídos a respeito de um grupo, apagando por completo a natureza histórica dos eventos e qualquer possibilidade de contestação do que foi construído (ALLEN, 2010). Ou seja, em paralelo com a teoria da ACD, esses passos são parte das práticas discursiva e social que, por sua vez, possibilitam o processo de fazer sentido (FAIRCLOUGH, 1989).

Tendo isso em mente, faz-se necessário traçar considerações importantes sobre os termos que serão utilizados ao longo desse capítulo. Palavras como árabe, muçulmanos, islâmico, Oriente Médio, Oriente Próximo, Oriente e Ocidente, serão utilizados para que a didática seja mantida e para que os objetivos do trabalho sejam alcançados. Entretanto, deve-se ter ciência de que tais terminologias têm incorporadas valoração e conotação política, social e de relações de poder. Por fim, apesar de o objetivo do capítulo ser apresentar a islamofobia não é possível realizar tal análise sem considerar os mais de 1500 anos de relação entre o Cristianismo e o Islã e o papel que o orientalismo tem na composição desse fenômeno.

O capítulo está estruturado em duas grandes partes: na primeira parte é apresentada uma discussão resumida sobre o orientalismo, tendo como foco principal a análise do tratamento dos povos e da região do Oriente Próximo; na segunda parte será apresentada a relação entre orientalismo e islamofobia para então desenvolver a discussão sobre essa nova roupagem do orientalismo, a islamofobia.

### 3.1 A CONSTRUÇÃO DO IDEAL ORIENTAL

A incorporação das regiões inexploradas do mundo ao sistema europeu de acumulação faz parte de um processo inerente ao capitalismo, no qual a expansão europeia por novos mercados e novos territórios é um de seus principais elementos. Esse processo de expansão europeia foi acompanhado também pela formação e desenvolvimento do que se cunhou chamar humanismo universalista, ou seja, “uma visão de mundo; e esta visão do mundo é que deve explicar a interação das sociedades do mundo real, suas lutas, a hegemonia e a dependência, os progressos e os retrocessos, as revoluções e as reações, a guerra e a paz” (ABDEL-MALEK, 1975, p. 19).

A importância da formação dessas ideias e da perpetuação das mesmas é que, através das concepções de humanismo e universalismo, o Ocidente se impôs como grande eixo de poder mundial, de modo que

[p]ara que os outros países – o mundo – abrissem suas portas às iniciativas econômicas e políticas da Europa, era preciso defender simultaneamente a possibilidade de integrá-los na cultura europeia: daí o postulado da equivalência entre nações, culturas, territórios – unidades no interior de uma mônada (sic) unificante: a humanidade universal (ABDEL-MALEK, 1975, p. 20).

Essa ideia universalista, que Wallerstein (2007) chamou de *universalismo europeu*, trata-se do “universalismo dos poderosos [que] sempre foi parcial e distorcido (...) por ter sido promovido por líderes e intelectuais pan-europeus na tentativa de defender os interesses do estrato dominante do sistema-mundo moderno” (p. 27). De acordo com

este autor, há três tipos<sup>38</sup> de apelo ao universalismo, sendo um deles aquele que “acompanha o jargão do choque entre as civilizações, no qual sempre se pressupõem que a civilização ‘ocidental’ é superior às ‘outras’ civilizações porque é a única que se baseia nesses valores e verdades universais” (WALLESTEIN, 2007, p.26).

A divisão do mundo entre os ocidentais e as demais civilizações orientais, que precede esse momento do surgimento do universalismo europeu, ainda assim, deu origem a um grupo de acadêmicos que passaram a ser chamados de orientalistas. O orientalismo é a expressão e representação em “termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais” (SAID, 2007, p. 28). Ou seja, o orientalismo é fruto das relações de poder que se estabeleceram entre Ocidente e Oriente e por isso deve ser entendido como

um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (...).[Logo,] sem examinar o Orientalismo como discurso, não se pode compreender a disciplina extremamente sistemática por meio da qual a cultura europeia foi capaz de manejar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo (...) por causa do Orientalismo, o Oriente não era (e não é) um tema livre para o pensamento e a ação. Isso não quer dizer que o Orientalismo determina unilateralmente o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que consiste numa rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa entidade peculiar, o ‘Oriente’, é discutida (SAID, 2007, p. 29-30, grifo nosso).

---

<sup>38</sup> Os outros dois tipos apontados por Wallerstein (2007) são os direitos humanos e a verdade científica do mercado.



Dessa forma, podemos dizer que o Oriente como conhecemos é uma invenção ocidental, principalmente europeia<sup>39</sup>, resultado de um *discurso* que impôs uma representação seletiva daquilo que os orientalistas viam. Esse discurso e sua representação, contudo, se tornaram regra e nunca foram contestados – discursos, regras e convenções cheias de estigmas e preconceitos contra o árabe foram instituídas e perpetuadas sem muitos questionamentos (LITTLE, 2008). Tanto Oriente como Ocidente foram, portanto, construídos a partir de um discurso que visa afirmar uma identidade a partir da identificação do outro: ambos são instituições forjadas pelo homem que se sustentam e se refletem.

Contudo, seria incorreto afirmar que apenas o processo de criação do Oriente pelo Ocidente tenha sido responsável por todo o processo de estereotipar a região. Mais do que as construções discursivas que tornam o Oriente parte do imaginário ocidental, distorcendo-o de sua forma real, existe uma relação de poder entre os dois extremos, possibilitada pelos padrões colocados por um discurso que não condizia com a realidade da região. O discurso ocidental estabelece o que Gramsci chamou de hegemonia cultural, que culmina em uma união entre teoria e prática no processo de dominação do Ocidente sobre o Oriente. A hegemonia cultural possibilita que o orientalismo se torne durável e, mais do que isso, que se torne uma ideologia parte do Ocidente. Isso acontece porque o discurso orientalista permite a construção e a manutenção de uma ideia de Europa que divide o mundo em europeus e não-europeus, ou seres e culturas superiores e inferiores, respectivamente (ABDEL-MALEK, 1963; KUMAR, 2012; SAID, 2007; WALLERSTEIN, 2007).

A ideia de superioridade europeia é um reflexo das ideias do coletivo ocidental e por isso eram reafirmadas por autores e trabalhos que tratam do Oriente. Logo, esse processo de distorção e imprecisão acadêmica é fruto da impossibilidade de distanciar o estudioso de suas concepções de mundo (ORLANDI, 2009; FAIRCLOUGH, 1989, 2003).

---

<sup>39</sup> De acordo com Said (2007), as principais referências sobre orientalismo são Inglaterra e França, até a Segunda Guerra Mundial, que depois são substituídas pelos EUA, que carregam consigo os dogmas formulados anteriormente. Abdel-Malek (1963) por sua vez cita também a importância dos alemães e russos até 1919 na construção dos estereótipos orientais.

Ou seja, o orientalismo não é uma simples representação passiva de uma região do mundo, mas sim

*[u]m discurso* que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como um regime imperial ou colonial), o poder intelectual (como as ciências dominantes, por exemplo, a linguística ou a anatomia comparada, ou qualquer uma das modernas ciências políticas), o poder cultural (como as ortodoxias e os cânones de gosto, texto, valores), o poder moral (como as ideias sobre o que “nós” fazemos e compreendemos) (SAID, 2007, p. 41).

Podemos entender, dessa forma, que o orientalismo é um campo no qual há um intercâmbio dinâmico entre a academia, interesses políticos do Ocidente e de sua cultura popular. A partir desse processo estabelece-se o que Said (2007) chama de autoridade intelectual do Ocidente sobre o Oriente. Essa autoridade, contudo, é artificial, visto que é fundamentada sobre os discursos do Ocidente sobre o Oriente.

É importante ressaltar que o orientalista é *exterior* ao Oriente, ou seja, ele não é parte integrante, mas apenas um porta-voz. Logo, esse estudioso não está preocupado com o Oriente, sua intenção é representá-lo por e para o Ocidente, uma vez que o próprio é tido como incapaz de se representar-se por si só. O problema da representação é que ela é construída pelos atores mais fortes de uma relação. Assim, o sentido adquirido pelo orientalismo depende muito mais do Ocidente do que do próprio Oriente; sentido esse que só é alcançado a partir de discursos de eruditos que são reproduzidos e legitimados por ditas autoridades intelectuais, tradições e convenções. O orientalismo é, portanto, um *discurso* representativo da cultura dominante ocidental do Oriente desconhecido e exótico que sobrevive até os dias de hoje por ter conseguido se transformar em dogmas que foram capazes de sobreviver

por séculos. Isso fez do Oriente uma designação geográfica, cultural e moral do Oeste.

### 3.1 AS RAÍZES DO ORIENTALISMO

A expansão muçulmana para a Europa nos séculos VII e VIII não significou apenas o sítio da Europa Central, mas também que após séculos de dominação ocidental, na figura do Império Romano, o Oriente Próximo e, conseqüentemente, a Terra Santa, também estavam sob domínio muçulmano. Desde então, teve início um período de disseminação de propaganda degradante do islã, legitimada e conduzida pelo Papa João VIII (872-882) na qual os muçulmanos foram representados como infiéis, invasores e como os principais inimigos de Deus (SAID, 2007; ALJAZEERA, 2016).

A aproximação muçulmana das fronteiras do Ocidente no século XI foi entendida pelo Papa Gregório VII (1073-1085) como uma justificativa para legitimar uma tentativa de aumentar o poder da Igreja Católica numa busca pela conquista do território da Igreja do Santo Sepulcro. Assim nasce a ideia da Guerra Santa. Os planos do Papa Gregório VII foram levados a cabo por seu sucessor, o Papa Urbano II (ALJAZEERA, 2016, o qual foi responsável por fixar a imagem dos muçulmanos como foco central das animosidades cristãs, a ponto de transformar o islã, no imaginário cristão, na personificação da religião do anticristo (MASTNAK, 2010). Urbano II “via seu tempo como a era da confrontação com muçulmanos. Deus lutaria contra os muçulmanos utilizando-se de soldados cristãos” (MASTNAK, 2010, p. 33, tradução nossa)<sup>40</sup>, até que em 1095 d.C., o Papa Urbano II lançou a Primeira Cruzada. A partir de então, o muçulmano foi transformado naquele com o qual só poderia haver uma Guerra Santa (AL-SHAIK-ALI, 2011, p. 146).

Após o fim da Primeira Cruzada, aqueles que retornaram contribuíram para a perpetuação e para a manutenção das percepções preconceituosas que haviam se espalhado pela Europa sobre os muçulmanos. Houve também um processo de construção ideológica, na qual os árabes muçulmanos eram figurados como bárbaros detentores de

---

<sup>40</sup> No original: “In his theology of history, Pope Urban saw his time as the age of confrontation with the Muslims: God fought the Muslims through the Christian soldiers”.

riquezas. Além dos mitos e percepções levados pelos cruzados, também foram levadas inúmeras histórias sobre o Profeta Maomé<sup>41</sup> e noções estereotipadas sobre o islã (ALLEN, 2010). A partir de então, reforçou-se o conceito de muçulmano como *outro*, ou seja, aquele que não pertence, uma construção que foi feita pelos europeus na ausência do *objeto*, sendo o muçulmano construído por relatos e não pelo contato direto (ALLEN, 2010).

Esse processo de construção do muçulmano foi possível graças ao estabelecimento do orientalismo como campo erudito em 1312 após decisão do Conselho da Igreja de Viena<sup>42</sup>. A partir de então foram, quatro séculos de estudos textuais sobre o Oriente, que formularam máximas sobre a região, visto que quando iam para o campo esses estudiosos estavam apenas interessados em provar a validade de suas verdades e não aprender sobre seu objeto de estudo (SAID, 2007).

O produto dos estudos orientalistas não se limitou apenas aos estudos eruditos, mas também povoaram obras literárias e artísticas ao longo da história<sup>43</sup>.

O Oriente então parece ser, não uma extensão ilimitada além do mundo europeu familiar, mas antes uma área fechada, um palco teatral afixado à Europa. (...) Nas profundezas desse palco oriental, encontra-se um repertório cultural prodigioso, cujos itens individuais evocam um mundo fabulosamente rico: a Esfinge, Cleópatra, o Éden, Troia, Sodoma e Gomorra, Astarteia, Isis e Osíris, Sabá, Babilônia, os Gênios, os Magos, Nínive, Prester

---

<sup>41</sup> Desde esse período são conferidas qualidades degradantes a Maomé, que passou a ser constantemente figurado como promíscuo e devasso (ALLEN, 2010).

<sup>42</sup> Após decisão do Conselho da Igreja de Viena de 1312 se determinou que o árabe, grego, siríaco e o hebraico deveriam se tornar cátedras em Paris, Oxford, Bolonha, Avignon e Salamanca (SAID, 2007, p. 85).

<sup>43</sup> Ésquilo e Eurípidos ainda na Grécia Antiga em *Os persas* e *As bacantes* já demarcaram a separação entre Oriente e Ocidente (p. 93); entre a Idade Média e o século XVIII Ariosto, Milton, Marlowe, Tasso, Shakespeare e Cervantes (p. 102) fazem uso do estereótipo oriental em suas obras, assim como o fizeram Hugo, Goethe, Nerval, Flaubert, Fitzgerald (p. 89) nos séculos XIX e XX.

John, Maomé e mais dezenas; cenários, em alguns casos apenas nomes, meio imaginados, meio conhecidos; monstros, diabos, heróis; terrores, prazeres, desejos (SAID, 2007, p. 102).

A arte e a literatura transformam o Ocidente no grande articulador do Oriente ao traçar uma linha divisória entre Europa e Ásia, na qual a primeira simboliza poder e articulação e a segunda era a representação da derrota e do perigo. Dessa divisão criou-se a concepção de que o Oriente, em especial o Oriente Próximo, era, desde a antiguidade, o opositor complementar do Ocidente.

Não apenas um opositor complementar, o Oriente Próximo, na figura do turco, se tornou uma ameaça real à Europa e ao cristianismo em 1453 com a Queda de Constantinopla<sup>44</sup>. O fim do Império Bizantino reavivou o sentimento antimuçulmano a ponto de contribuir para a formação da ideia de unidade cultural europeia, que buscou nos gregos a figura de berço da cultura, das ciências e das artes da Europa, culminando no Renascimento. Dessa forma, com “os turcos como inimigos das culturas grega e latina, a Europa apareceu como uma unidade cultural” (MASTNAK, 2010, p. 34, tradução nossa)<sup>45</sup>. A formação da unidade cultural europeia é acompanhada pela formação da unidade religiosa, de forma que o cristianismo foi reduzido à Europa e a Europa foi reduzida ao cristianismo. A ideia de unidade europeia, tendo como referência os turcos como os outros, institucionalizados sob o Império Otomano<sup>46</sup>, fez dos muçulmanos os inimigos da Europa ao ameaçarem à religião, à liberdade, à cultura e ao modo de vida europeu.

---

<sup>44</sup> O Império Otomano, todavia, parou de se expandir apenas em 1574 com a tomada de Tunís (HOURANI, 2006, pos. 4490).

<sup>45</sup> No original: “(...) the Turks as the enemies of both Greek and Latin culture, Europe appeared as cultural whole”.

<sup>46</sup> “O Império Otomano era uma das maiores estruturas políticas que a parte ocidental do mundo conheceu desde a desintegração do Império Romano: dominou a Europa Oriental, a Ásia Ocidental e maior parte do Magreb, e manteve juntas terras de tradições políticas muito diferentes, muitos grupos étnicos – gregos, sérvios, búlgaros, romenos, armênios, turcos e árabes – e várias comunidades religiosas – muçulmanos sunitas e xiitas, cristãos de todas as Igrejas históricas, e judeus. Manteve seu domínio sobre a maioria deles por

Dos encontros entre Leste e Oeste na história surgiram sínteses emblemáticas que definem a história, os estereótipos e os confrontos que fizeram do estrangeiro cada vez mais familiar ao Ocidente. Essa relação entre Oriente e Ocidente permitiu que o Oriente oscilasse no imaginário ocidental entre o desprezo pelas familiaridades compartilhadas e o prazer e o medo pelas diferenças. Além disso, o orientalismo se tornou o interlocutor do indivíduo comum com o Oriente, mas esse era um interlocutor embebido de imposições morais judaico-cristãs, assim como também de um processo de valoração histórico. Ou seja, o Oriente se tornou “província do Orientalista, mas também forçou o leitor ocidental não iniciado a aceitar codificações como o *verdadeiro* Oriente” (SAID, 2007, p. 107, grifos do autor).

Estabeleceu-se então uma visão comum sobre o Oriente inerente a todos aqueles que pensaram sobre ele, eruditos ou não. Somado a isso, o orientalista fez uso do discurso – utilizando-se de vocabulário e de um conjunto de figuras representativas – para, de forma imprecisa, “caracterizar o Oriente como estranho e incorporá-lo esquematicamente num palco teatral cujo público, gerente e atores estão voltados *para* a Europa, e apenas para a Europa” (SAID, 2007, p.113, grifos do autor). O uso dos *modos de operação* tornou o discurso inquestionável e legítimo<sup>47</sup>.

---

mais ou menos quatrocentos anos, e sobre alguns por até seiscentos anos” (HOURANI, 2006, pos. 4501).

<sup>47</sup> “Em vez de listar todas as figuras de linguagem associadas ao Oriente – sua estranheza, sua diferença, sua sensualidade exótica, e assim por diante -, podemos generalizar a seu respeito segundo o modo como essas figuras nos foram transmitidas pela Renascença. São todas declarativas e autoevidentes; o tempo verbal que empregam é o eterno atemporal; transmitem uma impressão de repetição e força; são sempre simétricas e, ainda assim, diametralmente inferiores a um equivalente europeu, que é ora especificado, ora não. Para todas essas funções, basta frequentemente usar o simples elemento de ligação *é*. (...) Não se limita a frase, não parece necessário dizer que Maomé *era* um impostor, nem é preciso considerar por um momento sequer que talvez não seja necessário repetir a afirmação. Ela *é* repetida, ele *é* um impostor e, cada vez que se menciona tal coisa, ele se torna mais impostor e o autor da afirmação ganha um pouco mais de autoridade por tê-la declarado. (...) Por fim, claro, categorias como a de impostor (ou oriental, no caso) implicam, na verdade requerem, um oposto que não seja fraudulentamente outra coisa, nem precise de uma contínua

É importante notar que a relação entre Ocidente e Oriente se deu, a partir do século XIV, em função da expansão do primeiro sobre o segundo. Esse avanço só se tornou possível e seguro graças à maneira como o Oriente foi abordado e representado pelos eruditos. Essa projeção do ocidental sobre o Oriente pode ser entendida como uma forma de projeção de poder, que se fundamentou sobre a ideia de que o Oriente era imutável e, por isso, todo e qualquer entendimento da região e de sua população, em qualquer período histórico, poderia ter como fonte de pesquisa poemas do século X ou passagens do Alcorão. Após atropelar e firmar as suas bases, o orientalismo erudito foi disseminado e legitimado, contribuindo para que o Ocidente partisse em busca da conquista e subjugação oriental.

O orientalismo, portanto, apresenta, desde seu início, duas características: “(1) uma autoconsciência científica recém-descoberta baseada na importância linguística do Oriente para a Europa, e (2) uma tendência a dividir, subdividir e tornar a dividir seu tema, sem jamais mudar de opinião [sendo] sempre o mesmo objeto imutável, uniforme e radicalmente peculiar” (SAID, 2007, p.147).

### 3.2 O ORIENTALISMO NA HISTÓRIA MODERNA

O contexto do Renascimento europeu também foi importante para aprofundar as ideias de superioridade ocidental, uma vez que durante esse período ocorreu a revolução científica do Ocidente, dando início ao processo de perda de autoridade da Igreja Católica nesta sociedade (KUMAR, 2012). Somado a isso o advento dos princípios iluministas que acabaram por estabelecer os ideais do universalismo europeu inauguraram um novo período do orientalismo. O fato que estabeleceu essa mudança de fase foi a invasão do Egito por Napoleão em 1798. A partir de então foram estabelecidos processos e perspectivas políticas e culturais que até os dias de hoje dominam a relação Ocidente e Oriente. Das expedições napoleônicas surgiram obras eruditas que contribuíram com a manutenção do conjunto de valores e estereótipos orientalistas, uma vez que a lealdade do explorador era para com o Ocidente<sup>48</sup>.

---

identificação explícita. Esse oposto é “ocidental” ou, no caso de Maomé, Jesus” (SAID, 2007, p. 113-4, grifos do autor).

<sup>48</sup>As obras que surgiram a partir da invasão napoleônica ao Egito, tinham como objetivo “retirar uma região de sua presente barbárie e restaurar sua antiga

A subjugação do Oriente às forças ocidentais e a imposição do domínio político e cultural sobre a região e seus habitantes, permitiu um processo de homogeneização do Oriental, que começou com os eruditos e administradores coloniais e acabou sendo disseminado como uma das verdades absolutas do orientalismo. Criou-se a ideia que os orientais tinham, em sua maioria, as mesmas características, sendo taxados como fanáticos religiosos, incapazes de pensarem por si só, causadores de intrigas e avessos às modernidades que o Ocidente era capaz de oferecer. O conhecimento sobre o Oriente, portanto, *se transformou* no Oriente e impôs autoridade sobre ele. Essa imposição de autoridade significava que o Ocidente (nós), por conhecermos melhor o Oriente

---

grandeza clássica; instruir o Oriente (para seu próprio benefício) nos modos do Ocidente moderno; subordinar ou minimizar o poder militar para engrandecer o projeto do glorioso conhecimento adquirido no processo de dominação política do Oriente; formular o Oriente, dar-lhe forma, identidade, definição com pleno reconhecimento de seu lugar na memória, sua importância para a estratégia imperial e seu papel ‘natural’ como apêndice da Europa; dignificar todo o conhecimento coligido durante a ocupação colonial como o título ‘contribuição para a erudição moderna’, quando os nativos não tinham sido nem consultados, nem tratados senão como pretextos para um europeu comandar, quase à vontade, a história, o tempo e a geografia orientais; instituir novas áreas de especialização; estabelecer novas disciplinas; dividir, organizar, esquematizar, tabular, indexar e registrar tudo à vista (e fora da vista); fazer de cada detalhe observável uma generalização e de toda generalização uma lei imutável sobre a natureza, o temperamento, a mentalidade, o costume ou o tipo oriental; e, acima de tudo, transmutar a realidade viva na matéria dos textos, possuir (ou pensar possuir) a realidade, principalmente porque nada no Oriente parece resistir a esses poderes: essas são as características da projeção orientalista inteiramente realizada em *Description d l'Égypte*, ela própria possibilitada e reforçada pela absorção inteiramente orientalista do Egito por Napoleão com os instrumentos do conhecimento e do poder ocidentais. *A Description* com isso desloca a história egípcia ou oriental como uma história que possui sua própria coerência, identidade e sentido. Em vez disso, a história registrada na *Description* suplanta a história egípcia e oriental, identificando-se direta e imediatamente com a história mundial, um eufemismo para a história europeia. (...) Além do mais, o puro poder de ter descrito o Oriente em termos ocidentais modernos ergue o Oriente dos domínios de obscuridade silenciosa em que permaneceu negligenciado (exceto por murmúrios incipientes de uma percepção vasta, mas indefinida, de seu próprio passado) para a claridade moderna da ciência europeia” (SAID, 2007, p. 130-2, grifo nosso).



(eles) do que eles próprios poderiam negar-lhes autonomia (ABDEL-MALEK, 1963; KUMAR, 2012; SAID, 2007).

O argumento orientalista ganhou força graças à relação dialética entre conhecimento e poder, no sentido que o conhecimento sobre o Oriente que justificou a incursão ocidental à região e essa incursão que demandou cada vez mais conhecimento. A divisão entre ocidentais e orientais impôs que os primeiros dominassem e os demais fossem dominados, ou seja, suas terras foram ocupadas, questões internas passaram a ser controladas por administradores vindos do Ocidente e suas vidas e riquezas ficaram a mercê dos desígnios ocidentais. O orientalismo, portanto, *impôs* uma ordem hierárquica e soberana do Oeste para o Leste, de forma que o Oriente só passou a existir para os ocidentais porque o Ocidente o incorporou como uma extensão de seu território, estabelecendo uma relação de poder entre essas regiões, dando início ao processo de colonização do Oriente<sup>49</sup>.

Esse processo de colonização do Oriente, consequência desse novo imperialismo do século XIX, deu origem a uma experiência moderna que uniu o antigo conhecimento orientalista com o *espírito conquistador europeu*, causando uma reconstrução do Oriente a partir dos novos esforços orientalistas. Inaugurou-se um período no qual o conhecimento orientalista foi utilizado pelas potências imperialistas para justificar suas ações tanto interna como externamente, no sentido de reforçar a ideia de que os ocidentais que realmente sabiam o que os orientais realmente precisavam. Ou seja, os muçulmanos foram reduzidos a pequenas peças no tabuleiro dos países ocidentais. Isso contribuiu para reduzir a estranheza com relação ao Oriente e, pelo menos, diminuir a hostilidade ocidental frente ao islã, visto que o orientalismo passou a denotar poder aos orientalistas e não mais ao povo islâmico. Essa mudança de perspectiva para com o islã é importante porque diferentemente das demais regiões do Leste, a porção dominada por árabes, de maioria muçulmana, sempre representou um desafio político, intelectual e econômico para a Europa (KUMAR, 2012; SAID, 2007).

---

<sup>49</sup> Importante lembrar que a partir do processo de colonização do século XVIII e, conseqüentemente, da expansão europeia pela Ásia, os estudos orientalistas passam a abarcar também essas novas regiões, deixando de ser um estudo com grande foco apenas no Oriente Próximo (SAID, 2007).

O arrefecimento do temor do oriental e do islã graças à invasão do Egito por Napoleão, e da expansão imperialista europeia a partir de meados do século XIX alteram a percepção ocidental da geografia real e imaginativa, de forma que Oriente e Ocidente agora estavam próximos. Isso contribuiu para o começo de um processo de desmistificação do Oriente, mas manteve-se o caráter generalista das representações do muçulmano. Nesse período, o orientalismo ganhou orientação geopolítica. A nova abordagem dos estudos orientalistas passou a se apoiar em quatro elementos: o primeiro, a expansão da concepção de Oriente para além do Oriente islâmico; o segundo, o comparatismo, baseado no binarismo, buscou entender as demais civilizações a partir da comparação entre elas e o Ocidente; o terceiro, que se colocou como oposição ao comparatismo, é a empatia que buscou fugir dos levantamentos judiciosos que eram levantados pelas comparações; e, por fim, a tipificação generalista do homem, um processo de estereotipação moral, intelectual e espiritual dos indivíduos<sup>50</sup> (SAID, 2007; ZEBIRI, 2011).

Uma das principais mudanças para o Oriente nessa nova abordagem é consequência da ascensão do secularismo no Ocidente. Houve um movimento, nesse período, bastante contraditório porque ao mesmo tempo em que aconteceu a aproximação do Ocidente com o islã, na tentativa de compreendê-lo e a região na qual ele predomina, o mesmo Ocidente adotava convicções iluministas que postulavam que a religião é algo irracional. Em função disso, os habitantes do Oriente Próximo passaram a ser visto como irracionais em função de sua religião e, graças à abordagem mais abrangente que o secularismo adotou, a região passou a também ser caracterizada a partir de conceitos

---

<sup>50</sup> Said (2007) exemplifica esse processo da seguinte forma: “as características fisiológicas e morais são distribuídas de modo mais ou menos igual: o americano é ‘vermelho, colérico, ereto’, o asiático é ‘amarelo, melancólico, rígido’, o africano é ‘negro, fleumático, lasso’. Mas essas designações ganham força quando, mais tarde, no século XIX, são aliadas ao caráter como derivação, como tipo genético. A força da generalização moral é realçada pela precisão com que figuras dramáticas, quase arquetípicas – o homem primitivo, os gigantes, os heróis -, são mostradas como a gênese das presentes questões morais, filosóficas, até linguísticas. Assim, quando nos referíamos a um oriental, era em termos de universais genéticos, como seu estado ‘primitivo’, suas características primárias, sua formação espiritual particular” (p. 174).

estereotipados de raça, cor, origem, temperamento e caráter. Dessa forma, pode-se dizer que o orientalismo moderno é uma versão secularizada de um conhecimento já existente, conferindo-o uma dita base científica e racional – não apenas se reproduziu ideais e um vocabulário de uso impessoal, como também se criou um vocabulário científico sobre o tema e se estabeleceu o orientalista como a principal autoridade sobre e para o Oriente. Assim, quanto mais o Ocidente se expandiu sobre o Oriente, mais o orientalismo ganhou força, e quanto mais força o orientalismo ganhou, mais o Oriente permaneceu reduzido e subordinado ao Ocidente (SAID, 2007; ZEBIRI, 2011).

Dessa forma, o acúmulo de conhecimento sobre o Oriente se tornou cada vez mais generalista, sendo o processo de formação e manutenção do conhecimento orientalista do século XIX seletivo e pouco transformador. Isso aconteceu porque em momento algum os textos do período pré-invasão napoleônica deixaram de ser utilizados. Ou seja, o orientalismo moderno não passou de uma paráfrase de conceitos, estereótipos e realidades há muito descaracterizadas e retratadas, excluindo por completo a verdadeira realidade do Oriente no século XIX. O orientalismo, portanto, é um consenso de imperativos, perspectivas e ideologias pelas quais o Oriente é retratado de maneira determinista. O orientalismo é um sistema de representações que introduziu o Oriente ao Ocidente, primeira na consciência e depois no império. Logo, mais do que apenas uma ideologia, o orientalismo do século XIX é produto de forças e interesses políticos. Isso só foi possível graças ao caráter racista, imperialista e etnocêntrico da Europa na época, que criou, dentro de suas fronteiras, um consenso de superioridade que possibilitou a formação de uma doutrina política para se impor sobre o Oriente (ABDEL-MALEK, 1963; KUMAR, 2012; SAID, 2007).

Culturalmente, o orientalismo é uma agressão ao Oriente. Este foi qualificado a partir de discursos que remetiam a sua dita sensualidade<sup>51</sup>,

---

<sup>51</sup> “O próprio orientalismo, além do mais, era uma província exclusivamente masculina; como tantas associações profissionais durante o período moderno, ele via a si e a seu tema com vendas sexistas sobre os olhos. Isso é evidente de maneira particular nos escritos dos viajantes e romancistas: as mulheres são em geral criaturas de uma fantasia de poder masculina. Manifestam uma sexualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, insaciáveis” (SAID, 2007, p. 281-2).

sua tendência ao despotismo, hábitos imprecisos e seu atraso. Às ideias construtoras do caráter oriental somaram-se características biologicamente determinísticas e de censura moral-política para retratar o oriental, que passou a ser associado aos cidadãos tidos de segunda classe na sociedade ocidental, como delinquentes, doentes, mulheres e pobres. Era um problema a ser resolvido e, no caso do Oriente, a melhor solução era a conquista. Esse processo de apropriação europeia da consciência oriental que resultou em sua degradação moral frente ao Ocidente, foi parte de uma política de Estado de apropriação e incorporação territorial, administrativa, econômica e militar. O Oriente deixou de ser estrangeiro e passou a ser colônia ou perspectiva de (KUMAR, 2012; SAID, 2007).

O descaso ocidental frente às demandas e aspirações orientais era tanto que mesmo o território do Império Otomano, que apesar de enfermo ainda sobrevivia, despertava os interesses franceses e britânicos, os quais entendiam possuir direitos tradicionais sobre o Oriente, desconsiderando as aspirações nacionais árabes que ali surgiam. Para ambos os impérios a região era apenas um território a Leste da Europa e seu valor apenas era definido em termos da mesma. E foi justamente nessa região, no pós Primeira Guerra Mundial, que o orientalismo se apresentou de forma mais enfática (ABDEL-MALEK, 1963; HOURANI, 2006; SAID, 2007).

O interesse pelos territórios Otomanos fez com que o árabe e o islã voltassem a ser o foco dos estudos orientalistas no final do século XIX. A grande diferença é que o foco no mundo árabe muçulmano veio acompanhado pelos ideais do Fardo do Homem Branco<sup>52</sup>, que, apenas

---

<sup>52</sup> *O Fardo do Homem Branco*, poema de Robert Kipling, inspirou os movimentos coloniais dos séculos XIX e XX. De acordo com Said (2007), “por trás da máscara de amável liderança do Homem Branco, há sempre a vontade expressa de usar a força, matar e ser morto. O que dignifica sua missão é um senso de dedicação intelectual; ele é um Homem Branco, mas não por mero lucro, pois a sua ‘estrela eleita’ está presumivelmente muito acima do ganho terreno. (...) Porém, no final, ser um Homem Branco, para Kipling, e para aqueles cuja percepção e retórica ele influenciou, era uma atividade que confirmava a si mesma. Uma pessoa se tornava um Homem Branco porque era um Homem Branco; mais importante, ‘beber dessa taça’, viver aquele destino inalterável nos ‘dias do Homem Branco’, deixava pouco tempo para a especulação ociosa sobre as origens, as causas, a lógica histórica. Ser um

reforçou uma ideia que já existia e tinha respaldo – a ideia de que o Ocidente era superior às demais regiões do mundo. Um dos elementos em comum é o hábito de desenvolver grandes generalizações, as quais foram utilizadas para dividir a realidade, além disso, outro elemento em comum era que apenas o Homem Branco e o orientalista eram tidos como verdadeiramente capazes de falar sobre os não ocidentais (KUMAR, 2012; SAID, 2007).

Nesse contexto, repetiu-se a ideia do caráter primitivo do árabe muçulmano, que foi reforçada por meio de reduções e generalizações. Isso só se tornou possível graças a operação em conjunto do vocabulário, de instrumentos epistemológicos, do método, da tradição e da política. Dessa forma, anos de tradição orientalista apagaram a individualidade dos árabes muçulmanos, assim como também sua humanidade.

Uma generalização sobre “o Oriente” tirava o seu poder da presumida representatividade de tudo o que era oriental; cada partícula do Oriente falava do seu caráter oriental, tanto assim que o atributo de ser oriental atropelava todo exemplo contrário. Um homem oriental era primeiro um oriental, e só em segundo lugar um homem. Essa tipificação radical era naturalmente reforçada pelas ciências (ou discursos, como prefiro chama-los) que adotavam uma direção para baixo e para trás rumo à categoria das espécies, que também

---

Homem Branco era, portanto, uma ideia e uma realidade. Implicava uma posição racional para com o mundo branco e não branco. Significava – nas colônias – falar de uma certa maneira, comportar-se de acordo com um código de regras, e até sentir certas coisas e não outras. Significava julgamentos, avaliações, gestos específicos. Era uma forma de autoridade diante da qual esperava-se que os não brancos, ou até os próprios brancos, se inclinassem. Nas formas institucionais que assumia (governos coloniais, corpos consulares, estabelecimentos comerciais), era um veículo para a expressão, difusão e implementação da política em relação ao mundo, e dentro desse veículo, embora fosse permitida uma certa latitude pessoal, regia a ideia comunal e impessoal de ser um Homem Branco” (p. 306-7).

devia ser uma explicação ontogênica para cada membro das espécies (SAID, 2007, p.312).

Essas teses e argumentos, caso tivessem ficado restritas ao mundo acadêmico, poderiam ter sido ignoradas. Contudo, não foi isso que aconteceu, visto que as teorias raciais ganharam cada vez mais estímulo e força, graças às ideias de nacionalismos e imperialismo da época, que colocavam os europeus como superiores às regiões não europeias da humanidade (KUMAR, 2012; SAID, 2007).

A derrota e, conseqüentemente, o desmembramento do Império Otomano no pós Primeira Guerra Mundial colocou fim a séculos de proteção contra o domínio europeu da região do Oriente árabe (HOURANI, 2006). O fim da estrutura política na qual a região estava inserida, somadas às ideias de Woodrow Wilson e outros políticos ocidentais sobre a autodeterminação dos povos, despertou o desejo em algumas camadas dos povos árabes de mudança em seu status político. Partes dessas demandas foram incentivadas pelos próprios britânicos que “havia encorajado as esperanças de independência árabe”<sup>53</sup> no intuito de impor um “poder ou raça que sobrepujasse os turcos em números” (HOURANI, 2006, pos.6523). Mesmo sob tutela dos interesses britânicos, essa foi a primeira vez que a ideia de um Estado árabe teve apoio de uma grande potência. Entretanto, apesar da manifestação britânica de apoio à formação de Estados nacionais árabes, as províncias da região do Império Otomano foram divididas entre França e Inglaterra em zonas de influência permanente por meio do acordo Sykes-Picot<sup>54</sup>, antes mesmo do fim da Primeira Guerra Mundial.

---

<sup>53</sup> “Em 1916, Husayn, o xarife de Meca da família hachemita (1908-1924), revoltou-se contra o sultão muçulmano, e uma força árabe, recrutada em parte de beduínos da Arábia Ocidental, e em parte de prisioneiros ou desertores do Império Otomano, lutou ao lado das forças aliadas na ocupação da Palestina e da Síria. Esse movimento começou após a troca de correspondência entre os britânicos e Husayn, agindo em contato com grupos nacionalistas árabes, na qual os britânicos haviam encorajado as esperanças de independência árabe” (HOURANI, 2006, pos.6518).

<sup>54</sup> O Acordo de Sykes-Picot “also called Asia Minor Agreement, (May 1916), secret convention made during World War I between Great Britain and France, with the assent of imperial Russia, for the dismemberment of the Ottoman Empire. The agreement led to the division of Turkish-held Syria, Iraq, Lebanon,

Além disso, a Declaração Balfour<sup>55</sup> de 1917, demonstrou o apoio do governo britânico ao estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina. O Tratado de Versalhes<sup>56</sup> refletiu os interesses políticos

---

and Palestine into various French- and British-administered areas. Negotiations were begun in November 1915, and the final agreement took its name from its negotiators, Sir Mark Sykes of Britain and François Georges-Picot of France. Its provisions were as follows: (1) Russia should acquire the Armenian provinces of Erzurum, Trebizond (Trabzon), Van, and Bitlis, with some Kurdish territory to the southeast; (2) France should acquire Lebanon and the Syrian littoral, Adana, Cilicia, and the hinterland adjacent to Russia's share, that hinterland including Aintab, Urfa, Mardin, Diyarbakır, and Mosul; (3) Great Britain should acquire southern Mesopotamia, including Baghdad, and also the Mediterranean ports of Haifa and 'Akko (Acre); (4) between the French and the British acquisitions there should be a confederation of Arab states or a single independent Arab state, divided into French and British spheres of influence; (5) Alexandretta (İskenderun) should be a free port; and (6) Palestine, because of the holy places, should be under an international regime. This secret arrangement conflicted in the first place with pledges already given by the British to the Hāshimite dynast Ḥusayn ibn 'Alī, sharif of Mecca, who was about to bring the Arabs of the Hejaz into revolt against the Turks on the understanding that the Arabs would eventually receive a much more important share of the fruits of victory. It also excited the ambitions of Italy, to whom it was communicated in August 1916, after the Italian declaration of war against Germany, with the result that it had to be supplemented, in April 1917, by the Agreement of Saint-Jean-de-Maurienne, whereby Great Britain and France promised southern and southwestern Anatolia to Italy. The defection of Russia from the war canceled the Russian aspect of the Sykes-Picot Agreement, and the Turkish Nationalists' victories after the military collapse of the Ottoman Empire led to the gradual abandonment of its projects for Anatolia. The Arabs, however, who had learned of the Sykes-Picot Agreement through the publication of it, together with other secret treaties of imperial Russia, by the Soviet Russian government late in 1917, were scandalized by it, and their resentment persisted despite the modification of its arrangements for the Arab countries by the Allies' Conference of San Remo in April 1920" (BRITANICA, 2016).

<sup>55</sup> Documento assinado em 1917 pelo então Ministro das Relações Exteriores, estabeleceu que o governo britânico via com bons olhos o estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina (HOURANI, 2006).

<sup>56</sup> Tratado de Versalhes foi “o acordo de paz imposto pelas grandes potências vitoriosas sobreviventes (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália) e em geral, embora imprecisamente, conhecido como Tratado de Versalhes, era dominado

europeus e colocou fim às aspirações de independência árabe ao determinar que a região ficasse sob o mandato de Estados europeus<sup>57</sup>.

O orientalismo do pós Primeira Guerra Mundial foi legitimado pelas mesmas instituições que o legitimaram durante a Idade Média, o período renascentista e a expansão colonial europeia. Os eruditos agora eram os acadêmicos das grandes universidades do Ocidente e a literatura se expandiu também para os filmes e revistas de grande circulação

---

por cinco considerações. A mais imediata era o colapso de tantos regimes na Europa e o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário, alternativo, dedicado à subversão universal, um imã para as forças revolucionárias de todas as partes. Segundo, havia a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada. Por motivos óbvios, esse era, e continuou sendo desde então, o maior interesse da França. Terceiro, o mapa da Europa tinha de ser redividido e retraçado, tanto para enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano. Os muitos pretendentes à sucessão, pelo menos na Europa, eram vários movimentos nacionalistas que os vitoriosos tendiam a estimular, contanto que fossem antibolcheviques como convinha. Na verdade, na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar *Estados-nação* étnico-linguísticos, segundo a crença de que as nações tinham o “direito de autodeterminação”. O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando as da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença, que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e linguísticas das regiões que seriam divididas em *Estados-nação*. (...) O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo das linhas imperialistas – divisão entre Grã-Bretanha e França – com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer ‘um lar nacional’ para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial. O quarto conjunto de considerações eram as políticas internas dentro dos países vitoriosos – o que significava, na prática, Grã-Bretanha, França e EUA – e os atritos entre eles. (...) Por fim, as potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e cujos efeitos retardados estavam em toda parte. Fracassaram da forma mais espetacular. Vinte anos depois, o mundo estava de novo em guerra” (HOBBSAWM, 1994).

<sup>57</sup> “De acordo com os termos dos mandatos, formalmente concedidos pela Liga das Nações em 1922, a Grã Bretanha seria responsável pelo Iraque e pela Palestina, e a França pela Síria e pelo Líbano” (HOURANI, 2006, pos.6554).



(LITTLE, 2008). No período entre guerras, o papel do orientalista islâmico foi o de caracterizar o muçulmano como alguém avesso às mudanças e à modernidade. O Oriente foi, mais uma vez, deformado pelo orientalista que, de forma categórica, afirmava o que o Oriente poderia ou deveria ser, fornecendo ao discurso orientalista apenas as informações necessárias para confirmar suas especulações, de forma a cumprir requisitos político-nacionais da época. Foi a partir dessa redistribuição e reestruturação dos estudos orientais que o orientalismo se transformou em *instrumento de política nacional*. Junto a isso foi necessário a transformação do muçulmano em elemento de segunda categoria e, para lográ-lo, o Ocidente roubou para si grande parte da ciência islâmica enquanto reduziu séculos de história, filosofia e ciência à religião (BISWAS, 2004; SAID, 2007)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o orientalismo islâmico sofreu nova transformação e o orientalismo entrou em sua terceira fase. A mudança nas lideranças da política mundial, com os EUA a frente do bloco ocidental durante a Guerra Fria, gerou mudanças importantes para o Oriente Próximo, a começar pela transformação do orientalista em especialista a serviço dos governos e dos negócios. Além disso, a criação do Estado de Israel em 1948 aproximou cada vez mais o árabe do cotidiano ocidental, tornando-o parte de sua cultura popular. Em função disso, o Oriente Próximo logo se tornou cada vez mais uma questão política e administrativa (ALLEN, 2010; SAID, 2007).

É importante ter em mente que toda construção sobre o árabe muçulmano feita por acadêmicos e ditos intelectuais europeus se dissipou nos EUA, servindo como base para o orientalismo que ali se formou<sup>58</sup>. O árabe foi facilmente acomodado às transformações e

---

<sup>58</sup> “Um dos dogmas [que persiste] é a diferença absoluta e sistemática entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário, superior, e o Oriente, que é aberrante, não desenvolvido, inferior. Outro dogma pe que as abstrações sobre o Oriente, particularmente as baseadas em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, são sempre preferíveis a evidências diretas tiradas das modernas realidades orientais. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se definir; portanto, supõe-se ser inevitável e até cientificamente “objetivo” um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental. Um quarto dogma é que o Oriente é no fundo algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as horas

reduções, partindo do estereótipo de um beduíno em cima de um camelo até a representação do fracasso após a derrota dos exércitos árabes por Israel em 1948, 1956 e 1967. Essa imagem mudou novamente após 1973 em função da Crise do Petróleo, quando de derrotado e incompetente, o árabe foi transformado em uma figura ameaçadora. O árabe passou a ser constantemente retratado no Ocidente de maneira negativa, sempre como um obstáculo à paz, primeiro a de Israel, depois do Ocidente (ideia que acaba se confundindo).

O árabe, portanto, é concebido agora como uma sombra que persegue o judeu. Nessa sombra – porque os árabes e os judeus são semitas orientais – pode ser colocada qualquer desconfiança tradicional e latente que o ocidental sente em relação ao oriental. Pois o judeu da Europa pré-nazista bifurcou-se: o que temos agora é um herói judaico, construído a partir de um culto reconstruído do orientalista-aventureiro-pioneiro, e sua sombra rastejante, misteriosamente temível, o oriental árabe. Isolado de tudo exceto do que lhe foi criado pelo polêmico orientalista, o árabe está acorrentado a um destino que o fixa e o condena a uma séria de reações, punidas com regularidade por aquilo que Barbara Tuchman dá o nome teológico de “a espada rápida e terrível de Israel” (SAID, 2007, p. 382-3).

Além de antissionista, o árabe era o fornecedor de petróleo que manteve o mundo desenvolvido como refém em 1973-74 e o mantém sob ameaça de corte de fornecimento desde então<sup>59</sup>.

---

mongóis, etc.) ou controlado (pela pacificação, por pesquisa e desenvolvimento, pela ocupação cabal sempre que possível)” (SAID, 2007, p.401-2).

<sup>59</sup> “Dessas perguntas provém a sugestão frequentes de que os campos de petróleo árabes sejam invadidos pelos fuzileiros navais” (SAID, 2007, p. 383). Foi após o corte de fornecimento que o então presidente Carter estabeleceu a Doutrina Carter, a qual colocou que “any attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as na assault on the vital

Os árabes são, desde então, cada vez mais figurados na grande mídia e em filmes como sanguinários e libidinosos, sempre em grandes grupos, em uma tentativa de retirar suas características e experiências individuais. A maioria das imagens faz, mesmo que de forma inconsciente, referência a *jihad*<sup>60</sup>, implicando no medo de que árabes muçulmanos dominassem o mundo. A academia também contribuiu para a perpetuação dessas ideias por meio de publicações que reafirmam as mesmas construções e estereótipos sobre os muçulmanos presentes desde a Idade Média (AL-SHAIK-ALI, 2011).

Seria um erro, contudo, afirmar que o interesse dos EUA pelo Oriente, em especial pelo Oriente Próximo, tenha iniciado apenas no pós Segunda Guerra Mundial. A relação EUA e Oriente Próximo, data do período da independência norte americana, no qual os “revolucionários [fundadores] da América, um quarto de século após 1776, consideravam o mundo muçulmano como um local assolado pelo despotismo oriental, a miséria econômica e embrutecimento intelectual, ou seja, como a antítese do republicanismo que eles se comprometeram honrar” (LITTLE, 2008, p. 4, tradução nossa)<sup>61</sup>. No século XIX o interesse

---

interest of the United States. It will be repelled by any means necessary, including military forces” (RAYMOND, 1980, p. 63).

<sup>60</sup> De acordo com o *Oxford Dictionary of Islam* (2003) o significado do termo *jihad* “depends on the context. May express a struggle against one’s evil inclinations, an exertion to convert unbelievers, or a struggle for the moral betterment of the Islamic community. Today often used without any religious connotation, with a meaning more or less equivalent to the English word *crusade* (as in ‘a crusade against drugs’). If used in a religious context, the adjective *Islamic* or *holy* is added. Jihad is the only legal warfare in Islam, and it is carefully controlled in Islamic law. It must be called by a duly constituted state authority, it must be preceded by a call to Islam or treaty, noncombatants must not be attacked, and so on. To justify the struggle against coreligionists, extremists branded them unbelievers for their neglect in adhering to and enforcing a particular interpretation of Islam. Contemporary thinking about jihad offers a wide spectrum of views, including conservatives who look to classical Islamic law on the subject and radicals who promote a violent jihad against Muslim and non-Muslim rulers” (p. 159-60)

<sup>61</sup> No original: “The revolutionary statesmen who invented America in the quarter-century after 1776 regarded the Muslim world, beset by oriental despotism, economic squalor, and intellectual stultification, as the antithesis of the republicanism to which they had pledged their sacred honor.”

político norte americano pela região já era perceptível na estrutura dos seus estudos orientalistas, até que na década de 1950, o conhecimento sobre o Oriente Próximo se transformou em questão de segurança nacional<sup>62</sup>. A inclusão do árabe muçulmano como tema de segurança nacional foi feita sem que todo o conhecimento sobre o Oriente Próximo fosse questionado ou, ao menos, revisto. Pelo contrário, o trabalho dos arabistas e daqueles que estudavam o islã não passaram por nenhuma revisão, o que contribuiu para a manutenção de ideais restritivas sobre a existência de *uma, e apenas uma*, sociedade muçulmana, mente árabe e psique oriental. Houve, portanto, não apenas interesse, mas também uma gama de atores dedicados a legitimar e manter a autoridade de um punhado de ideias básicas, basicamente imutáveis, sobre o islã, o Oriente e os árabes (LITTLE, 2008).

Ainda assim, o primeiro grande encontro entre os EUA e o islã só aconteceu em 1979, quando da eclosão da Revolução Iraniana (ESPOSITO, 2012). Nesse momento, não apenas a embaixada ficou tomada por 444 dias (entre 4 de Novembro de 1979 e 20 de Janeiro de 1981) e 52 estadunidenses foram feitos reféns, mas principalmente, foi um período de transição, quando *o orientalismo assumiu sua faceta islamofóbica*, ou seja, o tratamento estereotipado e preconceituoso do árabe muçulmano extrapolou a academia, literatura e as artes e ganhou novas proporções dentro da cultura popular e política (ZEBIRI, 2011). Logo, a Revolução Islâmica no Irã foi um evento extremamente significativo e inegavelmente parte integrante da forma como o islã e os muçulmanos foram retratados no Ocidente, representação essa que persiste até os dias de hoje (ALLEN, 2010).

---

<sup>62</sup> “Dessa preocupação, e como um adjunto contemporâneo à American Oriental Society, mais voltada para o passado, nasceu todo o imenso aparato de pesquisa sobre o Oriente Médio. O modelo, tanto na sua atitude francamente estratégica como na sua sensibilidade à segurança e às políticas públicas (e não, como se alega, com frequência, à pura erudição), foi o Middle East Institute, fundado em maio de 1946 em Washington sob a égide do governo federal. De organizações assim surgiram a Middle East Studies Association, o poderoso apoio da Fundação Ford, os vários projetos federais de pesquisa, projetos de pesquisa executados por entidades como o Departamento de Defesa, a Corporação RAND e o Instituto Hudson, bem como os aparelhos consultivos e lobistas de bancos, companhias petrolíferas, multinacionais e outros órgãos semelhantes” (SAID, 2007, p. 394).

A Revolução Iraniana foi o primeiro movimento de resistência islâmica contra a dominação ocidental bem sucedido. Bem sucedido também foi o papel da grande mídia na retratação do muçulmano e na construção do discurso contra o islã e seus seguidores. O papel antes ocupado por eruditos e intelectuais em 1979 é ocupado pela grande mídia. A televisão levou para dentro das casas ocidentais os acontecimentos da revolução iraniana e transformou o muçulmano em um dos principais inimigos da liberdade ocidental – apesar da distância geográfica, as imagens ali mostradas minaram, no coletivo da sociedade, a sensação de segurança da qual desfrutavam. As imagens mostradas da Revolução no Ocidente tornaram-se legitimadoras da ideia que sempre existiu *de que o islã é uma religião violenta e que faz uso da espada para se disseminar*. Dessa forma foi, mais uma vez, reforçada a imagem coletiva do muçulmano como um bárbaro que tem como fim último da sua vida destruir o que se conhece por civilização ocidental (ALLEN, 2010).

A Revolução Iraniana tornou-se o marco da criação do estereótipo do *muçulmano mau* na sociedade ocidental e o divisor de águas das relações contemporâneas entre o islã e o Ocidente. O processo de estereotipagem e homogeneização do muçulmano se deu tendo como referência a parcela mais extremista da população. Nesse processo a mídia foi uma grande colaboradora, uma vez que retratou todos os muçulmanos como intolerantes, conservadores e contrários aos *valores ocidentais*. No médio prazo, a Revolução Iraniana não apenas contribuiu para todo o processo de manutenção e acentuação do estereótipo muçulmano, como também criou o novo inimigo ocidental, que ocuparia o espaço do comunismo com o fim da Guerra Fria.

Ocidente e o Islã estavam sendo forçados a mudar suas percepções globais e seu relacionamento: “o colapso do comunismo removeu o inimigo comum do Ocidente e do Islã, deixando que percebessem a ameaça um do outro”. Se as conclusões podem ser tão facilmente desenhadas permanece aberta ao debate, mas, dado o contexto histórico que havia se formado e informado a relação entre o Ocidente e o Islã, então é pelo menos razoável sugerir que, se nada mais, o clima era propício

para uma maior desconfiança e medo do que se sucederia. Mais informalmente, foi uma época na qual o medo de “vermelhos sob as camas” foi substituído pelo medo de “fanáticos nos sótãos” (ALLEN, 2010, p. 46, tradução nossa)<sup>63</sup>.

A partir de então, o islã, na figura do fundamentalismo muçulmano, foi representado no Ocidente como ameaça civilizacional, demográfica e, principalmente, política (ESPOSITO, 2012), passando a ser considerado a principal ameaça à paz global (GRESH, 2001; HOLLINGWORTH, 1993; HUNTINGTON, 1994).

Essa tese ganhou reforço com o trabalho de Huntington (1994), que passou a dividir o mundo a partir de uma cortina civilizacional e, nessa divisão, ao islã foi conferido, mais uma vez, o papel de grande inimigo do Ocidente. As Guerras do Golfo, da Bósnia e da Chechênia, na década de 1990, de certa forma, reforçaram a ideia no Ocidente, que surgiu desde a Revolução Iraniana de 1979, de que existia uma tendência generalizada antiocidental no islã (ALLEN, 2010). Além disso, os conflitos que aconteceram ao longo das chamadas *fronteiras do islã*, ajudaram a reforçar a ideia do caráter belicista do muçulmano. Quando Huntington (1994) afirmou que “nos anos 90, eles [muçulmanos] se envolveram em mais violências entre grupos do que os povos de qualquer outra civilização” (p. 326) reforçou-se ainda mais o medo da ameaça islâmica e da inevitabilidade de um combate entre Ocidente e Oriente (SCHIOCCHETE, 2011).

---

<sup>63</sup> No original: “any way useful, what was occurring at the global level was, as Huntington put it, that both the West and Islam were being forced to shift their global perception and relationship: ‘the collapse of communism removed a common enemy of the West and Islam and left each the perceived threat of each other’. Whether conclusions can be so easily drawn remains open to debate, but given the historical context that had shaped and informed the relationship between the West and Islam, then it is at least reasonable to suggest that if nothing more, the climate was one that was conducive for a greater mistrust, suspicion and fear to ensue. Rather more anecdotally, it was a time when the fear of ‘reds under the beds’ was replaced by the fear of ‘fanatics in the attics’”.

### 3.3 A NOVA FASE DO ORIENTALISMO: A ISLAMOFOBIA NO SÉCULO XXI

Foi no contexto da década de 1990 que surgiu a primeira definição sobre o que seria islamofobia. Em um relatório, intitulado *Islamophobia: A Challenge for us All*, do Runnymede Trust (1997), se tentou, pela primeira vez, dar nome e definir o sentimento anti-islâmico que havia se tornado um problema na Grã Bretanha. Apesar do relatório dedicado apenas à islamofobia, o tema foi previamente tratado em um primeiro relatório em 1994 cujo foco era o antissemitismo. Desde então o tema da islamofobia apareceu como um fenômeno consequente do ressurgimento do sentimento antimuçulmano e anti-islâmico na Europa<sup>64</sup>, consequência do movimento migratório que teve início na década de 1950 (ALLEN, 2010).

A publicação do Relatório Runnymede (1997) garantiu que a islamofobia ganhasse reconhecimento público e político, além de conferi-la uma definição. Islamofobia foi então definida como “uma hostilidade infundada contra o islã. Refere-se também às práticas discriminatórias contra indivíduos e comunidades muçulmanas, assim como também a exclusão de muçulmanos das relações sociais e políticas” (RUNNYMEDE, 1997, p. 4, tradução nossa)<sup>65</sup>. Contudo, tendo em vista a evolução histórica apresentada nas sessões anteriores, a definição apresentada pelo relatório não é suficiente. Isso porque ao afirmar que a islamofobia é um medo infundado, o relatório exclui a relação histórica milenar entre cristianismo e islã e todo o processo de construção do islã como inimigo desde a Primeira Cruzada (ALLEN, 2010; KALIN, 2011; ZEBIRI, 2011; MASTNAK, 2011). Dessa forma, a definição dada pelo relatório não é apropriada.

---

<sup>64</sup> Conforme coloca Cesary (2011), a islamofobia europeia e norte americana tem momentos de ascensão distintos. Enquanto na Europa esse processo tem início já no pós Segunda Guerra Mundial com a onda de migração que atingiu diversos países, nos EUA o problema com o islâmico começa na Revolução Iraniana (1979) mas atinge seu ápice apenas após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. No contexto europeu, os atentados de Londres e Madrid acabam por reforçar um sentimento que já estava na superfície.

<sup>65</sup> No original: “The term Islamophobia refers to unfounded hostility towards Islam. It refers also to the practical consequences of such hostility in unfair discrimination against Muslim individuals and communities, and to the exclusion of Muslims from mainstream political and social affairs”.

A islamofobia é, portanto, uma construção histórica que ganhou forças graças ao que Allen (2010) descreveu como *visão fechada* do islã, que tem oito principais características, sendo elas: (1) o islã é visto como monolítico e estático e não diverso e dinâmico o que abre espaço para as generalizações: atribuições negativas de poucos são projetadas para o todo sem diferenciação; (2) o islã é visto como ‘outro’ e separado ao invés de similar e interdependente, ou seja, o islã é visto como o polo contrário ao Ocidente, sem que haja valores e aspectos culturais e religiosos compartilhados, uma visão isolacionista que não permite qualquer associação do islã com o ocidente; (3) o islã é visto como inferior, não diferente. Sugestão de que o islã é primitivo, irracional, violento, misógino, sexista, causador de intrigas, desorganizado, opressor e bárbaro, todas as características que demonstram ineficiência de acordo com as normas Ocidentais.; (4) o islã é visto como um inimigo e não como um parceiro. Argumento repetido por Huntington (1994) de que o islã está fortemente dedicado a aterrorizar o Ocidente; (5) os muçulmanos são vistos como manipuladores; (6) naturalização da discriminação contra muçulmanos; (7) as críticas de muçulmanos ao Ocidente são rejeitadas e não consideradas. Ao rejeitar as considerações feitas, impede que esses cidadãos participem de forma ativa nos debates e diálogos sociais, não permitindo que eles sejam parte integral da sociedade; (8) discurso antimuçulmano visto como natural e não como um problema. O discurso, tanto da sociedade como da mídia, foi naturalizado, tanto que o discurso islamofóbico ocupa hoje o espaço que o discurso antisemita ocupou até o fim da primeira metade do século XX (ALLEN, 2010).

Essa percepção fechada do islã e do muçulmano produziu, em contrapartida, o ideal do que seria a *visão aberta*, ou seja, criou-se uma versão ideal do islã e do muçulmano, na qual aqueles que não se enquadram passaram a ser marginalizados<sup>66</sup>. Uma das consequências do

---

<sup>66</sup> De acordo com Allen (2010) “the essentialised Muslims are drawn from particular and acceptable cultural, historical and theological expressions of islam; live their life and practice their faith in particular ways; engage in society and hold world-views that reflect the requirements of the 'open views'; and generally fit the frames and contexts that the model imposes upon Muslims in order to achieve the shared identity necessary to succeed. The qualities and characteristics of these essentialised Muslims therefore transform particularities into universalities that subsequently become normatively attributed to all



binarismo de bom e mau muçulmano é a transferência para aqueles muçulmanos que não se enquadram no rótulo de bom a responsabilidade pelo preconceito que sofrem, reduzindo e simplificando o fenômeno da islamofobia.

Com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, seguidos pelos atentados de 11 de março de 2004 em Madrid e 07 de julho de 2005 em Londres, a islamofobia entrou numa nova fase. No caso dos EUA, logo após o atentado, já havia declarações de políticos estadunidenses de que terroristas islâmicos representavam uma ameaça direta à existência dos EUA. Essa atitude apenas reforçou as construções orientalistas que qualificam os muçulmanos como bombas relógio programados por sua religião para, a qualquer momento, fazer uso da violência contra o Ocidente (KUMAR, 2012).

Desde então, o século XXI, apesar de novo, já é marcado por ser um período no qual as relações entre Ocidente e o mundo muçulmano estão bastante deterioradas, muito em função da associação direta que se construiu entre terrorismo e o islã (SHYROK, 2010). O islã passou a ser visto como a causa e não como contexto do radicalismo, extremismo e terrorismo, findando o processo de transição que teve início no final da Guerra Fria de substituição do inimigo ocidental tornando-o, mais uma vez, o motivo de unidade para a cristandade (ESPOSITO, 2011). O período pós-atentados restabeleceu o muçulmano como o quimérico outro, de forma que se não são terroristas, necessariamente apoiam o terrorismo. Ao muçulmano não foi dada outra opção se não a de inimigo

---

Muslims without differentiation. In a somewhat inverse effect from the processes of 'closed views' and of Islamophobia per se, whilst Islamophobia is purported to have the effect of attributing all Muslims with such views as barbarism, misogyny and irrational behavior, so the essentialised attributes homogenize all Muslims with opposite qualities and characteristics. The essentialised Muslim therefore becomes the blueprint for all Muslims, where the mainstreaming of the essentialised Muslim becomes the universally idealized standard. Consequently, the Muslim becomes an entirely passive actor in the process. Those who do not fit or match the essentialised Muslim therefore become lesser or illegitimate thus justifying their exclusion from such processes as interfaith dialogue, political engagement and societal participation. As Sayyid concludes, 'the consequence is erasure leaving those that do not conform to the demands of the essential Muslim to be seen as the antithesis of everything that is deemed to be the 'true', 'authentic', 'mainstream' and so on" (p. 76-7)

do Ocidente, isso permitiu que houvesse um processo de racionalização e normalização da islamofobia (ALLEN, 2010).

Dessa forma, os atentados nos EUA, Madrid e Londres, além do lançamento da Guerra ao Terror, contribuíram com o acirramento da islamofobia. Houve principalmente vindo de fundamentalistas cristãos dos EUA, uma tentativa de transformar a Guerra ao Terror em uma releitura moderna da Guerra Santa, na qual EUA e Israel seriam os líderes na nova cruzada contra o islã (LEAN, 2012). Parte dos EUA a maioria dos discursos que reforçam o sentimento islamofóbico por todo o Ocidente e reforçam a categorização de visão fechada e visão aberta do islã a partir da identificação daqueles que seriam os maus e dos bons muçulmanos.

‘Maus muçulmanos’ eram claramente responsáveis pelo terrorismo. Ao mesmo tempo, o presidente [George W. Bush] parecia garantir aos americanos que os ‘bons muçulmanos’ estavam ansiosos para limpar seus nomes e consciências desse crime terrível [o atentado de 11/09] e, certamente, ‘nos’ apoiariam na guerra contra ‘eles’. Mas isso não podia esconder a mensagem central do discurso: ao menos que provado ser ‘bom’, presume-se que todo muçulmano é ‘mau’ (tradução própria – LEAN, 2012, p. 143)<sup>67</sup>.

Esse tratamento ambíguo dado pelo então presidente dos EUA, George W. Bush, foi uma constante durante todo o período de sua presidência (2001-2009). Os discursos do presidente foram bastante controversos, uma vez que ao mesmo tempo em que falava do islã como uma religião de paz, ele fazia associações diretas entre o mundo muçulmano e o terrorismo e como isso se configurava em ameaça aos EUA (COLE, 2011). Além do presidente, Donald Rumsfeld, então

---

<sup>67</sup> No original: “‘bad Muslims’ were clearly responsible for terrorism. At the same time, the president seemed to assure Americans that ‘good Muslims’ were anxious to clear their names and consciences of this horrible crime and would undoubtedly support “us” in a war against ‘them’. But this could not hide the central message of such discourse: unless proved to be “good,” every Muslim was presumed to be ‘bad’”.

Secretário de Estado, também contribuiu para a construção do discurso do islã e do muçulmano como ameaça. O medo dos homens do governo foi rapidamente repassado à população, e a criação desse inimigo islâmico implacável contribuiu para legitimar agressões por todo o Oriente Próximo (LEAN, 2012).

Nós [EUA e Israel] somos os principais alvos [de] (...) um inimigo que opera nas sombras e vê o mundo inteiro como seu campo de batalha, [esse] não é um inimigo com o qual podemos lutar usando estratégias usadas em outras guerras. Um inimigo com fantasias de martírio não vai se sentar à mesa para negociar. Nem nós podemos lutar por um empate – (aplausos). Nem nós podemos lutar por um empate, esperando que alguma forma de contenção ou dissuasão irá proteger nosso povo. A única opção para nossa segurança e sobrevivência é ir para a ofensiva, encarando, pacientemente e sistematicamente, a ameaça de frente até que o inimigo seja destruído (tradução própria – CHENNEY, 2007 *apud* COLE, 2011, p. 132)<sup>68</sup>.

Os atentados sofridos em Nova Iorque, Madrid e Londres tiveram como consequência direta o endurecimento das leis de países europeus, que afetaram os imigrantes como um todo, mas em especial a população muçulmana. Na França, em 2010 foi aprovada a lei do véu, que proíbe o uso do *hijab* e do *niqab* em espaços públicos e em 2016 foi aprovada a lei que proíbe o uso do burkini nas praias francesas; na Alemanha uma lei aprovada em 19 de setembro de 2001 estabeleceu novas leis de liberdades civis, direitos dos imigrantes e de liberdade

---

<sup>68</sup> No original: “ We are the prime targets (...) [of] an enemy that operates in the shadows and views the entire world as a battlefield is not one we can fight with strategies used in other wars. An enemy with fantasies of martyrdom is not going to sit down at a table for negotiations. Nor can we fight to a standoff— (applause). Nor can we fight to a standoff, hoping that some form of containment or deterrence will protect our people. The only option for our security and survival is to go on the offensive, facing the threat directly, patiently and systematically, until the enemy is destroyed”.

religiosa, possibilitando que grupos religiosos fossem banidos por ameaçar a ordem democrática; na Holanda, foram aprovadas leis que diminuem a proteção contra buscas em mesquitas e que legalizam a busca de suspeitos fora de bancos de dados para poder traçar perfis (CESARI, 2011). Além disso, de acordo com o *EUMC Report* (2006), no pós-11/09, os muçulmanos se tornaram cada vez mais vítimas de violência verbal e física, assim como também se assistiu ao aumento do uso de expressões anti-islâmicas e antimuçulmanas, sendo tais comportamentos cada vez mais tolerados pelas sociedades europeias (ALLEN, 2010).

Os ataques de 11/09, portanto, iniciaram um movimento de reafirmação e renovação da percepção do inimigo, que agora estava infiltrado<sup>69</sup>. Nessa nova fase perdeu-se a diferenciação entre etnia e religião e foram criadas duas condições que levaram à dissipação da islamofobia: o fim do mito da distância geográfica, ou seja, o muçulmano não estava mais perto, ele agora estava dentro das fronteiras ocidentais; e a cobertura midiática, que passou a fazer ataques ao multiculturalismo, anunciando o fim da cultura (branca e cristã) europeia. A partir de então, tornou-se possível “fazer declarações antimuçulmanas, anti-islâmicas e anti-imigratórias que anteriormente seriam consideradas inaceitáveis dentro do espaço político europeu, caso tivessem sido feitas contra outro grupo religioso minoritário” (ALLEN, 2010, p. 115-6, tradução nossa)<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> “The attacks on the US provided a catalyst of fear that sought to reaffirm and renew old - and indeed enhance new - prejudices that exaggerated the potential of the perceived 'enemy within' The impetus of a greater awareness, a previously unacknowledged vulnerability, and a fear and dread of both old and new enemies, all sometimes being supported and reiterated by voices in both the media and political spheres, contributed and compounded the problem where as the report suggested, both latent and active prejudices found a catalytic reinvigoration. So in Spain for example, the widespread survival in Spanish folklore of the 'el Moro' 10 found greater credence, where a greater emphasis on 'el Moro's' Muslim-ness became readily apparent. Similarly in Greece, the centuries old enemies that were previously described as being either Turkish or Albanian were subsequently described, in the post-9/11 global context, as Turkish Muslims or Albanian Muslims” (ALLEN, 2010, p. 105).

<sup>70</sup> No original: “Without any doubt, it is now possible to make openly anti-Muslim, anti-Islamic and ant-immigrant statements in such ways that would

Nesse processo de naturalizar a islamofobia, a mídia teve um papel central. Os estereótipos que foram historicamente formados, conforme demonstrado ao longo desse capítulo pela tradição orientalista, foram reutilizados na formulação da interpretação estadunidense e europeia sobre o comportamento muçulmano. “Assim estereótipos criam limites e ‘consertam’ aquilo que é oposto, estrangeiro e ‘outro’ a sob a sua perspectiva do que é normal e real” (ALLEN, 2010, p. 143, tradução nossa)<sup>71</sup>. Dessa forma, os estereótipos acabaram por criar meios de identificação que, no caso da islamofobia, estavam enraizados na sociedade e ganharam significados em forma de linguagem, palavras, terminologias e imagens herdadas do orientalismo, foram usados para construir representações. Como consequência, aqueles que representavam tais símbolos e imagens e seus similares se tornaram receptáculos de sentimentos e ações preconceituosas e discriminatórias (ALLEN, 2010; KUMAR, 2012).

Muçulmanos e o islã passam a ser identificados por meio de representações que carregam sentidos, os quais são disseminados. Dessa forma, todos os que possuem características concomitantes com as que foram determinadas e podem ser por elas identificados, são naturalmente atribuídos com os mesmos significados, entendimentos, percepções, capacidades e qualidades – essas são, em sua maioria, avaliadas de maneira negativa, mas, ainda assim, é dessa forma que muçulmanos e islã são socialmente definidos. As representações física, material, religiosa, cultural, racial e teológica pelas quais se pode identificar o muçulmano e o islã, então, se tornam os aspectos pelos quais eles serão identificados após a disseminação de tais ideias. Diferentemente do conceito de ‘raça’ que é identificado de forma somática, fenotípica,

---

have been deemed inappropriate and unacceptable in the political spaces of Europe had they been made against other minority or religious groups”.

<sup>71</sup> No original: “Thus stereotypes create boundaries and ‘fix’ that which is opposite, alien and Other upon its subjects as normative and absolute”.

características visuais e as construções biológicas que o racismo tenta justificar, no caso do sentimento antimuçulmano e anti-islâmico, tais construções tem que ser feitas social e culturalmente, assim como também deve ser enquadrada e contextualizada na história que recorre, reemerge, revigora e refina os significados e os sentidos para que eles sejam consumidos contemporaneamente e sejam relevantes para o aqui e agora (ALLEN, 2010, p.166-7, tradução nossa).<sup>72</sup>

Houve uma constante reprodução da imagem negativa do muçulmano que construiu na sociedade a percepção ruim dos mesmos. A mídia trabalhou como a principal agente no processo de homogeneização do muçulmano, tanto a partir de notícias como também por meio de desenhos. A violência midiática sofrida pelo muçulmano, contudo, é travestida no Ocidente como liberdade de expressão, um dos

---

<sup>72</sup> During that 'normal week', of the 19 national newspapers analysed, 12 were identified as having entirely negatively framed or associated representations of Islam and Muslims and, across all newspapers, 91 per cent of all representations were deemed to be negative. Almost 50 per cent of all of these referred to Muslims and/or Islam as posing a 'threat' whilst a further 34 per cent were related to crises. A significant majority (84 per cent) represented Islam and Muslims either as 'likely to cause damage or danger' or as 'operating in a time of intense difficulty or danger' In doing so, Islam and Muslims were repeatedly represented as being the antithesis or Other of 'the West' through having contrasting belief systems, actors, characteristics, attributes, qualities and values. Because of the nature and recurrence of such representations, it was noted that it was highly probable that those who are repeatedly exposed to such representations would begin to accept them as 'truths'. Another consequence noted was that if Muslims were continued to be represented as an ineluctable Other, then it might be difficult for both Muslims and non-Muslims alike to see how Islam and Muslims can be ever be or fit into that which is deemed to be 'British' or take an equal participatory role in that which might be seen to be 'our' way of life. Consequently, far from being seen to be less problematic as regards its role and responsibilities, contemporarily the role of the media would appear to have become ever more important in communicating and disseminating ideas and meanings about Muslims and Islam. (ALLEN, 2010, p. 99)

fundamentos da civilização ocidental, que não deveria ser questionada, ainda mais por um povo tido como de natureza inerentemente reacionária e intolerante (GOTTSCHALK & GREENBERG, 2011, p.193-4).

Os atos de violência sofridos por muçulmanos, contudo, não deveriam ser entendidos como sendo esse o determinante da islamofobia, mas sim o discurso que antecede essas práticas. A discriminação, a violência e a marginalização do islã e dos muçulmanos são práticas que foram naturalizadas, legitimadas e construídas a partir de um discurso que perdura há quase um milênio.

Nesse contexto, se uma forma simbólica é utilizada para reconhecer muçulmanos e o islã, então deve ser porque tal forma engloba uma vasta gama de expressões, imagens e textos, todos os quais podem ser retransmitidos, produzidos e construídos por indivíduos, grupos ou instituições, que devem ser disseminadas para, assim como reconhecidas e decodificada por outros, independentemente de ser real, precisa, errônea ou ilusória. Essas formas simbólicas podem ser linguística, falada ou escrita, não linguística ou quase linguística (ALLEN, 2010, p.168-9, tradução nossa)<sup>73</sup>.

A islamofobia é, portanto, um conjunto de ideias, significados, relações, e, mais importante, uma relação de poder entre nós, o Ocidente herdeiro do orientalismo e o islã. Dessa forma, por ser ideologicamente

---

<sup>73</sup> No original: “In this context, if a symbolic form is that which contemporarily makes known 'Muslims' and 'Islam', then it must be that such forms encompass a broad range of utterances, images and texts, all of which might be relayed, produced or constructed by individual', groups or institutions that must be disseminated to, as well as recognised and decoded by others, irrespective of whether real, accurate, erroneous or illusory. Symbolic forms might therefore be linguistic, either spoken or inscribed, non-linguistic or quasi-linguistic in nature”

construída, “a verdade e realidade não são relevantes no contexto da islamofobia” (ALLEN, 2010, p. 169, tradução nossa)<sup>74</sup>.

### *Considerações parciais*

A tradição orientalista foi responsável por contar o Oriente para o Ocidente durante séculos e isso tem como consequência uma visão enviesada sobre a região e seu povo. Desde o século XI o árabe muçulmano foi apresentando para o Ocidente como um obstáculo para que seus objetivos fossem alcançados, mas, mais do que isso, eles foram representados como amorais, capazes de qualquer coisa para conseguir aquilo que é colocado como o grande objetivo do islã: destruir tudo que foi construído pelo cristianismo e pelo Ocidente. Essas imagens foram reforçadas durante o século XX, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, após os diversos conflitos entre árabes e israelenses e a Revolução Iraniana de 1979. Tais acontecimentos contribuíram para a formação de preconceito e medo do muçulmano, tornando-se o primeiro passo para o surgimento da islamofobia.

A islamofobia é uma consequência direta do orientalismo, afinal, sem os ensinamentos da tradição orientalista a convenção, ou o senso comum, de que o árabe muçulmano é alguém que prefere viver à margem das modernidades ocidentais não teria sido perpetuada ao longo de todos os séculos. O contar sobre o muçulmano na história do Ocidente, foi, na verdade, um recontar – recontar esse que foi prejudicado por preconceitos e julgamentos morais que apenas contribuíram para que tais perspectivas se mantivessem.

---

<sup>74</sup> No original: “Truth and reality are therefore no longer entirely valid or relevant regarding Islamophobia”.



#### **4. SETE SEMANAS EM GAZA: DA FORMAÇÃO DO ESTADO PALESTINO À GUERRA DOS 51 DIAS**

##### *Introdução*

A partir da Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou estabelecido que o Mandato Britânico da Palestina deveria ser dividido em dois Estados: um judeu e um árabe. A história da Palestina desde então é marcada por inúmeras ações contra seu território e população (GOMES, 2001; MARINHO, 2015; PAPPÉ, 2006; SA'ADI & ABU-LOGHOD, 2007), sendo a incursão sobre a Faixa de Gaza entre Julho e Agosto de 2014, denominada aqui Guerra dos 51 dias, considerada uma das mais letais na região e na história da Palestina (OCHAOPT, 2014).

##### **4.1 AS ORIGENS DA QUESTÃO PALESTINA**

As consequências geradas pela idealização do árabe como perturbador do Ocidente podem ser diretamente sentidas no território palestino desde antes de 1948. O movimento sionista e o Mandato Britânico na Palestina geraram problemas para a população nativa desde antes da assinatura da Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em Novembro de 1947. O movimento sionista que surgiu ainda no século XIX, traçou as diretrizes e objetivos para a formação do Estado de Israel no território da Palestina. A escolha se deu “em virtude do seu passado histórico religioso dos locais importantes para os judeus (Judeia e Samaria)” (MARINHO, 2015, p. 24). Dessa forma, é possível dizer que o movimento sionista é responsável pelo êxodo e diáspora Palestina, movimentos que são parte integral da gênese do Estado de Israel (KHALID, 1988).

É possível entender a relação entre a formação do Estado de Israel e o processo de limpeza étnica palestina ao se conceber o movimento sionista como um movimento de colonização. Quando os primeiros colonos sionistas chegaram à Palestina e viram que o que eles pensavam ser uma terra vazia que lhes pertencia, era, na verdade, povoada por árabes que tinham uma sociedade formada, teve início o processo de desumanização do povo palestino. Desde os primeiros contatos, a população nativa da região foi vista e entendida pelos novos colonos como estranhos violentos que usurparam aquela terra. A partir de então,

se construiu toda uma estrutura de percepções e visões que alimentaram o imaginário dos israelenses (e do Ocidente) sobre a natureza do povo palestino, a qual se soma todas as ideias perpetuadas pelo orientalismo (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015).

Das diversas interpretações que o sionismo pode ter, aquela que mais contribui para a construção argumentativa pretendida por esse trabalho, é entendê-lo como uma ideologia. Sendo assim, é importante buscar entender como essa ideologia afeta as pessoas e como ela é utilizada por aqueles que estão no poder. O movimento sionista que apareceu no final do século XIX tinha dois objetivos centrais: o primeiro era encontrar um local seguro para os judeus se estabelecerem, dado o aumento do antissemitismo europeu e segundo, como forma de se redefinirem como um grupo nacional e não mais apenas religioso.

O problema começou quando eles [os sionistas] escolheram a Palestina para ser o lugar aonde iriam implementar ambos objetivos. Era claro que, por causa de a terra ser habitada, que o estabelecimento teria que ser por meio do uso da força e que seria necessário contemplar o despovoamento da população nativa (BARAT, CHOMKY, PAPPÉ, 2015, pos. 1492, tradução nossa).

No caso da formação do Estado israelense, o sionismo é ideologia central na sua formação, a ponto de ter como objetivo nacionalista a conquista da maior parte possível do território da Palestina histórica com a menor quantidade de população nativa possível. Desde 1882, o tratamento do movimento sionista para com a Palestina foi por meio do uso de verbos como assentar, colonizar, e pronomes como assentamento e colonização (em hebreu, *le-hitnahel*, *le-hityashe*, *hitanchalut* e *hitayavut*) (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015).

Dentro do ato de colonizar também vem a percepção da população nativa, ou indígena, como sendo um obstáculo para o sucesso do projeto. Esta parte do sionismo permanece no coração da ideologia mesmo antes de o Estado ser fundado. O estado apenas aumenta a

capacidade de colonizar, mas não muda a visão de colonizar a Palestina (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015, pos, 639, tradução nossa).

O argumento histórico dos primeiros sionistas de presença judia na Palestina é de um passado bastante longínquo, uma vez que a presença na região era pequena desde o século VI d.C.. O aumento da presença judia na Palestina começou por volta de 1880, quando os territórios ainda estavam sob o jugo do Império Turco Otomano (GOMES, 2001). A imigração, naquele período, tinha como principais objetivos fugir do antissemitismo, que ganhava força nos territórios da Europa Central, e da perseguição violenta que a comunidade judia estava sofrendo, principalmente nos países da Europa Oriental (ou *Pogroms*) (KIMMERLING, 2003; MARINHO, 2015).

De início, os imigrantes judeus foram recebidos com hospitalidade pelos palestinos, mas no final da década de 1880, começaram a surgir atritos em torno de questões de exploração de água e terras férteis. O primeiro choque violento entre árabes nativos e colonos judeus ocorreu em 1886, quando aldeões de Yahudiya atacaram Petach Tikva, o mais antigo assentamento judaico. Esse foi o ensejo para ataques em outras partes da Palestina e levou ao primeiro protesto palestino organizado contra os esforços judaicos de colonização. Em 1893, Tahir al-Husayn, o *Mufti* de Jerusalém e um dos líderes da comunidade muçulmana da Palestina (mais de 75% da população), iniciou a campanha contra a colonização e a imigração judaicas (...) Em 1911, a disputa, até então sobre a terra, agravou-se, tornando-se uma luta pelos empregos. O sionismo passou a promover o slogan 'Trabalho Hebreu' numa tentativa de evitar trabalhadores árabes em fazendas de judeus. Em 1910, essa política não teve muitas consequências, mas em 1920, com a expansão da imigração e da aquisição de terras, o problema tornou-se grave. É relevante citar que

um dos slogans sionistas muito difundidos no mundo inteiro, dito pela primeira vez por Israel Zangwill em 1901, era 'uma terra sem povo para um povo sem terra'. É importante, também, destacar que, de acordo com as estatísticas da ONU, em 1922, havia na Palestina uma população de 750.000 pessoas das quais 90% era árabe (GOMES, 2001, p. 17-18)

Para a população que ali estava, ter sua terra invadida e aclamada como propriedade de outro povo após quase dois mil anos era inaceitável. Para os palestinos, os colonos judeus não passavam de colonizadores europeus que tentaram se apropriar de terras árabes e expropriá-las sob a proteção do poder imperial britânico. Isso se confirmou em 1917, ano da Declaração Balfour, que garantiu aos judeus a formação de um lar nacional nos territórios palestinos (KIMMERLING, 2003).

O Ocidente simpatizou com a Declaração Balfour muito em função à referência messiânica que a volta dos judeus ao Sião tem para a comunidade judeu-cristã-protestante. Essa ideia foi politizada ao longo dos anos até alcançar seu auge junto aos fundamentalistas cristão estadunidenses nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, os árabes, à parte da ideia de serem beduínos selvagens, foram tidos como incapazes de autodeterminar-se. Os anos que se seguiram de Mandato Britânico foram determinantes para a transformação dos assentamentos no Estado de Israel (KIMMERLING, 2003).

Apesar de tudo, levou tempo para os palestinos compreenderem a proporção do plano colonizador sionista. Foi apenas com a Revolta de 1936-1939 que a população Palestina começou a lutar contra o segundo processo colonizador do século XX. Ao final da Revolta, os colonos judeus saíram vitoriosos graças à ajuda britânica. Ao prender, matar, ou mandar para o exílio a elite política palestina, os britânicos e sionistas criaram uma sociedade que foi incapaz de se defender politicamente em 1947 e evitar o processo de limpeza étnica que teve início em 1948 (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015).

A imigração judaica para a Palestina continuou ao longo dos anos, ganhando mais força após o estabelecimento do Mandato Britânico na Palestina, após o fim da Primeira Guerra Mundial e da

assinatura do Tratado de Spikes-Picot, mas foi com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e do holocausto que o movimento migratório ganhou proporções ainda maiores (GOMES, 2001). Com isso, o argumento da tentativa do extermínio do povo judeu acabou se tornando, também, um dos principais argumentos quanto à necessidade de formação do Estado de Israel (GOMES, 2001; MARINHO, 2015; PAPPÉ, 2004). Assim, em função da pressão internacional, comovida com os acontecimentos dos anos da guerra, e da Organização Mundial Sionista (a qual, já na Primeira Guerra Mundial, tinha conseguido que a Grã-Bretanha se comprometesse com a causa da formação do Estado judeu), a Resolução 181 da AGNU determinou que o território da Palestina fosse dividido em dois Estados.

É importante destacar que há autores, como Chomsky, Kimmerling e Pappé, que acreditam que o Estado de Israel existiria mesmo sem o Holocausto. Instituições já haviam sido criadas para garantir que o projeto sionista de construção de um Estado para abrigar o povo judeu fosse garantido. Além disso, havia o apoio vindo de grandes Estados ocidentais, principalmente do Reino Unido e dos EUA. Esse processo começou já em 1917, com a Declaração Balfour e segue o caminho da legitimação durante os anos do Mandato Britânico graças a todo o suporte que a Coroa inglesa deu aos assentamentos judaicos na região da Palestina (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015). O Holocausto foi importante no quesito de sincronismo histórico. Contudo,

[o] impulso de permitir, ou melhor, de empurrar os judeus para se estabelecerem na Palestina, foi motivado também pela islamofobia britânica e ocidental. [A motivação] era anti-árabe e antimuçulmana. Se se tomar um lugar onde sionistas cristãos ou imperialistas britânicos seculares querem ver a presença judaica, servindo seus impérios ou teologias, e não desejavam ver lá uma presença árabe ou muçulmana, essa se torna uma coligação internacional poderosa que derrota a priori povos locais. E foi essa a poderosa coalizão que os palestinos tiveram de enfrentar quando tentaram, pela primeira vez, criar um

movimento nacional e lutar pelo seu direito à autodeterminação e independência (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015, pos. 759-65, grifo nosso, tradução nossa).

Dessa forma, a islamofobia e a ideia do Islã como o inimigo comum ao Ocidente e ao povo judeu no processo de formação do Estado de Israel se transformaram em elementos centrais para as práticas israelenses contra o povo palestino desde antes de 1948.

O caso da Palestina acabou se transformando na primeira grande questão que a Organização das Nações Unidas teve que administrar após a sua criação. Apesar de todo o congelamento que a Organização sofreu nos anos da Guerra Fria (1945-1991), as duas superpotências da época – Estados Unidos e União Soviética - votaram e exerceram pressão para que a partilha fosse realizada. Mais do que isso, o plano da partilha foi feito em consonância e com a aprovação dos sionistas que haviam se mudado para a região, enquanto as contestações da população árabe que já vivia ali não foram ouvidas pela ONU e pela UNSCOP – corpo oficial das Nações Unidas destinado a resolver o destino daquela área (PAPPÉ, 2004).

Os conflitos entre sionistas e árabes, que haviam começado desde as primeiras ondas de migração, aumentaram ainda mais após a decisão pela partilha, culminando com o Plano Dalet, ou Plano D. Essa, que foi a primeira doutrina militar israelense, culminou na tomada de 20.000 km<sup>2</sup> de território (a parte dos 14.000 km<sup>2</sup> garantidos pela partilha) e expulsou a maioria da população árabe dos territórios que formariam o Estado de Israel.

O ‘Plano Dalet’ ou ‘Plano D’ foi o nome dado pelo Alto Comando Sionista ao plano geral de operações militares dentro da estrutura nos quais os sionistas lançaram ofensivas sucessivas entre Abril e Maio de 1948 em várias partes dos territórios Palestinos. Essas ofensivas, que ocasionaram a destruição da comunidade Árabe da Palestina e a expulsão e pauperização da grande massa dos Árabes Palestinos, foram calculadas para alcançar o *fait accompli* militar sob o qual o Estado de Israel

foi fundamentado (KHALIDI, 1988, p. 8, tradução nossa).

Assim, quando da inauguração do Estado de Israel, em 15 de Maio de 1948, 58 vilas palestinas já haviam sido destruídas pelos israelenses, de um total de 370 (PAPPÉ, 2004):

Dos quase 850.000 palestinos vivendo em territórios designados pela ONU como parte do Estado judeu apenas 160.000 permaneceram nas terras em que já viviam ou nas proximidades. Aqueles que ficaram se tornaram a minoria Palestina em Israel. Os demais foram expulsos ou fugiram sob a ameaça de expulsão enquanto alguns milhares morreram nos massacres (...) Três quartos de um milhão de Palestinos se tornaram refugiados. Esse número contabiliza quase 90% daqueles que viviam no que foi designado como Estado judeu (PAPPÉ, 2004, pos. 3026 e 3035, tradução nossa).

A doutrina do Plano D apenas refletia as aspirações da ideologia sionista local, que objetivavam adquirir o máximo de território judeu contínuo sem presença árabe para que se pudesse estabelecer uma nação-estado composta exclusivamente de judeus (KIMMERLING, 2003). A *Nakba*, ou a tragédia palestina, como ficaram conhecidos os acontecimentos de 1948 são essenciais para entender a Palestina hoje (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015; KIMMERLING, 2003; PAPPÉ, 2016).

O processo de limpeza étnica da Guerra de 1948 foi aceito pelos demais Estados do SI como uma consequência natural do conflito. Além disso, parte das premissas do Plano D se mantiveram no pensamento militar e social de Israel. Dessa forma, somou-se ao movimento sionista e aos acontecimentos que antecederam e se seguiram após 1948, a política de politicídio da Palestina. O politicídio é um processo que tem como objetivo final a dissolução da existência do povo palestino como entidade legítima de participação social, política e econômica. Para tanto, não se descarta a limpeza étnica parcial ou integral do povo palestino do território israelense (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015;

BLUMENTHAL, 2014; KIMMERLING, 2003; PAPPÉ, 2016; WALID, 1988).

O politicídio é um processo que cobre um amplo espectro de atividades sociais, políticas e econômicas que tem como objetivo destruir a existência política e nacional de toda uma comunidade de pessoas e, conseqüentemente, nega-las a possibilidade de autodeterminação. Assassinatos, massacres localizados, a eliminação de lideranças e grupos da elite, a destruição física de instituições públicas e infraestrutura, colonização da terra, fome, isolamento político e social, reeducação e limpeza étnica parcial são as principais ferramentas para atingir tais objetivos (KIMMERLING, 2003, p. 3-4, tradução nossa).

O politicídio palestino começa após a Guerra de 1967, e tem suas raízes na própria natureza do sionismo. Acontece porque tem o apoio de uma série de eventos e processos regionais e globais (KIMMERLING, 2003).

O processo de limpeza étnica palestina que teve início em 1948 e se acentuou em 1967, após a instituição da prática de politicídio, prolongou-se durante as décadas seguintes. Estima-se que entre 60-70% da população Palestina seja de refugiados, sendo que mais de cinco milhões se encontram no Oriente Médio e os demais espalhados por outros lugares do mundo – e a todos é negado o direito reconhecido de retorno ao lar e à terra (MARSALHA, 2011, p. 3). Sobretudo, a ocupação e as ações israelenses “expõe(m) a população civil e os militares à violência diária. Mulheres, crianças e idosos são agredidos, presos sem os requisitos necessários e torturados” (MARINHO, 2015, p. 45). Tais violações de direitos universais acontecem sob o argumento de legítima defesa por Israel; entretanto, sabe-se que o objetivo maior é a expansão do território israelense (MARINHO, 2015).

O apoio da população israelense para as práticas do seu governo é consequência de um processo de definição do outro que começa com a criação do Estado de Israel. Desde 1948 os palestinos como um todo e, mais recentemente, os habitantes da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e os cidadãos árabes de Israel, são apresentados como um perigo para a



existência do Estado israelense e para cada um de seus indivíduos. Essa definição, contudo, ultrapassou as fronteiras deste Estado e alcançou as comunidades judaicas e não judaicas ao redor do mundo tornando-se justificativa para as ações tomadas contra os palestinos. Em função disso, a limpeza étnica do povo palestino se tornou uma solução legítima para a questão demográfica do Estado de Israel, que tem como um dos seus princípios fundamentais de Estado ter a maioria da população composta de judeus (KIMMERLING, 2003; PAPPÉ, 2016).

Além da questão demográfica que incentiva a prática de políticas de expulsão do povo palestino de seu território, desde 1967 o Estado de Israel iniciou a institucionalização de políticas discriminatórias e de abuso de poder, como a não concessão de cidadania aos residentes de origem árabe-palestina e o uso de recursos materiais (água e terra) e humanos em seu favor. A legitimação dessas práticas pelas vias legais, fez com que as leis do Estado israelense se tornassem as leis dos senhores de um povo, estabelecendo e perpetuando o apartheid do povo palestino (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015; ESCWA, 2017; KIMMERLING, 2003)

A situação palestina se agrava quando grupos nacionalistas optam pelo uso de táticas de terror na década de 1970. Apesar de o uso dessas táticas ter elevado o status da questão palestina, à época, de uma questão de refúgio para o de luta nacional por autodeterminação, a prática de atos de terror se tornou justificativa para que os israelenses e o ocidente adotassem o discurso do direito de existir de Israel, fortalecendo a prática do politicídio contra a população palestina. Além disso, essas práticas contribuíram para a estigmatização do povo palestino, mostrando-os como terroristas subumanos, sedentos por sangue, com os quais quaisquer tentativas de aproximação ou entendimento seriam frustrantes. Além de esses ataques serem justificados na sociedade israelense e ocidental como prova da natureza cruel e desumana dos palestinos, eles também servem de motivos de difamação, pois diminuem a luta nacionalista à simples tentativa de alcançar o paraíso e encontrar setenta virgens<sup>75</sup>. Essa construção do palestino foi favorecida

---

<sup>75</sup> Por mais que o motivo do encontro com as setenta virgens no paraíso exista na cultura popular do Islã, simplificar a explicação dos ataques a esse motivo desconsidera o fato de que alguns desses suicidas são secularista e, em alguns casos, mulheres. O argumento simplista de alcançar o paraíso é uma forma de diminuir uma luta que é política (KIMMERLING, 2003). Ao mesmo tempo,

pelos ensinamentos orientalistas que se perpetuam há séculos. Ao se contentarem com explicação, tanto israelenses como ocidentais, deixam de ver a pobreza, a vida de assédio e humilhações, a falta de esperança, a violência e a matança perpétuas que fazem parte da vida da população palestina nos territórios ocupados (KIMMERLING, 2003).

Mais recentemente, a escolha por essas táticas foram usadas como justificativa por Ariel Sharon, então Primeiro Ministro, para que Arafat, a ANP e todos os demais grupos nacionais palestinos fossem incluídos na lista de terroristas mundiais no contexto do pós-atentados de 11 de Setembro de 2001. Além disso, os homens-bomba palestinos também foram usados como trunfo para que o Estado ganhasse legitimidade nacional e internacional para não cumprirem os Acordos de Oslo<sup>76</sup> e para o uso desproporcional de poder militar, a fim de desmantelarem a ANP. Ao atrelar a luta nacional por autodeterminação do povo palestino ao contexto da guerra contra o terror de George W. Bush foi possível retomar de maneira mais contundente a política de limpeza étnica da população palestina pelo governo israelense. Criou-se uma cadeia, aparentemente infinita, de violência, na qual ações israelenses geram respostas palestinas que causam o escalonamento da violência israelense. Os palestinos, nesse contexto, sofrem não apenas com a violência, mas também com a perda de simpatia pela sua causa (KIMMERLING, 2003).

#### 4.2 O CONTEXTO DA GUERRA DOS 51 DIAS

A Guerra dos 51 dias está inserida em uma cadeia aparentemente infinita de violência que envolve israelenses e palestinos. Essa Guerra foi o décimo segundo conflito que envolveu a Faixa de Gaza desde 1948<sup>77</sup>. Durante o Mandato Britânico, a região era um dos seis distritos

---

relacionar o desejo de encontrar as virgens como motivação para atentados suicidas, é uma referência indireta a imagem do árabe como ser sexualizado perpetuada pelo orientalismo.

<sup>76</sup> Definir acordos de Oslo.

<sup>77</sup> De acordo com Filiu (2014) a Faixa de Gaza foi palco de doze guerras contra Israel desde 1948. Sendo elas a Guerra de 1948, a Guerra das Fronteiras (1949-1956), a Guerra de 1956-1957 (parte de uma campanha contra o Egito, que até a Guerra dos 51 dias de 2014 fora a mais sangrenta para a população palestina), a Guerra de 1967, a Guerra de 1971 (esta com Ariel Sharon como comandante das tropas), a Guerra entre 1979-1983 (inicia com uma operação secreta cujo

da Palestina e após a partilha a intenção era que fosse transformada em uma das principais regiões portuárias do Estado árabe. Contudo, após a Guerra de 1948, o exército egípcio entrou em Gaza, tornando o território um *safe heaven* para os refugiados internos. A primeira guerra criou a faixa de terra de 363 km<sup>2</sup> que se conhece hoje por ‘Faixa de Gaza’ e também gerou um influxo de mais de duzentos mil refugiados, o que significou um aumento de 2,5 vezes na população da região<sup>78</sup>. A ocupação egípcia à Faixa de Gaza durou até o Armistício de 1949 e, desde então, o território se tornou a única parte da Palestina histórica que não foi incorporada pelo Estado de Israel ou anexada pelo Reino da Jordânia. Isso faz de Gaza, em conjunto com demais acontecimentos históricos<sup>79</sup>, o centro do nacionalismo palestino (FILIU, 2014).

A Guerra dos Cinquenta e um dias foi o quarto conflito desde o lançamento da Guerra ao Terror e a terceira Operação de consolidação do politicídio palestino. Quando se fala em politicídio é importante ter em mente que se trata de

um processo multi-nível, que não está necessariamente ancorado a uma doutrina sócio militar coerente. É uma abordagem generalizada, com várias das decisões feitas em campo, cujos efeitos cumulativos são duplicados. O primeiro é a destruição da esfera pública palestina, incluindo suas lideranças e

---

objetivo era ‘dividir e conquistar), a Primeira Intifada (1987-1993), a Segunda Intifada (2000-2005), a Guerra de 2005-2007 (a qual resultou na retirada de tropas israelenses da região) e as chamadas Operação Chumbo Grosso (2008-2009), Operação Pilar Defensivo (2012) e a Operação Margem Protetora (2014).

<sup>78</sup> Aproximadamente a mesma proporção de população nativa da Faixa de Gaza e refugiados permanece até os dias de hoje, o que significa que dos 1,8 milhão de habitantes da região 1,2 milhão são de refugiados (já de segunda e terceira geração) (FILIU, 2014).

<sup>79</sup>De acordo com FilIU (2014), “It was indeed in the very city of Gaza that the short-lived All-Palestine Government (hukumat l’umum filistin) operated in September-October 1948. It was in Gaza that the first Palestinian: National Council was then convened and that the declaration of independence of Palestine was; proclaimed. It was in Gaza that the Palestinian right of self-determination found unprecedented collective expression” (p. 53).

infraestrutura material e social. O segundo efeito é fazer da vida cotidiana dos palestinos insuportável ao destruir esferas privadas e quaisquer possibilidades de normalidade e estabilidade (...) Todas essas condições são desenhadas para diminuir as expectativas palestinas, esmagar sua resistência, isola-los, faze-los se submeter a qualquer arranjo proposto pelo governo de Israel e, eventualmente, causar sua emigração ‘voluntária’ do território (KIMMERLING, 2003, p. 210-211, tradução nossa)<sup>80</sup>.

O acirramento dessa prática nos anos 2000 é consequência não apenas da relação que se traçou entre o terrorismo e as demandas palestinas, mas também pelo estabelecimento da política de desengajamento de Ariel Sharon em 2003. O que foi apresentado como uma reorientação na relação entre os dois povos no intuito de aumentar sua separação, na realidade foi um congelamento do processo de paz, impedindo a formação do Estado Palestino, retirando esse tema por completo da agenda israelense<sup>81</sup>. Desde então, com o aval do Ocidente, as políticas de Israel para a Palestina apenas endureceram. As Operações de 2008-9, 2012 e 2014, são uma representação disso, uma vez que o governo israelense massacrou e impôs condições de vida sub-humanas para a população da Faixa de Gaza sob a justificativa de ‘ter o direito de

---

<sup>80</sup> No original: “Politicide is a multilevel process, not necessarily anchored to a coherent social-military doctrine. It’s a general approach, with many of the decisions being made in the field, but whose cumulative effects are twofold. The first is the destruction of the Palestinian public sphere, including its leadership and social and material infrastructure. The second effect is to make everyday life for the private sphere and any possibility of normalcy and stability (...) All of these conditions are designed to lower Palestinian expectations, crush their resistance, isolate them, make them submit to any arrangement suggested by the Israelis and eventually cause their ‘voluntary’ mass emigration from the land”.

<sup>81</sup> C. Sharon Advisor Dov Weisglass, Remarks on Relations with the United States, Disengagement, the Road Map; Source: Journal of Palestine Studies, Vol. 34, No. 2 (Winter 2005), pp. 203-207. Disponível em: <http://jps.ucpress.edu/content/34/2/203.full.pdf+html>.

se defender' (BLUMENTHAL, 2015; FILIU, 2014. FINKELSTEIN, 2014).

Somado à política de desengajamento iniciada por Sharon em 2003 se tem o contexto interno dos territórios palestinos e, principalmente, da Faixa de Gaza. Em janeiro de 2006 foram feitas eleições no território palestino e o Hamas obteve 56% das cadeiras do Conselho Legislativo. Fatah e Hamas tentaram formar um governo de coalizão, mas este nunca funcionou, porque enquanto o Fatah não reconhecia o resultado das eleições, o Hamas não estava disposto a dividir o poder. O desentendimento de ambos os grupos desencadeou uma luta armada, que resultou na vitória do Hamas. Ao assumir o controle da Faixa de Gaza, o grupo declarou guerra contra a ocupação israelense. Israel respondeu declarando cerco à Faixa de Gaza. Com o processo de paz congelado, os assentamentos israelenses se expandiram e a ocupação se entrincheirou. Como consequência, a resistência violenta aumentou em Gaza (BLUMENTHAL, 2015).

Nesse contexto, a Operação Chumbo Fundido (*Operation Cast Lead*), que aconteceu entre os meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009, tinha como objetivo por fim aos lançamentos de mísseis e morteiros palestinos contra o território de Israel e ao contrabando de armas vindo do Egito. A operação que durou três semanas causou mil trezentas e noventa e uma mortes palestinas, um terço delas de menores de dezoito anos, resultados de ataques que vieram do céu, do mar e de invasão terrestre. Treze israelenses morreram durante a Operação, três civis, um membro das forças de segurança e nove soldados, sendo que quatro deles foram vítimas de fogo amigo<sup>82</sup>. Ao final da Operação, foi

---

<sup>82</sup> A chamada Operação Chumbo Grosso aconteceu “between 27 December 2008 and 18 January 2009, the Israeli military carried out an attack on the Gaza Strip, which it called the Operation Cast Lead. The magnitude of the harm to the local population was unprecedented: 1,391 Palestinians were killed, 759 of whom did not take part in the hostilities. Of these 318 were minors under age 18. More than 5,300 Palestinians were wounded, 350 of them seriously. Israel also caused enormous damage to residential dwellings, industrial buildings, agriculture and infrastructure for electricity, sanitation, water, and health, which was already on the verge of collapse prior to the operation. Israel destroyed more than 3,500 residential dwellings and 20,000 people were left homeless. During the operation, Palestinians fired rockets and mortar shells at Israel, with the declared purpose of striking Israeli civilians. These attacks killed three

imposta à Faixa de Gaza a ampliação do bloqueio econômico iniciado após o fim da Segunda Intifada (2000-2005), que dura até hoje, limitando a importação de *commodities*, materiais para a reconstrução da infraestrutura destruída e a quantidade de calorias disponível para consumo diário por pessoa<sup>83</sup> (FILIU, 2014).

A Operação Pilar Defensivo (*Pillar of Defense*) de Novembro de 2012 teve início após a Força Área israelense matar um dos líderes do Hamas. O ataque fez parte de uma escalada na violência na fronteira entre a Faixa de Gaza e Israel que acontecia há semanas e se tornou o estopim da Operação. Esta durou oito dias (14 de novembro de 2012 a 21 de novembro de 2012) e terminou após um cessar fogo entre o governo israelense e o Hamas. De acordo com números do exército israelense, mil e quinhentos ataques aéreos foram realizados em Gaza para destruir instalações nas quais eram mantidos os armamentos do Hamas. Os ataques também resultaram na morte cento e sessenta e sete palestinos, trinta e dois deles menores de idade. Do lado israelense, seis pessoas morreram: quatro civis e dois membros das forças de segurança (STEIN, 2013).

#### 4.3 A GUERRA DOS CINQUENTA E UM DIAS

Apesar de a Guerra dos Cinquenta e um dias, chamada pelo governo israelense de Operação Margem Protetora (*Operation Protective Edge*), ter iniciado em julho de 2014, as bases para o conflito começaram no ano anterior. Tudo se iniciou na tentativa de estabelecer um novo acordo de paz entre Israel e Palestina, dessa vez negociado pelo então Secretário de Estado dos EUA, John Kerry. Do lado

---

Israeli civilians and one member of the Israeli security forces, and wounded dozens. Nine soldiers were killed within the Gaza Strip, four by friendly fire. More than 100 soldiers were wounded, one critically and 20 moderate to seriously” (B’-Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories; 2001. Disponível em: TÁ NO EMAIL).

<sup>83</sup>De acordo com Filiu (2004), “the fact that Israel could feel empowered to decide how much a Palestinian could eat on a daily basis shows how perverse and degrading the post-2005 occupation of the Gaza Strip has become. The description of Gaza as an ‘open-air prison’ was actually far from the mark, since in any jailhouse, detainees are not supposed to be shot at or bombed except in the case of a full-fledged riot. In Gaza, Israeli raids, whether ‘targeted’ or not, remained a regular occurrence” (p. 57).

palestino, Kerry já havia conquistado concessões importantes, entre elas o reconhecimento pelo Hamas da autoridade do presidente Mohmoud Abbas além do reconhecimento palestino do Estado de Israel, a renúncia ao uso da violência contra civis e o reconhecimento de acordos passados. Em contrapartida, o governo israelense deveria soltar prisioneiros políticos palestinos. Para Israel, o acordo significava que Abbas passava a ser o representante de todo povo palestino e que o Hamas havia deixado de ser uma organização terrorista que tinha como objetivo a total destruição de Israel (FINKELSTEIN, 2014). O acordo que estava sendo desenhado e as concessões feitas pelos palestinos iam contra a política de desengajamento e de politicídio que determinavam o comportamento israelense sobre a questão da Palestina. Como o objetivo de ambas as políticas é a limpeza étnica palestina, projeto que é apoiado pela extrema direita israelense, o Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu sofreu pressão de grupos internos, coligados a seu governo, para por fim às negociações de paz<sup>84</sup> (BLUMENTHAL, 2015).

As especulações quanto à saída israelense das negociações de paz não impediram que mudanças acontecessem do lado palestino. Em abril de 2014 Fatah e Hamas montaram um governo de coalizão que foi legitimado tanto pelos EUA como pela União Europeia. Em resposta, o governo de Netanyahu desaprovou tanto o governo de coalizão quanto as respostas estadunidense e europeia sobre a questão e abandonou as negociações de paz. Blumenthal (2015), Chomsky e Pappé (2015) acreditam que o apoio que o novo governo de Fatah e Hamas recebeu do ocidente foi uma forma de retaliação desses governos contra a decisão israelense, o que gerou especulações maiores sobre a Operação de 2014 ter sido uma forma de Israel tentar boicotar o governo que havia se formado<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> Principal nome de dentro do governo a se opor às negociações de paz foi o de Naftali Bennet, então Ministro da Economia de Israel, membro do partido nacionalista religioso *Jewish Home*, que ameaçou desertar do governo e levar consigo todo o apoio de seu partido caso Netanyahu cumprisse com o que fora estabelecido pelos governos dos EUA e pela representação da UE (BLUMENTHAL, 2015; FINKELSTEIN, 2014).

<sup>85</sup> De acordo com Barat, Chomsky e Pappé (2015), “there are good reasons why Israel opposes the unification of Palestinians. One is that the Hamas-Fatah conflict has provided a useful pretext for refusing to engage in serious negotiation (...) More significantly, for more than twenty years, Israel has been

A construção da justificativa para a ofensiva do verão de 2014 contra Gaza começou um mês antes, em 12 de junho, quando três membros de uma célula independente sequestraram e mataram três adolescentes israelenses na Cisjordânia. Os relatos sobre o sequestro apontam que um dos adolescentes tinha consigo um celular e conseguiu avisar a polícia sobre a abdução. Esse desvio nos planos dos sequestradores causou o assassinato dos meninos. A intenção dos mesmos com o sequestro, que foi feito sem o conhecimento das lideranças do Hamas, era pressionar o governo israelense para liberar os presos políticos que não haviam sido soltos após o fim das negociações de paz. Independente disso, o governo de Netanyahu culpou o Hamas dos crimes (BLUMENTHAL, 2014; 2015).

O Primeiro Ministro e a Segurança Nacional foram avisados dos crimes logo após seus acontecimentos, assim como também lhes foi dito que sinais apontavam para um caso de triplo homicídio, contudo<sup>86</sup>

ao invés de anunciarem que os adolescentes haviam sido mortos, ou soltarem o nome dos suspeitos, os quais eles já tinham naquele momento, e enviarem a polícia para prendê-los, Netanyahu se envolveu em um ambicioso ato fraudulento que armou o palco para uma guerra

---

committed to separating Gaza from the West Bank in violation of the Oslo Accords it signed in 1993, which declared Gaza and the West Bank to be inseparable territorial unity (...) Israel has systematically taking over the Jordan Valley, driving out Palestinians, establishing settlements, sinking wells, and otherwise ensuring that the region – about one-third of the West-Bank with much of its arable lands – will ultimately remaining Palestinian cantons will be completely imprisoned. Unification with Gaza would interfere with these plans, which trace back to the early days of the occupation and have had steady support from major political blocs, who was one of the architects of settlement deep in the West Bank”.

<sup>86</sup> A polícia israelense encontrou o carro usado no sequestro horas após os crimes. Dentro deles os policiais encontraram sangue, balas de revólver e DNA, indícios que apontavam para o assassinato (BLUMENTHAL, 2015; FINKELSTEIN, 2014).



de escala total (BLUMENTHAL, 2015, pos. 154, tradução nossa)<sup>87</sup>.

O governo forjou uma missão de resgate, a Operação Guardiões dos Irmãos (*Operation Brother's Keepers*), lançada em 15 de junho na Cisjordânia. Junto com a Operação, foi lançada uma campanha nas redes sociais intitulada *tragam de volta nossos meninos (bring back our boys*<sup>88</sup>), numa tentativa de provocar nas sociedades ocidentais apoio à campanha de Israel, mas também como forma de induzir os públicos estadunidense e europeu a pensar que o apoio de seus governos ao governo de coalizão de Hamas e Fatah foi um movimento equivocado (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015; BLUMENTHAL, 2015; FINKELSTEIN, 2014).

Enquanto isso, o discurso oficial era que o exército estava envolvido em uma missão de resgate para achar os adolescentes desaparecidos, quando na realidade o objetivo era afetar diretamente a organização que Netanyahu considerava a responsável pelo crime, o Hamas. Para isso, o governo israelense fez uso consciente e excessivo de violência dando início a uma séria de invasões e demolições de casas e pequenos negócios na região da Cisjordânia, matando cinco palestinos e prendendo outros setecentos, em sua maioria militantes do Hamas, entre eles alguns membros da liderança palestina, que haviam sido soltos em um acordo de troca de presos em 2001. Além disso, no processo, Israel fechou toda a área ao redor de Hebron, prendendo 680.000 pessoas dentro de um cordão de isolamento militar. A intenção de tudo era, muito provavelmente, para provocar uma resposta violenta do Hamas, a fim de provar que a organização não merecia a confiança

---

<sup>87</sup> No original: “(...) instead of announcing that the teens had likely been killed, or releasing the names of the suspects, which by that point they had in hand, then ordering a police action to catch them, Netanyahu engaged in an ambitious act of deception that set the stage for full-scale war”.

<sup>88</sup> O *bring back our boys* foi uma cópia da campanha lançada em abril de 2014, o *bring back our girls* (tragam de volta nossas meninas), após mais de duzentas meninas em idade escolar terem sido sequestradas pelo grupo Boko Haran, na Nigéria. A campanha ganhou proporção global e teve como uma de suas porta-vozes a ex-primeira dama dos EUA, Michelle Obama (BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015),

dos Estados do sistema internacional (BLUMENTHAL, 2015; FINKELSTEIN, 2014).

A Operação, que contava com 76% de apoio da população israelense, ganhou novas proporções após os corpos dos três adolescentes terem sido encontrados em 20 de junho. Os discursos extremistas e inflamatórios ganharam espaço. Em seu primeiro discurso oficial sobre o caso, no dia 30 de junho, Netanyahu declarou que os adolescentes foram abduzidos e assassinados por *animais humanos*<sup>89</sup> e continuou seu discurso com uma clara demanda por vingança<sup>90</sup>. Em 02 de julho, após os enterros dos jovens israelenses, um adolescente palestino foi sequestrado em Jerusalém e queimado vivo por três israelenses. A mídia israelense tratou do caso como um crime de honra, alegando que o menino havia sido morto por um de seus familiares por supostamente ser homossexual, mesmo sabendo que tudo indicava ser um crime de vingança (BLUMENTHAL, 2015).

O assassinato do jovem palestino gerou várias manifestações e clamores por uma nova intifada se tornaram mais frequentes. Essas movimentações se juntaram as que vinham ocorrendo desde o início da Operação de resgate dos adolescentes israelenses, culminando no lançamento de artilharia pesada por membros de facções da Faixa de Gaza em direção ao território de Israel. O Hamas assumiu a responsabilidade pelos ataques e iniciou o lançamento de mísseis nas

---

<sup>89</sup> O uso do termo ‘animais humanos’ é uma referência ao poema de Chaim Bialik, *On the slaughter*, do início do século XX, que trata do assalto das tropas do czar russo contra judeus, conhecido como o Pogrom de Kishinev. Esse fato foi bastante importante para o movimento sionista (BLUMENTHAL, 2015; BARAT, CHOMSKY, PAPPÉ, 2015).

<sup>90</sup> De acordo com Blumenthal (2015), “all along, the bodies of the three murdered Israeli teens lay in a shallow grave on the Qawasmeh property [one of the kidnapers] outside Halhoul, just over fifteen kilometers from the site of the kidnaping. They lay there for eighteen days, somehow eluding the advanced monitoring capabilities of Israeli satellites, surveillance cameras, police investigators, and the vast informant network the Shin Bet operated in the West Bank. The longer the teen’s bodies decayed, the more rapidly Israeli society lost its composure. A spontaneously created Facebook page demanded the execution of one Palestinian prisoner for each our the teens remained missing, while another called “The People of Israel Demand Revenge” garnered more than 35.000 members, most of whom were young Israelis, in just a few days” (pos. 209)

regiões de Tel Aviv e Jerusalém. Esses lançamentos se transformaram na justificativa necessária para o governo israelense realizar a ofensiva contra a Faixa de Gaza, que já estava nos planos desde o fim de 2013, após incidentes ao longo da fronteira entre a Faixa de Gaza e Israel<sup>91</sup> (BLUMENTHAL, 2015).

Em 8 de julho teve início a Guerra dos 51 dias. Os ataques aéreos do primeiro dia aconteceram, em sua maioria, em áreas e prédios residenciais, causando onze mortes nas primeiras dezoito horas de conflito (SAIF, 2016). Os dez primeiros dias de conflito foram marcados por ataques aéreos e marítimos em toda Faixa de Gaza, que destruíram 630 casas, danificaram outras 13.550 e mataram mais de 200 pessoas (BLUMENTHAL, 2015; SAIF, 2016). Ao mesmo tempo, do lado israelense, uma pessoa morreu vítima de um ataque aéreo de um braço militar do Hamas situado nos territórios da Cisjordânia e de Jerusalém (BLUMENTHAL, 2015).

Em 17 de julho a guerra entrou em uma nova fase, em função do início da invasão terrestre pelo exército israelense. De acordo com o governo e exército israelenses, a invasão era necessária por causa dos sistemas de túneis<sup>92</sup> utilizados pelo Hamas e porque uma parte dos projéteis por eles utilizados não poderiam ser desarmados no ar (*Iron Dome*<sup>93</sup>), apenas quando ainda em terra. O problema da invasão, contudo, era que a mesma poderia causar desgaste nas frentes interna e externa, no caso de mortes e fracasso do exército e a depender dos danos estruturais e pessoais causados por soldados israelenses, respectivamente. Apesar de o governo israelense acreditar na

---

<sup>91</sup>De acordo com Blumenthal (2015), “on December 31 of that year [2013], Defense Minister Moshe Ya’alon had announced: ‘The operation that the [Israeli Army] would be required to undertake would have to deal a harsh blow to Gaza and to the organizations operating there, in a way that would damage their capabilities and exact a heavy toll’” (pos. 374).

<sup>92</sup> De acordo com Finkelstein (2014), “by proclaiming a ‘right’ to destroy the tunnel system, Israel was effectively saying that Palestinians had no right to defend themselves against Israel’s periodic massacres. Even if Netanyahu did seek to destroy tunnels used by Hamas infiltrators, it’s hard to figure out why this would be legitimate. Do the laws of war prescribe that planes, artillery shells, and tanks get to breach Gaza’s border at Israel’s will and whim, but Palestinian tunnels must not violate Israel’s sacred space?” (p. 143-4)

<sup>93</sup> Iron Dome. De acordo com Shamir (2015), o sistema antimíssil foi capaz de destruir 90% da artilharia aérea do Hamas antes que elas atingissem áreas civis.

necessidade de uma operação terrestre, a mesma foi adiada até o Hamas negar um acordo de cessar fogo proposto pelo ex-Primeiro Ministro Britânico Tony Blair e um avião comercial abatido na Ucrânia ter tirado a Palestina das primeiras páginas da sessão internacional da mídia Ocidental (FINKELSTEIN, 2014).

O acordo negado tinha como contrapartida uma proposta assinada pelo Hamas e pelo grupo Jihad Islâmica que propunha uma trégua de dez anos em troca de demandas de natureza humanitária<sup>94</sup>. Essa proposta foi rapidamente descartada. As conversas sobre paz aconteceram durante algumas horas de trégua no conflito. Ao final delas, a invasão terrestre foi anunciada e o saldo de mortos daquele único dia foi de 51 palestinos (SAIF, 2016).

Dois dias depois, em 19 de julho, uma grande batalha terrestre aconteceu em Shujaiya, cidade litorânea no norte da Faixa de Gaza, local que já tinha sido campo de batalha durante a Primeira Intifada. O exercito israelense justificou a incursão na cidade como uma tentativa de desarticular uma rede de túneis usada pelo Hamas, mas encontraram forte resistência de grupos armados palestinos. Após falharem na missão inicial e na tentativa de evitar um número maior de mortes<sup>95</sup> de seus soldados o alto comando israelense ordenou o bombardeio da cidade<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> De acordo com Blumenthal (2015), “most notably, the factions called for international forces to guard Palestinians in Gaza from Israeli violence along the border areas. The demands were as follows: withdrawal of Israeli tanks from the Gaza border; freeing all the prisoners arrested after the killing of the three youths; lifting the siege and opening the border crossings to commerce and people; establishing an international seaport and airport, which would be under UN supervision; increasing the permitted fishing zone to ten kilometers; internationalizing the Rafah Crossing [administered by the Egyptian regime] and placing it under the supervision of the UN and some Arab nations; placement of international forces on the borders; easing conditions for permits to pray at the Al Aqsa Mosque [Jerusalem]; prohibition of Israel interference in the reconciliation agreement [with Fatah]; and reestablishment of an industrial zone and improvements in further economic development in the Gaza Strip (pos. 500-510).

<sup>95</sup> A Batalha de Shujaiya de 2014 causou o maior número de baixas de soldados quando em confronto direto com forças palestinas. Ao total foram 56 mortos (BLUMENTHAL, 2015, pos. 587).

<sup>96</sup> De acordo com Blumenthal (2015), “a senior US military officer with access to a July 21 Pentagon briefing of the battle in Shujaiya told Mark Perry of Al

A população civil foi alvejada com mais de três toneladas de bombas, causando a destruição de parte da cidade, deixando cento e vinte pessoas mortas e outras centenas feridas (BLUMENTHAL, 2015).

A estratégia usada em Shujaiya é parte do processo de politicídio e desengajamento que o Estado de Israel promove há anos. Contudo, nesse caso específico, somou-se a esses processos o que ficou conhecido como Doutrina Dahiya. A Doutrina ganhou esse nome oito anos antes, durante a guerra do Líbano, quando a cidade de Dahiya foi destruída por bombardeios da força aérea israelense. O objetivo central por trás da mesma era *cortar a grama*<sup>97</sup>, ou seja, levar tudo ao chão. O relatório do grupo israelense de direitos humanos para a Palestina, B'Tselem, chegou à conclusão após o fim da guerra de que Israel havia adotado uma política de destruição de áreas civis, a fim de destruir tudo que havia no caminho e Shujaiya foi apenas uma das várias vezes que essa política foi implementada (B'Tselen, 2015; BLUMENTHAL, 2015).

Os ataques às áreas civis não se resumiram apenas às residências, mas também às escolas da ONU<sup>98</sup>, que serviam como abrigo para aqueles que tiveram suas casas destruídas, e hospitais. Até o dia 02 de agosto, estima-se que o exército israelense já havia atacado um terço de todos os hospitais da Faixa de Gaza (incluindo o de Beit Hanoun, um dos maiores da região, em 25 de julho), além de catorze postos de saúde e vinte e nove ambulâncias. Além disso, a população ainda vivia com cortes diários de água e energia elétrica, que chegavam a durar horas ou até mesmo dias, e era vítima do uso de armas proibidas ou experimentais pelo exército israelense (como o fósforo branco e DIME

---

Jazeera America that the Israeli military had deployed eleven battalions of heavy artillery against Shujaiya. This meant that at least 258 artillery pieces blasted the neighborhood with some 7,000 high explosive shells, including 4,800 during a seven-hour period (...) ‘Eleven battalions of IDF artillery is equivalent to the artillery we deploy to support two divisions of US infantry’, the US Department of Defense officer told Perry. ‘That’s a massive amount of firepower, and it’s absolutely deadly’” (pos. 606-615). O artigo escrito por Mark Perry está disponível em: <http://america.aljazeera.com/articles/2014/8/26/israel-bombing-stunsusofficers.html>.

<sup>97</sup> No original, *mow the lawn*.

<sup>98</sup> Ataques a escolas da UNRWA em 24 de julho e 03 de agosto deixaram 25 mortos (BLUMENTHAL, 2015, pos. 4787).

– *Dense Inert Metal Explosives*<sup>99</sup>) (BLUMENTHAL, 2015; SAIF, 2016).

Com o decorrer do conflito, o governo de Israel conseguiu alcançar parte de seus objetivos. No âmbito externo, o apoio internacional era majoritariamente a favor de Israel. Dos países do Oriente Médio, apenas Turquia, Irã e Qatar se posicionaram a favor dos palestinos. O Egito, que historicamente era um aliado da causa Palestina, mudou bruscamente seu posicionamento com relação à Operação de 2012, quando Morsi era presidente. Sob o governo da junta militar liderado por al-Sisi, o Hamas se tornou inimigo declarado, assim como para o governo da Arábia Saudita. A UE não se silenciou sobre o caso devido ao medo do fundamentalismo islâmico que cresce no continente. Os EUA, por sua vez, condenaram o Hamas e o tinha como principal causador do conflito e, por isso, seu discurso oficial era o do direito de Israel se defender dos ataques que sofria. Alguns países latino-americanos foram os únicos que formalmente se solidarizaram com os atentados contra Gaza<sup>100</sup>. Internamente, no começo de agosto, o governo de coalizão palestino começa a ruir dadas as duras críticas de Abbas contra o Hamas e após as negociações de paz falharem mais uma vez (BLUMENTHAL, 2015; FINKELSTEIN, 2014).

Após conseguir desestabilizar o governo de coalizão, o governo israelense iniciou uma operação psicológica no intuito de colocar a classe média palestina em completa oposição ao Hamas. Para isso, entre 23 e 26 de agosto, o governo passou a atacar áreas centrais da cidade de Gaza, habitada, em sua maioria, por professores, médicos, homens de

---

<sup>99</sup> De acordo com Blumenthal (2015), “while shrapnel caused most of the wounds Homs treated, he described treating patients for unusual injuries that suggested that Israel was using experimental weaponry. They consisted of one-millimeter entry wounds that did negligible damage to the skin or skeleton, but left widespread burns on the internal organs of the patients, usually leading to their deaths within two or three days. The wounds Homs described were telltale signs of Dense Inert Metal Explosives (DIME), an experimental munition that generates high intensive explosions in a concentrated area. Since 2006, doctors in Gaza have documented unusual injuries suggesting the weapon’s use by the Israeli military against civilians” (pos. 1353).

<sup>100</sup> De acordo com Finkelstein (2014), os países latino-americanos a se posicionarem a favor da Palestina foram Argentina, Bolívia, Brasil, El Salvador, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela (p. 142).

negócios, em sua maioria afiliados ao Fatah e apoiadores de Abbas. Prédios residenciais e comerciais foram destruídos por ataques aéreos, entre eles a Torre Basha, uma das construções mais antigas e significativas da região, era um prédio que concentrava o complexo midiático da Faixa de Gaza e também servia de centro de operação de correspondentes internacionais (BLUMENTHAL, 2015).

Antes mesmo desses ataques, o Hamas havia anunciado estar pronto para assinar uma trégua permanente, pronunciamento que foi seguido dois dias depois pelo grupo Jihad Islâmica. O governo israelense, contudo, apenas concordou em interromper sua Operação depois de findos os ataques às áreas centrais da cidade de Gaza. Às 19:00 horas do dia 26 de agosto a Guerra dos Cinquenta e Um dias chegou ao seu fim. Das demandas do Hamas do início da guerra, apenas uma entrou no acordo de cessar fogo, a de extensão do limite de pesca de Gaza, que já estava no acordo de cessar fogo da Operação que aconteceu dois anos antes. Apesar disso, já em outubro do mesmo ano, os pescadores palestinos tiveram que retornar para o limite de três milhas. Ambos os lados comemoraram vitória. Do lado palestino, a vitória foi comemorada não como um triunfo militar decisivo, mas sim em função da demonstração de força e das qualidades do povo de Gaza durante a guerra (BLUMENTHAL, 2015).

Apesar das comemorações, a Guerra dos Cinquenta e um dias deixou marcas para além do verão de 2014. De acordo com relatoria da OCHA-OpT de 30 de novembro de 2014, o número de mortos chegou a 2.254 pessoas, desses, acredita-se que 1.572 eram civis, sendo 538 crianças e 306 mulheres. 69% das crianças mortas tinham menos que 12 anos. Além dos mortos, outros 11.231 foram feridos durante o conflito. Do lado israelense, 71 pessoas morreram, 66 eram soldados, um coordenador de segurança e quatro civis, incluindo uma criança. A infraestrutura de Gaza foi pulverizada. Mais de 520 negócios e lojas foram destruídos e 24 instalações médicas foram avariadas, inclusive grandes hospitais. Um terço das mesquitas da Faixa de Gaza foram bombardeadas, inclusive a Mesquita Al-Omari, datada de 647 d.C.. A única estação de energia foi dizimada, prejudicando ainda mais o fornecimento de energia da região. Mais de 18.000 casas foram

destruídas, deixando, pelo menos, 100.000 pessoas desabrigadas<sup>101</sup>. Apesar da necessidade de reconstrução, a possibilidade de um novo ataque na região desanima investidores e doadores (BLUMENTHAL, 2015; BUTTU, 2014).

A prática do politicídio israelense, a busca pela limpeza étnica palestina, a instituição de um estado de apartheid, o uso da doutrina Dahiya e, como parte disso tudo, o uso de força desproporcional para atacar a Faixa de Gaza e sua população foi possível graças ao processo de desumanização do povo palestino como um todo e de seus representantes, no caso o Hamas, por israelenses e ocidentais. Esse processo, contudo, só é possível graças à tradição da demonização do árabe muçulmano na história do Ocidente, primeiro por meio do orientalismo e, mais recentemente, via sua faceta da islamofobia<sup>102</sup>. No caso do Hamas e da Palestina, parte do processo é fruto de uma tentativa de irracionalizar esses atores, acusando-os de atacar Israel sem razão lógica. Há um esvaziamento do contexto político, no qual os palestinos foram transformados de atores políticos nacionalistas em grupos radicais islâmicos, como o Estado Islâmico, a Al-Qaeda, o Hezbolah e o Boko Haran, colocando-os na categoria de inimigos declarados do Ocidente (BUTTU, 2014; MUNAYYER, 2014).

---

<sup>101</sup> A destruição e o dano de residências e da planta de fornecimento de energia tiveram consequências meses após o fim da guerra, quando Gaza passou por um de seus piores invernos. O fornecimento de energia caiu para uma média de 4 horas diárias e pessoas morreram de frio por falta de abrigo (BLUMENTHAL, 2015).

<sup>102</sup> De acordo com Munayyer (2014), “the discourse around Palestine and public perception of the issue before the 2014 Gaza war, and in the immediate run-up to it, did not arise in the vacuum. Rather, the public mind was formed as a result of long-standing media reporting, coverage during previous crisis moments, popular culture, and elite discourse. The average American information consumer arrived at the most recent ‘crisis moment’ with an understanding formed by narratives that are broadly skewed toward Israel: a historical perspective in which the Holocaust is the central if not the unique event, a Leon Uris version of Israel’s genesis, the underdog narrative of the June 1967 war, the bipolar prism of the Cold War (when Israel clearly fell in the American camp), and an elite discourse dominated by elected officials and media commentators whose own views are by and large conditioned by the preceding points, and therefore heavily slanted in favor of Israel” (p. 97)



Esse processo é ainda mais sustentado em função do discurso do governo israelense de que Israel tem o direito de existir e o direito de se defender<sup>103</sup>.

Por meio do espectro político oficial, um amplo consenso se cristalizou em dois pontos: Israel tinha o direito de se defender e o Hamas tinha que ser desarmado. Deixado de lado o argumento de que Israel estaria apenas se defendendo apesar de ter iniciado as hostilidades armadas, enquanto o Hamas foi chamado a se desarmar, apesar de estar agindo em legítima defesa. Em vez disso, vamos justapondo essas crenças consensuais com as normas relevantes do direito internacional. A lei internacional proíbe que um poder de ocupação use a força para suprimir uma luta pela autodeterminação, ao passo que não proíbe um povo lutando pela autodeterminação usando força (FINKELSTEIN, 2014, p. 148, tradução nossa)<sup>104</sup>.

Do mais, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) estabeleceu em 2004 que os direitos do povo palestino incluem o direito de

---

<sup>103</sup> De acordo com Barat, Chomsky e Pappé (2015) “states do not have a right to exist. Mexico does not accept the right of the USA to exist sitting on half of Mexico. States recognize each other but not their right to exist. There is no such thing. But Israel raised that barrier to require that Palestinians accept that their oppression and expulsion is justified. Not just that it happened, but that it is justified” (pos. 627)

<sup>104</sup> No original: “Across the official political spectrum, a broad consensus crystallized on two points: Israel had the right to defend itself and Hamas had to be disarmed. For argument’s sake, let’s set aside the curiosity that Israel was said to be defending itself although it initiated the armed hostilities, while Hamas was called upon to disarm although it was acting in self-defense. Instead, let’s juxtapose these consensus beliefs with the relevant norms of international law. International law prohibits an occupying power from using force to suppress a struggle for self-determination, whereas it does not prohibit a people struggling for self-determination from using force”.

autodeterminação e que Israel é obrigado a respeitar esse direito<sup>105</sup>. Consequentemente, Israel não tem, aos olhos da CIJ, direito de oprimir a luta nacionalista palestina. O discurso do direito a se defender, nesse contexto, se transformou num discurso pelo direito de manter uma ocupação ilegal do território da Palestina e ignora o também direito de autodefesa do povo palestino (FINKELSTEIN, 2014).

### *Considerações parciais*

A partir da discussão apresentada é possível afirmar que a questão da Palestina é prejudicada por causa dos pré-conceitos que existem contra aqueles que lá habitam em função de toda a construção ideológica proporcionada pelo orientalismo. Além disso, a maneira como toda a história, desde a criação do Estado de Israel, é contada, também contribui para que a causa palestina seja, por vezes, vista com maus olhos. Em função disso, a Guerra dos 51 dias foi apenas mais um capítulo de uma luta que, por enquanto, parece não ter fim.

---

<sup>105</sup> “Israel is bound to comply with its obligation to respect the right of the Palestinian people to self-determination and its obligations under international humanitarian law and international human rights law. Furthermore, it must ensure freedom of access to the Holy Places that came under its control following the 1967 War” (ICJ, 2004, p. 12).

## 5. A GUERRA DOS 51 DIAS NOS DISCURSOS DE BARACK HUSSEIN OBAMA

### *Introdução*

É dentro desse contexto que a Guerra dos 51 dias foi tratada por chefes de Estados, pela mídia internacional e pela Organização das Nações Unidas (ONU). Contexto esse que, em termos de ACD, é parte da dimensão sócio-política na qual discursos serão analisados. Para realizar a análise tridimensional proposta pela ACD será feita a reflexão dos discursos do ex-presidente dos EUA, Barack Hussein Obama. A escolha por Obama se deu pelo o fato de os EUA serem os principais aliados de Israel e responsáveis por barrar resoluções no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e votar contra resoluções na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e na Comissão de Direitos Humanos dentro da mesma que sejam a favor da Palestina. Dessa forma, objetiva-se saber se o presidente, ao tratar da questão da Palestina no contexto da Guerra dos 51 dias, fez uso de um discurso islamofóbico.

### 5.1 PERFIL DE OBAMA

Barack Hussein Obama não é o típico político estadunidense ao qual o mundo estava acostumado. O 44º presidente dos Estados Unidos da América, primeiro presidente negro do país, tem uma origem pouco usual quando comparada com as da maioria daqueles que ocuparam o mesmo cargo. Nascido no Havaí, em 1961, fruto de um curto relacionamento entre sua mãe, uma mulher branca do Kansas, com um estudante imigrante do Quênia, negro e de origem muçulmana, Obama passou a maior parte de sua infância e adolescência no seu estado de nascimento, com exceção de cinco anos no qual viveu em Jakarta, Indonésia, com sua mãe e seu segundo esposo, onde frequentou escolas muçulmana e cristã (OBAMA, 2004; BIOGRAPHY, n/a). Apesar da educação religiosa nos anos de vivência na Indonésia,

a mãe de Obama era agnóstica; o pai (...) ateu; o padrasto, com quem viveu dos seis aos dez, muçulmano não praticante; os avós, com quem morou dos 10 aos 18, não frequentavam igreja; [apenas] aos 27 anos, Obama foi batizado numa

igreja protestante negra, a *Trinity United Church* (SILVA, 2012).

Em 1983, Obama se formou pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, com majoração em Ciência Política. No ano seguinte, aceitou um emprego em Chicago, no qual trabalhou diretamente com cidadãos de baixa renda na parte sul da cidade, e, pela primeira vez, pode realmente sentir e se aproximar da vida da maioria da população negra nos EUA. Em 1988, iniciou sua graduação na Escola de Direito de Harvard, mas antes disso, passou um tempo no Quênia com a família de seu pai, então já falecido. Em Harvard, Obama se tornou o primeiro presidente negro da tradicional *Harvard Law Review*. Após se formar, ele retornou para Chicago e iniciou sua trajetória como advogado de Direitos Civis (OBAMA, 2004; BIOGRAPHY, n/a).

Sua primeira eleição para um cargo público foi em 1996, para o Senado Estadual de Illinois, Casa tradicionalmente controlada por Republicanos. Em 2000, Obama sofreu sua única derrota política, quando concorreu para o Congresso. Quatro anos depois, foi eleito senador e passou a ganhar reconhecimento público, tornando-se o aspirante a próximo candidato Democrata para a presidência graças ao seu discurso na Convenção Nacional Democrata (OBAMA, 2004; BIOGRAPHY, n/a). Em 2007, Obama anunciou sua candidatura para concorrer às primárias do Partido Democrata para presidente, e, em 2008, foi eleito presidente dos EUA com 53% do voto popular e 365 dos 538 votos do Colégio Eleitoral (CNN, 2008).

Até a vitória na eleição, contudo, Obama e seu comitê eleitoral tiveram de lidar com inúmeros questionamentos sobre sua origem, religião, americanismo e negritude. Quanto ao último, muito se questionou sobre o quanto Obama realmente sabia sobre ser negro nos EUA, uma vez que sua criação é vista como não tradicional (dado a multiculturalidade da mesma) e também por não ter se dado dentro das comunidades de maioria negra dos EUA. Somado a isso, em função de sua educação, Obama era associado às Universidades e aos grupos sociais e de interesses da elite estadunidense. Além disso, muito do que era questionado tinha relação a sua origem: para alguns, o fato de a origem negra de Obama ser diferente dos da grande maioria negra do país era o suficiente para que ele não soubesse, de fato, o que é ser negro nos EUA. Ou seja, o fato de Obama ser filho de um imigrante *voluntário*

não fazia dele igual aos negros que são descendentes de escravos (WALTERS, 2007).

Para buscar contornar essa percepção, Obama levou sua campanha para representante do Partido Democrata até *Brown Chapel*, em Selma, Alabama, local do conhecido *domingo sangrento*<sup>106</sup>.

Em Selma, Obama afirmou que ele ‘se mantinha sobre os ombros de gigantes’ do movimento pelos direitos civis; movimento esse que foi determinante para permitir que seu pai [tivesse ido] para a América, sem o qual ele não haveria nascido; e que era reponsabilidade de sua geração de cristãos levar o movimento para o próximo século<sup>107</sup> (WALTERS, 2007, p. 22, tradução nossa).

Apesar disso, as políticas e as pautas defendidas por Obama se diferem em muito dos temas tradicionalmente tratados por candidatos negros que, em sua maioria, tendiam a se aproximar de pautas relacionadas às minorias. “Os objetivos de política de Obama, embora de liberais a progressistas, [eram] mais universalistas e não [concentravam] atenção no Terceiro Mundo ou em questões que

---

<sup>106</sup> Naquele que ficou conhecido como domingo sangrento “civil rights activists Hosea Williams and Student Nonviolent Coordinating Committee Chairman, John Lewis led a group of about 525 silent marchers across the Edmund Pettus Bridge in Selma, Alabama where they were attacked by police. The subsequent beatings, widely publicized across the United States, greatly helped strengthen the activists’ position in support of a federal law to protect minority citizens’ constitutional right to vote. Two days later, Dr. Martin Luther King and Rev. Ralph David Abernathy organized a new march during which the marchers knelt and prayed on the site of “Bloody Sunday” (AUGUSTINE, THIBODEAUX, 2006).

<sup>107</sup> No original: “In Selma, Obama asserted that he “stood on the shoulders” of the civil rights movement; that it was material in allowing his father to come to America, without which he would not have been born; and that it was the responsibility of his “Joshua generation” to carry the movement into the next century”.

[estavam] fortemente associadas a grupos americanos sub-representados” (WALTERS, 2007, p. 16)<sup>108</sup>.

No que tange aos questionamentos relacionados ao americanismo, origem e religião de Obama, muito se deve ao seu nome do meio, Hussein, e a tudo que ele remetia, como seus anos de vida na Indonésia<sup>109</sup>, sua educação em colégio muçulmano e sua família muçulmana no Quênia.

O nome do meio de Obama tem diferentes conotações em diferentes culturas. Nos EUA, o nome ‘Hussein’ é mais intimamente associado com Saddam Hussein, o ditador iraquiano que se opôs aos EUA em duas grandes operações militares no Oriente [Próximo]. Quando usado em conexão com Obama, ‘Hussein’ foi visto como uma tática de campanha [do candidato Republicano John McCain] empregada para gerar desconfiança entre os cidadãos (MANOR-WAISMEL, 2012, p. 8, tradução nossa)<sup>110</sup>.

Dado o contexto do trabalho, é importante salientar que, assim como nos EUA, o nome Hussein também causou desconfiança em parte da sociedade israelense. De acordo com Manor-Waismel (2012), “para os judeus israelenses, o nome [estaria] associado a um grupo árabe e

---

<sup>108</sup> No original: “A policy focus that was a vehicle for the assertion of Black interests: Obama’s policy aims, although liberal to progressive, are more universalistic and lack concentrated attention to the Third World or issues that are associated strongly with underrepresented American groups”.

<sup>109</sup> A Indonésia é o mais populoso país de maioria muçulmana do mundo. De acordo com o World Fact Book (2016), numa população de 258.316.051 habitantes, 87,2% são muçulmanos.

<sup>110</sup> No original: “Obama’s middle name has a different connotation in various cultures. In the United States, the name “Hussein” is most closely associated with Saddam Hussein, the Iraqi dictator who opposed the United States in two major military operations in the Middle East. When used in connection with Obama, “Hussein” was seen as a campaign tactic, employed to garner distrust among citizens”

inspira desconfiança, [enquanto que] para os árabes israelenses, o nome sinalizava um possível membro do grupo” (p. 8, tradução nossa)<sup>111</sup>.

A desconfiança dos judeus israelenses e de uma parte dos estadunidenses em relação a Obama também era reflexo de parte de seus discursos e associações políticas antes de ser eleito presidente. Um dos principais grupos de apoio de Obama em Chicago era de árabes-americanos e palestinos.

Como Senador de Illinois com vários palestino-americanos constituintes, [Obama] atendia com frequência eventos dessa comunidade nos quais ele era direto em suas críticas às políticas dos EUA e clamava por uma abordagem imparcial para o conflito Israel-Palestina (RUEBNER, 2017, n/a)<sup>112</sup>.

Além disso, a convivência de Obama com um círculo de judeus-americanos liberais o expôs às visões não monolíticas sobre Israel, contribuindo com sua abordagem sobre a temática.

Contudo, um dos motivos apontados para a derrota de Obama nas urnas em 2000 era justamente sua abordagem da questão Israel-Palestina. Em função disso, pode-se perceber, já nos discursos enquanto candidato a presidência, uma mudança de abordagem, o que o aproximou cada vez mais do discurso tradicional sobre israelenses e palestinos de presidentes dos EUA. Em discurso a AIPAC (*American Israel Public Affairs Committee*), em 03 de fevereiro de 2007, ainda em disputa para ser o candidato democrata, Obama afirmou que o trabalho dele seria no sentido de ajudar Israel a alcançar a paz com seus vizinhos e a manter o país seguro, sempre mantendo em mente que existem aqueles que se opõem a isso (JOURNAL OF PALESTINE STUDIES, 2009).

---

<sup>111</sup> No original: “For Israeli Jews, the name is associated with an Arabic out-group and inspires distrust. For Israeli Arabs, the name signals a possible in-group member”.

<sup>112</sup> No original: “As an Illinois state senator with many Palestinian-American constituents, he often attended community events at which he was forthright in his criticism of U.S. policy and his call for an evenhanded approach to the Palestinian-Israeli conflict”.

Meses depois, em junho de 2007, já como candidato oficial dos Democratas para a eleição do ano seguinte, Obama afirmou que os laços entre EUA e Israel eram inquebráveis e que isso era consequência não apenas dos interesses nacionais compartilhados, mas também dos valores e histórias que ambos os povos dividem. Mais do que isso, Obama reiterou seu compromisso com a manutenção da segurança de Israel e com a manutenção de sua vantagem militar frente a seus vizinhos, além de estabelecer que uma ameaça a Israel era uma ameaça aos EUA e que seu governo sempre se posicionaria a favor de Israel na ONU. Por fim, Obama disse:

[que] não haja dúvida: eu sempre mantereirei a ameaça de ação militar sobre a mesa para defender a nossa segurança e nosso aliado, Israel. Não se confundam. Às vezes não há alternativas ao confronto, mas isso só torna a diplomacia mais importante. Se tivermos que usar a força militar, é mais provável que teremos muito mais apoio no país e no estrangeiro, se esgotarmos os nossos esforços diplomáticos (JOURNAL OF PALESTINE STUDIES, 2009, p. 70, tradução nossa)<sup>113</sup>.

Nessa mesma oportunidade, Obama mencionou a necessidade de criação de um Estado palestino. Contudo, foi assertivo ao dizer que “qualquer acordo com o povo palestino tem que preservar a identidade de Israel como um Estado judeu, com fronteiras seguras, reconhecidas e defensáveis” (JOURNAL OF PALESTINE STUDIES, 2009, p. 69, tradução nossa)<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> No original: “let there be no doubt: I will always keep the threat of military action on the table to defend our security and our ally Israel. Do not be confused. Sometimes there are no alternatives to confrontation, but that only makes diplomacy more important. If we must use military force, we are more likely to succeed, and we’ll have far greater support at home and abroad, if we have exhausted our diplomatic efforts”.

<sup>114</sup> No original: “any agreement with the Palestinian people must preserve Israel’s identity as a Jewish state, with secure, recognized, defensible borders”.



## 5.2 A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA PARA O ORIENTE PRÓXIMO

Ao tomar posse como presidente, Obama buscou renovar a imagem dos EUA após os anos de política externa do governo de George W. Bush (INDIK, LIEBERHAL, O'HANLON, 2012). Enquanto a Doutrina Bush advogava por sustentar a primazia estadunidense e promover a democracia a qualquer custo, mesmo com grande desaprovação internacional, a grande estratégia da política externa de Obama buscou se afastar dessa retórica unilateral (BIRKENTHAL, 2013). Aquela que ficou conhecida como Doutrina Obama

clamou por redefinir a liderança americana num mundo cada vez mais globalizado e engajou-se com uma multiplicidade de atores estatais e não estatais, como ONGs e outros grupos transnacionais do sistema internacional. Atribuiu-se um alto valor em trabalhar com aliados e dentro de instituições multilaterais sob os auspícios do governo global e do direito internacional (BIRKENTHAL, 2013, p. 68, tradução nossa)<sup>115</sup>

Contudo, para impor sua grande estratégia, Obama teve que adaptá-la para sanar questões impeditivas nos âmbitos doméstico e sistêmico. No nível doméstico, Obama teve que lidar com oposições políticas, interferência de grupos de interesses, períodos de minoria Democrata no Congresso e a crise econômica, considerada a maior desde a Grande Depressão de 1929. No nível sistêmico, seus principais obstáculos foram as guerras do Afeganistão e Iraque, herdadas da administração anterior, os movimentos que compuseram a Primavera Árabe, a intervenção na Líbia e suas consequências, a guerra na Síria, o surgimento do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (DAESH)<sup>116</sup>, a

---

<sup>115</sup> No original: “Called for redefining American leadership in na increasingly globalized world and engaging with a multitude of state and non-state actors such as NGOs and other transnational groups in the international system. It placed a high value on working with allies and within multilateral institutions under the auspices of global government and international law”

<sup>116</sup> Sigla do nome original árabe, ad-Dawlat al-Islāmiyah fī al-‘Irāq wa sh-Shām.

questão nuclear do Irã, o desgaste nas relações com a Rússia e a ascensão chinesa (BIRKENTHAL, 2013; INDIK, LIEBERHAL, O'HANLON, 2012, KAPLAN, 2016).

A história da política externa da administração Obama tem sido, portanto, uma tentativa de conciliar a visão elevada do presidente com seu realismo inato e cautela política. No cargo, Obama foi um progressista sempre que possível, mas um pragmático quando necessário. E, tendo em conta as situações doméstica e global que enfrentou, o pragmatismo dominou. Ele tentou moldar uma nova ordem global liberal com os EUA ainda na liderança, mas compartilhando mais responsabilidades e encargos com os outros, quando possível e necessário<sup>117</sup> (INDIK, LIEBERHAL, O'HANLON, 2012, p. 30-1, tradução nossa).

Uma das questões centrais da política externa de Obama no começo de sua gestão foi assegurar que o islã não era um inimigo dos EUA e que a *guerra global ao terror* não definia o papel dos EUA no mundo (BRZEZINSKI, 2010). Já em seu discurso inaugural, Obama afirmou que um novo caminho nas relações entre EUA e muçulmanos seria buscado, baseado em interesse e respeito mútuo. Além disso, Obama ressaltou a necessidade de se diferenciar entre os radicais extremistas islâmicos e os muçulmanos comuns (SALTZMAN, 2014). Uma de suas primeiras mudanças foi justamente abandonar o uso do termo *guerra ao terror*, ainda que tenha continuado a combater o terrorismo durante seu governo. Sua política consistiu em acabar com as

---

<sup>117</sup> No original: “The history of Obama administration’s foreign policy has thus been one of attempt to reconcile the president’s lofty vision with his innate realism and political caution. In office, Obama has been a progressive where possible but a pragmatist where necessary. And given the domestic and global situations he has faced, pragmatism has dominated. He has been trying to shape a new liberal global order with the US still on the lead but sharing more responsibilities and burdens with others where possible and necessary”.

guerras em curso no Afeganistão e no Iraque enquanto focava em atacar estritamente as operações da Al Qaeda, na tentativa de desarticular a organização, ao ponto de ela deixar de ser uma ameaça para os EUA. Durante uma dessas operações, Obama conseguiu uma das, se não a maior, vitórias: a captura, seguida da morte, de Osama Bin Laden (INDIK, LIEBERHAL, O'HANLON, 2012).

Ao mesmo tempo, o Oriente Próximo representou um dos principais hiatos entre promessa e entrega, em termos de política externa, do governo Obama. Enquanto candidato e já no início de seu mandato, Obama falou várias vezes sobre a necessidade do congelamento dos assentamentos ilegais israelenses e da necessidade do estabelecimento do Estado nacional palestino. Em seu segundo dia como presidente, Obama prometeu buscar ativamente a paz duradoura entre Israel e Palestina e, para isso, apontou o líder da maioria no Senado, George Mitchell, como seu enviado especial para a questão da paz no Oriente Próximo.

A seleção de Obama de Mitchell – um árabe-americano que havia escrito um relatório durante a administração de George W. Bush apelando a Israel para congelar seus assentamentos ilegais – inspirou esperança entre os palestinos de que o chamado processo de paz sob Clinton e Bush mudaria sob Obama. Esta percepção foi reforçada para a equipe de negociações palestina durante o primeiro encontro de Obama com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, em maio de 2009. [Na ocasião,] Obama prometeu que "o estabelecimento de um Estado palestino é uma obrigação para mim pessoalmente", de acordo com a minuta da reunião vazada para a Al Jazeera. "De forma rápida, chegaremos à solução de dois Estados"(Obama *apud* RUEBNER, 2017, s/p, tradução nossa)<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> No original: "Obama's selection of Mitchell – an Arab-American who had authored a report during the George W. Bush administration calling on Israel to freeze its illegal settlements – inspired hope among Palestinians that the pro-

Outro momento que levou esperança aos palestinos foi o discurso de Obama na Universidade do Cairo, em junho de 2009. Na ocasião, Obama declarou ser intolerável a situação dos palestinos nos últimos sessenta anos e afirmou que “os EUA não iriam se voltar contra as aspirações palestinas por dignidade, oportunidade e um Estado próprio” (Obama *apud* RUEBNER, 2017, s/p). Quase quatro anos depois, quando em visita à Cisjordânia, Obama não poupou palavras ao criticar as políticas e ações israelenses contra palestinos.

O direito do povo palestino à autodeterminação, o direito à justiça, também deve ser reconhecido (...) Não é correto impedir os palestinos de cultivar suas terras ou restringir a capacidade dos estudantes de se deslocarem pela Cisjordânia ou deslocar as famílias palestinas de suas casas (Obama *apud* RUEBNER, 2017, s/p, tradução nossa)<sup>119</sup>.

O discurso de Obama teve uma retórica bastante diferente da habitual para presidentes estadunidenses que, em sua maioria, evitaram discursos mais assertivos contra Israel. A mudança na retórica, contudo, não representou uma mudança na prática durante sua administração<sup>120</sup>.

---

Israel bent of the so called peace process under Clinton and Bush would change under Obama. This perception was reinforced for the Palestinians negotiating team during Obama’s first meeting with Palestinian Authority president Mahmoud Abbas in May 2009. Obama promised that ‘the establishment of a Palestinian state is a must for me personally’, according to meeting minutes leaked to Al Jazeera. ‘In an expeditions manner, we will get to the two state solution’”.

<sup>119</sup> No original: “The Palestinian people’s right to self-determination, their right to justice, must also be recognized (...) It’s not right to prevent Palestinians from farming their lands, or restrict student’s ability to move around the West Bank, or displace Palestinian families from their homes”

<sup>120</sup> Esse é um caso da necessidade de adaptação das políticas pretendidas pelo presidente Obama em função da pressão de grupos de interesses. Como colocado por Ruebner (2017) “After Secy. of State Hillary Clinton emphatically and unambiguously demanded a halt to Israeli settlements in May 2009—the president “wants to see a stop to settlements—not some settlements, not

Durante a administração Obama, a ajuda militar anual destinada a Israel aumentou de US\$ 2,55 bilhões para US\$ 3,1 bilhões, que, mesmo sendo consequência de acordo assinado ainda no governo de George W. Bush, o governo Obama usava esses números em seus discursos no qual afirmava ser a administração que mais contribuiu para a manutenção da vantagem militar israelense. Para manter essa vantagem, em setembro de 2016, a administração Obama renovou o acordo estabelecido por George W. Bush, elevando a soma da ajuda para US\$ 3,8 bilhões, sendo US\$ 500 milhões destinados apenas para o programa de mísseis de defesa antiaérea, conhecida como *Iron Dome*<sup>121</sup> (RUEBNER, 2017).

O apoio a Israel foi prática desde o início do governo Obama. Apesar de seus discursos e posicionamentos pré-candidatura, em setembro de 2009, a administração Obama se posicionou contra o Relatório Goldstone<sup>122</sup> e seus achados sobre a Operação Chumbo

outposts, not natural growth exceptions”—the Israel lobby struck back in a fury. That same month, AIPAC mobilized Congress, and 76 senators and 328 representatives signed letters politely telling the president to stop airing dirty laundry with Israel in public and back off his demand for a total settlement freeze. The president received the message clearly and capitulated almost immediately by appointing the quintessential Israel-firster, Dennis Ross, to henceforth “quarterback” all Middle East issues—from his perch at the National Security Council, where Ross undermined and undercut Mitchell’s efforts at the State Department to freeze Israeli settlements. Obama shamefacedly apologized in a July 2009 meeting with leaders of Jewish American organizations. Abe Foxman, national director of the Anti-Defamation League, chastised Obama for not being “evenhanded.” Obama responded: “Abe, you are absolutely right and we are going to fix that.” From this embarrassing climb down onwards, it was clear to Israel and its supporters that no matter how powerfully Obama spoke in support of Palestinian rights, there would be no consequences for Israel’s continued violation of those rights. The possibility, or even threat, of sanctions was never on the table” (s/p).

<sup>121</sup> Esse acordo ainda permite que 26,3% do montante total seja revertido para investimentos na indústria de defesa israelense, o que significa que a população estadunidense arca com mais de US\$ 800 milhões em subsídios para a indústria armamentista de Israel (RUEBNER, 2017).

<sup>122</sup> Relatório Goldstone foi um relatório produzido por Richard Goldstone e demais membros de uma comissão montada pelo conselho de direitos humanos da AGNU após a ofensiva israelense contra Gaza entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. No relatório, os membros da comissão acusam Israel de

Fundido, dezembro de 2008 - janeiro de 2009, instaurando uma política de deslegitimação e descrédito do mesmo. Além disso, em fevereiro de 2011, em votação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) contra a expansão dos assentamentos israelenses em territórios palestinos, a administração Obama exerceu seu poder de veto. Naquele mesmo ano, Obama também se posicionou contra a elevação da Palestina a país membro da ONU<sup>123</sup> (RUEBNER, 2017).

A defesa dos interesses de Israel pelo presidente Obama também pode ser vista em seus discursos sobre a Guerra dos Cinquenta e um dias, a segunda durante seu mandato, como demonstrado a seguir.

### 5.3 UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE BARACK OBAMA SOBRE A GUERRA DOS 51 DIAS

Para realizar a análise dos discursos de Obama, é importante, antes, determinar quais serão os aspectos dessa análise. A ACD, que objetiva estudar o papel do discurso na disseminação, legitimação de ideologias, valores e “doutrinas a respeito daquilo que é ‘normal’ ou ‘essencial’ no movimento de definir um grupo social” (ROJO, 2004, p. 216) será utilizada como estratégia de abordagem dos discursos. Em função disso, a análise dos discursos terá uma abordagem tridimensional, na qual os elementos das práticas textual, discursiva e social irão compor, de forma indissociável, os elementos da análise.

A prática textual, de acordo com Rojo (2004) é “um estudo da organização, da informação, da coerência e da coesão textuais” (p. 213), ou seja, uma análise da estrutura gramatical do discurso. Além disso, contudo, a prática textual também pressupõe “a existência de um agente que não só produz o texto, mas que também adota uma atitude favorável ou desfavorável com relação àquele que enuncia” (ROJO, 2004, p. 213). Dessa forma, a análise da prática textual desse trabalho é a análise dos discursos (tanto conteúdo como estrutura gramatical) do presidente

---

cometer crimes contra a humanidade no território palestino (FINKELSTEIN, 2011).

<sup>123</sup> Sobre isso, Ruebner (2017) comenta que “president Abbas nonetheless submitted Palestine’s application for UN membership in September 2011; the United States then mothballed it in a Security Council committee where it still officially languishes. As a consolation, the General Assembly voted 138–9 with 41 abstentions to grant Palestine permanent “non-member observer status” in November 2012” (s/p).

Obama. O contexto desses discursos, ou seja, a localização temporal e espacial dos mesmos, que na análise tridimensional ganha o nome de prática discursiva, é o contexto da Guerra dos 51 dias. Por fim, a prática social, que é a “relação dialética que existe entre as estruturas e as relações sociais que, se por um lado configuram o discurso, por outro, são por ele influenciados” (ROJO, 2004, p. 214) é o contexto e construção histórica e social da tradição orientalista/islamofóbica, como demonstrado no capítulo 3.

Essas três dimensões são essenciais no processo que Fairclough (1989; 2003) chamou de ‘fazer sentido’. Contudo, tal processo depende não apenas do que está explícito em um texto, mas também das premissas não ditas, pressupostos que contribuem para a formação e manutenção do senso comum, ou intertextualidade (ORLANDI, 2009; FAIRCLOUGH, 1989, 2003; PÊCHEUX, 1993). Em função disso, é importante colocar que no que tange o tratamento da guerra na Faixa de Gaza em 2014 premissas estabelecidas pelo orientalismo e sobre a questão nacional palestina estarão presentes no discurso do presidente Obama. Isso é consequência direta da construção social do indivíduo, neste caso, Barack Hussein Obama, uma vez que suas ideias, concepções e ideologia são parte intrínseca dos discursos dos indivíduos (FAIRCLOUGH, 1989).

Os primeiros comentários do presidente Obama sobre o conflito em Gaza aconteceram uma semana após seu início, na noite de 14 de julho de 2014, durante o Jantar Anual Ifta. Esse jantar se tornou parte da tradição da Casa Branca em 1996, durante a presidência de Bill Clinton, e tem como objetivo celebrar o mês sagrado muçulmano do Ramadan. Em seu discurso, o presidente Obama afirmou que o Ramadan é um mês para se lembrar dos valores que são universais a todas as crenças religiosas: os valores da paz e da caridade, a importância da família e da comunidade, além dos comandos de amor ao próximo, de justiça, e de cuidados com aqueles que têm menos. Ao falar do conflito, Obama afirmou que as imagens vistas de Gaza e Israel eram de partir o coração e que o objetivo dos EUA sempre foi e continuaria a ser a paz e segurança para os israelenses e palestinos. Apesar disso, o presidente também afirmou que

nenhum país pode aceitar mísseis sendo disparados em seus cidadãos. E, por isso, nós

fomos bastante claros que Israel tem o direito de se defender contra *o que eu considero ser um ataque imperdoável do Hamas*. Ao mesmo tempo, por cima da crise humanitária de Gaza, que nós trabalhamos longa e duramente para aliviar, as mortes e ferimentos de civis palestinos são uma tragédia, e é por isso que nós enfatizamos a necessidade de proteger civis, independente de quem são ou onde vivem. Eu acredito que o agravamento do conflito não beneficiará ninguém, menos ainda as populações israelense e palestina. (...) Mais do que isso, contudo, a situação em Gaza nos lembra que o status quo é insustentável, e que o único caminho para a verdadeira segurança é uma longa e justa paz entre israelenses e palestinos, onde diferenças serão resolvidas pacificamente e de maneira a respeitar a dignidade das pessoas (OBAMA, 2014a, s/p, tradução nossa, grifo nosso)<sup>124</sup>.

A fala de Obama estabelece alguns pressupostos que irão acompanhar todos os discursos do presidente e de demais membros da administração sobre o conflito. O primeiro deles é que Israel está sendo atacada e que esses ataques são deliberadamente contra seus civis, com “mísseis sendo disparados em seus cidadãos” (OBAMA, 2014a, s/p,

---

<sup>124</sup> No original “no country can accept rocket fired indiscriminately at citizens. And so, we’ve been very clear that Israel has the right to defend itself against what I consider to be inexcusable attacks from Hamas. At the same time, on top of the humanitarian crisis in Gaza that we’ve worked long and hard to alleviate, the death and injury of Palestinian civilians is a tragedy, which is why we’ve emphasized the need to protect civilians, regardless of who they are or where they live. I believe further escalation benefits no one, least of all the Israeli and the Palestinian people. So we’re going to continue doing everything we can to facilitate a return to the 2012 cease-fire (...) More broadly, however, the situation in Gaza reminds us again that the status quo is unsustainable and that the only path to true security is a just and lasting peace between Israelis and Palestinians, where differences are resolved peacefully and in ways that respect the dignity of all people”.



tradução nossa). O segundo, trata do direito inalienável, na visão de Obama, que Israel tem de se defender de quaisquer ataques que sofrer. Por fim, o terceiro pressuposto estabelece quais são os perpetradores do ataque, no caso, o Hamas.

Há, contudo, uma contradição importante na fala do presidente. Ao afirmar que nenhum país *pode aceitar* ataques de terceiros, abriu-se um precedente para que os civis e líderes políticos palestinos se defendessem, mas a realidade é outra. Ao qualificar os ataques do Hamas como imperdoáveis, o presidente Obama também estabeleceu que existem dois tipos de ataques: aqueles que podem ser perdoados e os que não podem. Os palestinos se enquadram no de segundo tipo. Nesse ponto, Obama faz uma escolha pela estratégia discursiva de referência e nomeação, na qual, conforme Rojo (2004), palavras são utilizadas tanto para unir como para separar, gerando uma distinção entre *nós* e *eles*, que acaba contribuindo para a segregação de ataques perdoados e imperdoáveis. No caso, os *nosso*s, no qual Israel se inclui são permitidos, enquanto os *deles*, dos palestinos, não o são.

Além disso, vale apontar para as escolhas de construção do discurso do presidente Obama. O processo gramatical escolhido por ele ao falar dos ataques sofridos por Israel é do tipo acionário, ou seja, um processo que envolve dois participantes, sendo um deles um agente e o outro paciente. Essa é, de acordo com Fairclough (1989), uma escolha com um significado claro, uma vez que esse tipo de processo gramatical no qual há uma atribuição de responsabilidade direcionada.

Dois dias após o jantar, o presidente o Obama voltou a falar diretamente sobre o conflito em Gaza, dessa vez em discurso sobre questões de política externa, durante uma conferência de imprensa da Casa Branca. Nesta oportunidade, o presidente afirmou que

nós continuamos a apoiar esforços diplomáticos para por fim à violência *entre* Israel e Hamas. Assim como dito repetidas vezes, Israel tem o direito de se defender contra ataques de mísseis que aterrorizam a população israelense. Não há nenhum país na Terra do qual possamos esperar que viva sob o ataque diário de mísseis. E eu estou orgulhoso que o sistema *Iron Dome*, que os americanos ajudaram Israel a desenvolver, tenha salvado tantas vidas israelenses. Mas ao

longo das duas últimas semanas, todos estivemos de coração partido pela violência, especialmente pelas mortes e ferimentos de tantos civis inocentes em Gaza – homens, mulheres e crianças pegas no fogo cruzado. É por isso que temos trabalhado com nossos parceiros na região para alcançar um cessar fogo – para proteger civis de ambos os lados. Ontem, Israel concordou com um cessar fogo. Infelizmente, o Hamas continuou a lançar mísseis em civis, prolongando o conflito (OBAMA, 2014b, s/p, tradução nossa)<sup>125</sup>.

Essa foi a primeira vez que houve uma declaração oficial da administração dos EUA afirmando que o conflito era *entre* dois atores, e não apenas um ataque unilateral do Hamas. Essa perspectiva, contudo, não se mantém nos outros discursos, quando é retomado o argumento de que aquele era um ataque unilateral do Hamas e que Israel estaria apenas se defendendo. Apesar disso, neste discurso de Obama, a culpa do conflito continuou atrelada aos palestinos. Outra escolha de palavras importantes feita pelo presidente foi afirmar que Israel vive sob o ataque diário de foguetes – buscando criar a imagem de que a realidade da população israelense é de guerra *unilateral* constante, que retoma a já utilizada estratégia discursiva de referência e nomeação. Mas, talvez, a passagem mais importante para destacar a parcialidade no discurso do presidente Obama seja a parte em que ele se refere aos civis que foram mortos e feridos em Gaza.

---

<sup>125</sup> No original: “we continue to support diplomatic efforts to end the violence between Israel and Hamas. As I’ve said repeatedly, Israel has a right to defend itself from rocket attacks that terrorize the Israeli people. There is no country on Earth that can be expected to live under a daily barrage of rockets. And I’m proud that the Iron Dome system that Americans helped Israel develop and fund has saved many Israeli lives. But over the past two weeks, we’ve all been heartbroken by the violence, especially the death and injury of so many innocent civilians in Gaza men, women and children who were caught in the crossfire. That’s why we have been working with our partners in the region to pursue a cease-fire -- to protect civilians on both sides. Yesterday, Israel did agree to a cease-fire. Unfortunately, Hamas continued to fire rockets at civilians, thereby prolonging the conflict”.

A começar pela construção semântica, é importante notar que há um processo de nominalização. Ao dizer que “todos estão de coração partido pelos civis mortos e feridos” (OBAMA, 2014b), o agente da ação, aquele que matou e feriu, não está identificado, é como se morrer e ferir-se fossem acontecimentos sem relação com o contexto geral da guerra. Além disso, a utilização da nominalização no discurso também contribui para um distanciamento do presidente com o tema do discurso, em uma tentativa de não se comprometer (NEVES, 2008). Até 16 de julho, em nove dias de conflito, 229 palestinos foram mortos. De acordo com relatório da OCHA para os territórios ocupados na Palestina, 77% das vítimas até então eram civis. Do lado israelense, um civil foi vítima de morteiro lançado pelo Hamas enquanto visitava os soldados estacionados na fronteira de Israel com a Faixa de Gaza (B'TSELEM, 2016).

No dia seguinte à invasão terrestre de Gaza, em 18 de julho de 2014, o presidente Obama voltou a falar sobre acontecimentos na região. De acordo com ele, em telefonema com o Primeiro Ministro Netanyahu, eles

discuti[ram] a operação militar de Israel em Gaza, inclusive sobre o esforço de parar a ameaça de infiltração terrorista por meio de túneis em Israel. Eu reafirmei meu forte apoio ao direito de Israel de se defender. Nenhuma nação deveria aceitar foguetes sendo disparados para dentro de suas fronteiras ou terroristas cavando túneis em seu território. Na verdade, enquanto eu falava com o Primeiro Ministro Netanyahu, as sirenes soaram em Tel Aviv. Eu também deixei claro que os EUA e nossos amigos e aliados estão profundamente preocupados sobre o risco de aumento do conflito e a perda de mais vidas inocentes. E é por isso que nós indicamos, apesar de apoiarmos os esforços militares israelenses para terem certeza de que mísseis não estão sendo disparados em seu território, nós também dissemos que nosso entendimento é que a operação terrestre em curso foi desenhada para

lidar com túneis, e nós estamos esperançosos que Israel irá continuar essa abordagem de forma a minimizar as baixas civis, e todos nós estamos trabalhando duro para retornar ao cessar fogo alcançado em novembro de 2012 (OBAMA, 2014c, s/p, tradução nossa)<sup>126</sup>.

Apesar de, em sua grande maioria, a fala do presidente Obama ser uma repetição das mesmas informações e recursos de linguagem de desde o início do conflito, esse discurso traz uma informação nova, a questão dos túneis que ligavam Gaza aos territórios ocupados. Estes túneis foram a justificativa usada pelo governo de Israel para dar início à operação terrestre em Gaza. Contudo, conforme contado ao longo do capítulo 4, mais do que destruir túneis, a incursão terrestre foi responsável pela destruição de infraestrutura de cidades inteiras e pelo aumento na proporção de morte de civis (BLUMENTHAL, 2015; FILKENSTEIN, 2014). Isso demonstra que, apesar da preocupação do presidente Obama e seus aliados e amigos, e das promessas do Primeiro Ministro Netanyahu, o que de fato aconteceu foi um agravamento do conflito.

O que mais chama a atenção nesse discurso, contudo, foi a forma como o presidente o encerrou. Essa fala sobre Gaza foi feita dentro de um discurso cujo tema principal era a crise na Ucrânia, após o abatimento do avião da Malaysian Airlines vôo MH17. No caso, as palavras do presidente foram

---

<sup>126</sup> No original: “We discussed Israel’s military operation in Gaza, including its efforts to stop the threat of terrorist infiltration through tunnels into Israel. I reaffirmed my strong support for Israel’s right to defend itself. No nations should accept rockets being fired into its borders, or terrorists tunneling into its territory. In fact, while I was having the conversation with Prime Minister Netanyahu, sirens went off in Tel Aviv. I also made clear that the United States, and our friends and allies, are deeply concerned about the risks of further escalation and the loss of more innocent life. And that’s why we’ve indicated, although we support military efforts by the Israelis to make sure that rockets are not being fired into their territory, we also have said that our understanding is the current military ground operations are designed to deal with the tunnels, and we are hopeful that Israel will continue to approach this process in a way to minimize civilian casualties and that all of us are working hard to return to the cease-fire that was reached in November 2012”.

os Estados Unidos da América irão continuar a apoiar o princípio de que as pessoas têm o direito de viver como elas querem, que nações têm o direito de viver como elas querem, que nações têm o direito de determinar seu próprio destino; e que quando eventos horríveis como esses acontecem, a comunidade internacional fica ao lado da justiça e da verdade (OBAMA, 2014c, s/p, tradução nossa)<sup>127</sup>.

Começando a análise pelo sujeito, nota-se que o presidente sai do pessoal para o coletivo, ou seja, não é a figura de Obama que irá fazer algo, mas sim os EUA e sua população. Mas é a colocação do presidente Obama de que em acontecimentos como os da Ucrânia e o conflito em Gaza, “a comunidade internacional *fica* ao lado da justiça e da verdade” (OBAMA, 2014c, s/p, tradução nossa). Há um esquema de classificação bastante particular nessa passagem da fala do presidente. Um esquema de classificação, conforme coloca Rojo (2004) é uma maneira de dividir aspectos da realidade, e essa divisão é baseada numa *representação ideológica* da realidade. Sendo assim, é possível dizer, de acordo com a fala de Obama, que existem dois grupos de Estados no sistema internacional, aqueles que buscam viver como querem e aqueles que não o permitem e, por isso, acabam contrariando os valores de justiça e verdade da comunidade internacional.

O presidente Obama voltou a falar do conflito em Gaza no dia 21 de julho de 2014, em nova declaração que também envolvia a situação na Ucrânia. Nessa oportunidade, Obama voltou a mencionar o direito de Israel se defender tanto dos ataques aéreos como dos terrestres viabilizados pelos sistemas de túneis. O presidente falou também da preocupação com o aumento no “número de mortes de civis palestinos e

---

<sup>127</sup> No original: “The United States of America is going to continue to stand for the basic principle that people have the right to live as they chose; that nations have the right to determine their own destiny; and that when terrible events like this occur, the international community stands on the side of justice and on the side of truth”.

a perda de vidas israelenses” (OBAMA, 2014d, s/p, tradução nossa)<sup>128</sup>. Mais uma vez é possível identificar estratégias de linguagem do presidente Obama, como o processo de nominalização ao falar das mortes palestinas, o processo gramatical de ação quando menciona as mortes israelenses, o uso do processo linguístico de classificação e a estratégia discursiva de referência e nomeação (FAIRCLOUGH, ANO; ROJO, 2004).

A incursão terrestre a Gaza, conforme previamente mencionado, teve como consequência o maior número de mortes de soldados israelenses em anos: foram sessenta e seis ao final do conflito, de um total de setenta e um mortos (BLUMENTHAL, 2015). Até 21 de julho, um total de 28 israelenses haviam sido mortos, 26 deles soldados que participaram da operação terrestre na Faixa de Gaza. Nessa fala, é importante notar como o presidente faz distinção entre as mortes que devem ser lamentadas. Do lado palestino, apenas as vítimas comprovadamente civis; do lado israelense a perda de todas as vidas, sejam soldados ou civis, são dignas de preocupação. O que não é dito pelo presidente é que dessas mortes israelenses, apenas seis foram causadas pelos mísseis lançados pelo Hamas, todas as demais aconteceram como consequência da incursão terrestre em Gaza. Enquanto isso, até essa data, 715 palestinos já haviam sido mortos, 427 comprovadamente civis, pelos constantes ataques aéreos, marítimos e terrestres (B'TSELEM, 2016).

A última vez que o presidente Obama citou diretamente a Guerra em Gaza, enquanto o conflito ainda acontecia, foi em 06 de agosto de 2014, durante conferência de imprensa após a Cúpula dos Líderes de África e EUA. Na ocasião, o presidente foi questionado pelo correspondente da Agence France-Presse (AFP), Jérôme Cartillier, sobre uma declaração do Primeiro Ministro Netanyahu, na qual ele descreveu a operação em Gaza como justificada e proporcional. Até aquele momento, 2052 palestinos haviam morrido, pelo menos 1298 deles não tiveram participação nas hostilidades. As cidades de Khuza<sup>129</sup>, Beit

---

<sup>128</sup> No original: “(...) the rising number of Palestinian civilians deaths and the loss of Israeli lives”.

<sup>129</sup> Blumenthal (2015) descreve parte do que aconteceu em Khuza na seguinte passagem: “As the Israeli army’s Golani Brigade wrapped up its assault on Shujaiya on July 22, the Israeli army rolled waves of troops from the Givati Brigade into Khuza’a and declared the town a closed military zone. This meant

Hanoum<sup>130</sup>, Shujaiya<sup>131</sup> e o campo de refugiados de Jabalia foram fortemente atacados, além de ataques as plantas de distribuição de

---

that thousands of terrified residents were prevented from escaping, media was forbidden from entering the town and the International Committee of the Red Cross (ICRC)—which insisted on coordinating with an obstinate Israeli military—was not able to get its ambulances inside the cordon. For ten days, the pastoral town became the setting for the worst atrocities of the war as the Gazan borderlands were transformed into bloodlands” (pos. 875).

<sup>130</sup> De acordo com Blumenthal (2015), “nearly everything in Beit Hanoun seems to have been flattened. Even the UNRWA school in the center of town bears the marks of an Israeli attack that killed seventeen and wounded two hundred among the hundreds of local residents sheltering there during the ground invasion. The ruination of Beit Hanoun was merely the peak of years of continuous Israeli violence against the impoverished city. It was a frequent site of rocket launches towards southern Israeli cities like Sderot and the nearby Erez crossing and had experienced routine Israeli bombardments since 2006 (pos. 1102).

<sup>131</sup> De acordo com Blumenthal (2015), “Having bombarded Shujaiya from all sides for hours in a ham-handed effort to dislodge Al-Qassam and its tunnel network, with negligible success, the army turned its attention to the civilian population. The elite divisions of the Golani Brigade were quickly pinned down in the narrow lanes of Shujaiya and unable to withstand coordinated attacks by lightly armed fighters from the Al-Qassam Brigades and assorted Gazan armed factions. So the Israeli military’s high command made an audacious decision. It ordered all infantry to take shelter in heavily protected Namer armored personnel carriers, then let loose an artillery barrage that engulfed the entire area in a storm of explosive rain. ‘We gave them half an hour to get into the vehicles and we laid down fire, after which there was no more shooting from there, not even light weapons,’ an Israeli army officer told Haaretz. Were it not for the dangerous step, which threatened to expose Israeli troops to friendly fire, ‘we would be returning dozens of [soldiers’] bodies from the field,’ the officer remarked. In the end, the desperate maneuver wound up obliterating most of Shujaiya, killing over 120 of its residents and badly wounding hundreds more. A senior US military officer with access to a July 21 Pentagon briefing of the battle in Shujaiya told Mark Perry of Al Jazeera America that the Israeli military had deployed eleven battalions of heavy artillery against Shujaiya. This meant that at least 258 artillery pieces blasted the neighborhood with some 7,000 high explosive shells, including 4,800 during a seven-hour period. Details of the operation shocked US officials, prompting Secretary of State John Kerry to sarcastically remark on a hot mic before a Fox News appearance, ‘It’s a hell of a pinpoint operation’. It might not have occurred to Kerry that he could have

energia elétrica, água e captação de esgoto (BLUMENTHAL, 2015). A resposta do presidente foi

eu tenho dito, desde o princípio, que nenhum país iria tolerar mísseis sendo disparados em suas cidades. E, como consequência, eu tenho consistentemente apoiado o direito de Israel de se defender, e isso inclui fazer o que for necessário para prevenir que mísseis atinjam centros populacionais e, como aprendemos mais recentemente, prevenir que túneis sejam cavados sob território deles que possam ser usados para causar ataques terroristas. Eu também acho que é importante lembrar que o Hamas age de maneira extraordinariamente irresponsável quando está deliberadamente alocando lançadores de mísseis em centros populacionais [em Gaza], colocando populações em risco em função de sua estratégia militar. Agora, tendo dito tudo isso, eu também expressei minha angústia com o que aconteceu com civis inocentes, incluindo mulheres e crianças, durante o curso desse processo (OBAMA, 2014e, s/p, tradução nossa)<sup>132</sup>.

---

prevented the destruction by negotiating on some of Hamas's humanitarian demands the week before. 'Eleven battalions of IDF artillery is equivalent to the artillery we deploy to support two divisions of US infantry' the US Department of Defense officer told Perry. 'That's a massive amount of firepower, and it's absolutely deadly'" (pos. 606-615).

<sup>132</sup> No original: "I have said from the beginning that no country would tolerate rockets being launched into their cities. And as a consequence, I have consistently supported Israel's right to defend itself, and that includes doing what it needs to do to prevent rockets from landing on population centers and, more recently, as we learned, preventing tunnels from being dug under their territory that can be used to launch terrorist attacks. I also think it is important to remember that Hamas acts extraordinarily irresponsibly when it is deliberately siting rocket launchers in population centers, putting populations at risk because of that particular military strategy. Now, having said all that, I've also expressed



Ao afirmar que “o Hamas age de maneira extraordinariamente irresponsável quando está deliberadamente alocando lançadores de mísseis em centros populacionais [em Gaza], colocando populações em risco em função de sua estratégia militar” (OBAMA, 2014e, s/p, tradução nossa), Obama faz uso de outro tipo de estratégia discursiva, no caso a *estratégia predicativa e imagens simplificadoras de eles*. Ao escolher por essa estratégia, o presidente conferiu ao Hamas atribuições estereotipadas e valorativas, o que contribuí para a formação de preconceito e até mesmo repúdio (ROJO, 2004).

Após comentários sobre o cessar fogo que havia sido estabelecido e o apoio dos EUA ao Egito, na tentativa de estabelecer uma trégua permanente, o presidente afirmou que

[n]o curto prazo, eu acredito que o objetivo tenha que ser ter certeza que os disparos de mísseis não irão retornar, que o trabalho que o governo israelense teve em fechar esses túneis foi completado, e que nós estamos agora em processo de ajudar a reconstruir Gaza, que foi duramente avariada como consequência do conflito. No longo prazo, tem que haver um reconhecimento que Gaza não pode se sustentar permanentemente fechada para o mundo e incapaz de prover alguma oportunidade – empregos, crescimento econômico – para a população que vive ali, principalmente dado o quão densa e o quão jovem essa população é. (...) A questão então torna-se: nós podemos encontrar a fórmula na qual Israel tenha maiores garantias que Gaza não será uma plataforma de lançamentos para outros ataques, talvez ainda mais perigosos, conforme a

---

my distress at what’s happened to innocent civilians, including women and children, during the course of this process”.

tecnologia se desenvolva em seu país (OBAMA, 2014e, s/p, tradução nossa)<sup>133</sup>.

Além de mais uma vez o presidente afirmar o direito de Israel de se defender, dessa vez, Obama consentiu com as escolhas do governo israelense, ao dizer que eles teriam o direito de “fazer o que [fosse] preciso” (OBAMA, 2014e, s/p, tradução nossa) para garantir sua própria segurança. Somado a isso, ao dizer que “Gaza não pode se sustentar permanentemente fechada para o mundo” Obama desconsiderou a responsabilidade de Israel e do Egito de manter Gaza isolada do mundo, o que acontece como consequência do cerco imposto a toda região desde 2007 por Israel e ao fechamento quase total da passagem de Raffah pelo governo de al-Sisi. A construção semântica escolhida pelo presidente Obama passa a ideia de que foi a população da Faixa de Gaza que escolheu se isolar e não que ela foi isolada. Por fim, mais uma vez, Obama afirmou que a maior preocupação era a segurança de Israel, enquanto que a destruição da Faixa de Gaza foi tratada como uma consequência natural do conflito.

Além disso, ao indagar se “nós podemos encontrar a fórmula na qual Israel tenha maiores garantias que Gaza não será uma plataforma de lançamentos para outros ataques, talvez ainda mais perigosos, conforme a tecnologia se desenvolva em seu país” (OBAMA, 2014e, s/p, tradução nossa), Obama retoma o uso de processo gramatical acionário, como também o processo linguístico de esquema de classificação e a estratégia discursiva de referência e nomeação, além da estratégia predicativa e imagem simplificadoras de eles. Mais do que

---

<sup>133</sup> No original: “We intend to support the process that’s taking place in Egypt. I think the short-term goal has to be to make sure that rocket launches do not resume, that the work that the Israeli government did in closing off these tunnels has been completed, and that we are now in the process of helping to rebuild a Gaza that’s been really badly damaged as a consequence of this conflict. Long term, there has to be a recognition that Gaza cannot sustain itself permanently closed off from the world and incapable of providing some opportunity -- jobs, economic growth -- for the population that lives there, particularly given how dense that population is, how young that population is (...) And the question then becomes, can we find a formula in which Israel has greater assurance that Gaza will not be a launching pad for further attacks, perhaps more dangerous attacks as technology develops into their country”.

isso, contudo, Obama deixou de separar o Hamas de Gaza e fez deles um só. Isso é parte da estratégia discursiva de representação dos atores sociais através de suas ações, estratégia essa que tende a fazer associações negativas a um determinado grupo, que está sempre na condição de agente (ROJO, 2004), ou seja, o que Obama fez foi repassar as ações de um grupo dentro de Gaza para todos os indivíduos que ali habitam.

#### 5.4 A ISLAMOFOBIA NO DISCURSO DE OBAMA

Os discursos feitos pelo presidente Obama durante a Guerra dos 51 dias não apresentam conteúdo islamofóbico. O que se pôde perceber, no entanto, foi que em momento algum o presidente falou sobre a responsabilidade de Israel pelo conflito ou fez comentários sobre o uso desproporcional de forças por parte o exercito israelense e, consequentemente, sobre desproporcionalidade no número de mortes palestinas. Pelo contrário, os discursos de Obama eram sempre no sentido de assegurar e respaldar o direito de Israel se defender e também de qualificar os ataques palestinos como atos irracionais de atores sem qualquer propósito ou objetivo.

Quando visto dessa forma, a hipótese principal do trabalho, de que o discurso islamofóbico aparece quando não deveria aparecer, colocando o islã como causa e não como contexto de conflitos, inviabilizando uma abordagem crítica e imparcial dos fatos nos discursos do presidente Obama quando tratando da Guerra dos 51 Dias, não é corroborada pela análise aqui desenvolvida. Contudo, menos de um mês após o final do conflito, em 24 de setembro de 2014, em discurso diante da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Obama tratou de terrorismo, daquilo que chamou de mundo muçulmano e do conflito entre Israel-Palestina de maneira que abre espaço para questionamentos a respeito de sua visão sobre Islã.

Obama começou seu discurso afirmando que o mundo chegou junto “a uma encruzilhada entre a guerra e a paz, entre desordem e integração, entre medo e esperança” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>134</sup>. A mensagem do presidente nessa passagem é bastante clara: dois caminhos poderiam ser tomados pelos Estados ali presentes, mas

---

<sup>134</sup> No original: “We come together at a crossroads between war and peace; between disorder and integration; between fear and hope”.

cada um levaria por resultados bastante distintos. Mais do que a ameaça de um conflito, o discurso de Obama traz a ideia de que, dadas às escolhas, é possível que a humanidade passe a viver com medo.

Para ilustrar a questão dos caminhos que podem ser trilhados, Obama afirma que é possível encontrar sinais de progresso por todo o mundo, desde que “a sombra da Guerra Mundial” (OBAMA, 2017f, s/p, tradução nossa)<sup>135</sup> que precedeu a criação da ONU foi extirpada. Há, nessa passagem, mais uma vez, mesmo que de forma indireta, a referência ao medo. O uso da palavra sombra pelo presidente não é descabida, ela foi escolhida justamente para estabelecer a dualidade de sombra e luz. O presidente continua seu discurso citando conquistas dos últimos setenta anos que demonstram, na visão dele, as melhoras que foram alcançadas em termos de saúde pública, segurança e economia ao redor do mundo. Apesar destas, Obama cita um mal estar generalizado, no sentido de que as forças que uma vez se uniram também foram as responsáveis por criar novos perigos e dificultaram que qualquer nação se isolasse dessas novas forças globais. O presidente citou, então, o surto de ebola que assolou os países da África Ocidental, as agressões russas na Europa e o terrorismo na Síria e no Iraque para exemplificar seus argumentos.

Obama continuou seu discurso dizendo que esses eram problemas que demandavam atenção urgente, mas, mais do que isso, eram um sintoma de que o sistema internacional havia falhado na tarefa de acompanhar o ritmo do mundo interconectado. De acordo com ele,

nós, coletivamente, não investimos adequadamente na estrutura de saúde pública de países em desenvolvimento. *Muitas vezes nós falhamos em reforçar as normas internacionais quando é inconveniente fazê-lo. E nós não temos confrontado com força suficiente a intolerância, o sectarismo e a falta de esperança que alimenta o extremismo violento em partes demais do globo* (OBAMA, 2014f, grifo nosso, s/p, tradução nossa)<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> No original: “the shadow of the World War”.

<sup>136</sup> No original: “We, collectively, have not invested adequately in the public health capacity of developing countries. Too often, we have failed to enforce

Nessa passagem, é válido destacar o uso da primeira pessoa do plural no discurso do presidente, uma vez que o uso de *nós* divide a responsabilidade pelos problemas do mundo. Além disso, ao afirmar que todos falharam ao não reforçarem as regras internacionais quando melhor lhes conveio, o presidente assumiu parte da culpa pelo não cumprimento das regras, mas também a repartiu. Isso porque, ao citar que todos ali falharam, em especial na manutenção das regras, mas também nas questões do sectarismo, da intolerância e do extremismo, Obama fez uso do processo de esquema de classificação e estabeleceu que esses ideais deveriam ser combatidos de qualquer forma.

Dito isso, o presidente Obama (2014f) estabeleceu que era necessário escolher qual caminho seguir e que “para a América a escolha [era] clara: nós escolhemos esperança ao medo” (s/p, tradução nossa)<sup>137</sup>. Nesse ponto do discurso, Obama dividiu o mundo em dois grandes grupos – aqueles que estavam contra os EUA escolheram o medo e os que estavam com os EUA e escolheram a esperança seriam os responsáveis por *moldar* o mundo para o melhor. Para isso, Obama definiu duas questões como sendo as raízes dos desafios que o sistema internacional teria que vencer: o primeiro deles seria as nações serem capazes de renovar os propósitos da fundação da ONU; o segundo era “se iremos nos unir para repelir *o câncer do extremismo violento*” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>138</sup>. A metáfora do câncer utilizada pelo presidente Obama nos remete a uma questão de vida ou morte, afinal ninguém convive com uma doença como o câncer, ou ela é retirada ou o indivíduo irá a óbito (FAIRCLOUGH, 1989, 2003).

Dessas passagens, também é válido apontar como, mais uma vez, Obama usou de artifícios de linguagem, como a estratégia de referência e nomeação, para fazer uma divisão entre *nós* e *elas*. Para tanto, primeiro ele faz uso de *formas que separam*, para distinguir os grupos, neste caso em específico, aqueles que escolheram a esperança. Por

international norms when it's inconvenient to do so. And we have not confronted forcefully enough the intolerance, sectarianism, and hopelessness that feeds violent extremism in too many parts of the globe”.

<sup>137</sup> No original: “And for America, the choice is clear: We choose hope over fear”.

<sup>138</sup> No original: “(...) and whether we will come together to reject the cancer of violent extremism”.

último ele une seus opositores sob a forma do “câncer do extremismo violento” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa), generalizando todos aqueles que se opuseram as suas ideias.

Obama seguiu seu discurso falando da necessidade de observar e reforçar as normas internacionais, citando as guerras mundiais como resultado da não observação das mesmas. Isso culminou na crítica direta aos russos sobre a situação na Ucrânia e na afirmação que os EUA e seus aliados iriam apoiar o povo daquele país. Mais do que isso, Obama declarou que seus aliados na OTAN seriam reforçados para defender o comprometimento de defesa coletiva, numa resposta direta à Rússia. O objetivo do discurso do presidente Obama, a partir desse ponto, tornou-se elucidador, dado que mais do que apenas estabelecer quais eram os grandes desafios para alcançar a estabilidade do sistema internacional, o presidente expôs aqueles que considerava ser os perpetuadores do desrespeito às normas internacionais e, conseqüentemente, os agentes da desordem e do medo: a Rússia e os grupos extremistas violentos (OBAMA, 2014f). A diferença para Obama é que, para a primeira, o presidente considerava a via diplomática como meio para resolver os problemas por eles causados, já os segundos deveriam ser extirpados da Terra, assim como toda doença que ocupa um corpo.

A metáfora do câncer foi utilizada mais uma vez pelo presidente Obama em seu discurso quando estabeleceu que “enquanto olhamos para o futuro, uma questão trás o risco um ciclo de conflitos que poderia corromper tanto progresso, e isso é o *câncer do extremismo violento que tem assolado tantas partes do mundo muçulmano*” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>139</sup>. Há nessa passagem uma associação direta que o presidente Obama faz entre extremismo violento e partes do mundo muçulmano. Por mais que a maioria das mortes por atentados terroristas tenham ocorrido em países de maioria muçulmana e causados, em grande parte, por grupos que tem associação religiosa (GTD), Obama ignorou que grupos extremistas não são exclusividade desses países. Além disso, Obama ainda divide o que ele chama de mundo muçulmano entre aqueles que foram assolados pelo extremismo e os que não foram.

Continuando seu discurso, Obama disse que

---

<sup>139</sup> No original: “But as we look to the future, one issue risks a cycle of conflict that could derail so much progress, and that is the cancer of violent extremism that has ravaged so many parts of the Muslim world”.

obviamente, terrorismo não é novo. Discursando diante dessa Assembleia, o presidente Kennedy colocou bem: ‘terrorismo não é uma arma’, ele disse. ‘Ao longo da história, ele tem sido usado por aqueles que não podem prevalecer, seja pela persuasão ou pelo exemplo’. No século XX, o terror foi usado por todo tipo de grupo que falhou chegar ao poder por meio do apoio popular. Mas, nesse século, nós enfrentamos um novo tipo de terrorismo, mais letal e ideológico, que *perverteu* uma das maiores religiões do mundo. Com acesso a tecnologia, que [permitiria] que pequenos grupos [fizessem] grandes estragos, eles abraçaram uma visão do pesadelo que dividiria o mundo em adeptos e infiéis – matando o máximo de civis inocentes possíveis, empregando os métodos mais brutais de intimidação às pessoas dentro de suas comunidades (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>140</sup>.

Ao estabelecer as diferenças entre o terrorismo dos séculos XX e XXI, o presidente Obama optou por culpar o islã por esse novo terrorismo, afirmando que o islã foi pervertido por terroristas. De acordo com definição do dicionário Michaelis (2017), perverter significa: “1) tornar-se perverso ou maldoso, depravar-se; 2) desvirtuar (algo) com

---

<sup>140</sup> No original: “Of course, terrorism is not new. Speaking before this Assembly, President Kennedy put it well: “Terror is not a new weapon,” he said. “Throughout history it has been used by those who could not prevail, either by persuasion or example.” In the 20<sup>th</sup> century, terror was used by all manner of groups who failed to come to power through public support. But in this century, we have faced a more lethal and ideological brand of terrorists who have perverted one of the world’s great religions. With access to technology that allows small groups to do great harm, they have embraced a nightmarish vision that would divide the world into adherents and infidels -- killing as many innocent civilians as possible, employing the most brutal methods to intimidate people within their communities”.

interpretação errônea; 3) fazer mudança, alteração em; alterar, mudar”. O presidente, em seu discurso implicou que a religião islâmica foi corrompida pelo terrorismo. A escolha de palavras, vale lembrar, é uma escolha racional dos agentes e reflete as crenças e ideologias individuais (MR) e do seu público (ALLEN, 2010; FAIRCLOUGH, 1989). Dessa forma, subentende-se que, para o presidente Obama, todo o islã, foi corrompido por ideias e grupos extremistas que distorceram o verdadeiro valor da religião em nome da violência.

Sendo assim, se partirmos da concepção que a islamofobia é um conjunto de ideais, significados e relações, inclusive relações de poder entre Ocidente e o islã, pode-se dizer que o presidente Obama compartilha, sim, de ideais e, conseqüentemente, reproduziu um discurso islamofóbico. Isso porque, assim como colocado por Allen (2010) a islamofobia, apesar de ser uma construção histórica, também tem seu caráter ferramental, que, neste é caso, é apontar para o medo do islã e muçulmanos. Além disso, o presidente volta a instaurar o medo, que acompanha seu discurso desde o início, ao afirmar que os terroristas abraçaram uma visão do pesadelo e que seus objetivos são matar o maior número de infiéis de maneira brutal. De acordo com dados do Global Terrorism Database (GTD), apenas no ano de 2014, 16.840 ataques terroristas aconteceram no mundo, destes, 6.917 (ou 41%) aconteceram na região do Magreb, região essa de população de maioria muçulmana.

O presidente continuou seu discurso afirmando que

[a]o mesmo tempo nós temos reafirmado várias vezes que os EUA não estão e nunca estarão em guerra com o islã. O islã ensina a paz. Muçulmanos por todo o mundo aspiram viver com dignidade e senso de justiça. E, quando se trata da América e do islã, não há um ‘nós’ e ‘eles’, tem-se apenas o ‘nós’ – porque milhões de muçulmanos americanos são parte do tecido do nosso país. Por isso, nós rejeitamos qualquer sugestão de um conflito de civilizações. A crença em uma guerra religiosa permanente é o refúgio equivocado de extremistas que não podem construir ou criar nada e, por isso, oferecem apenas o fanatismo e o ódio. E não é



exagero dizer que o futuro da humanidade depende de nós nos unirmos contra aqueles que nos dividiram ao longo das linhas de falha de tribos ou facções, raça ou religião (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>141</sup>.

O que Obama faz nessa passagem foi retomar as ideias de visão fechada e visão aberta do islã e de seus seguidores. Ou seja, por meio de estratégias discursivas, tentou dividir os muçulmanos entre maus e bons. Para isso Obama os agrupou em dois grupos distintos: o primeiro é o de muçulmanos que entenderam a mensagem de paz do islã e que “aspiram viver com dignidade e senso de justiça” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa); o segundo é composto por “extremistas que não podem construir ou criar nada e, por isso, oferecem apenas o fanatismo e o ódio” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa). Essa divisão é colocada por Allen (2010) como uma forma de estereotipar e, de fato, dividir os muçulmanos. De acordo com o autor, o bom muçulmano é aquele que se adapta ao Ocidente e ao progresso, o mau muçulmano, por outro lado, é aquele que luta contra tudo que o Ocidente representa. Ou seja, o que Obama faz em um pequeno pedaço é uma releitura do discurso orientalista/islamofóbico, conforme apresentado no capítulo 3.

Para vencer o *câncer* do terrorismo, Obama determina o foco em quatro áreas distintas. A primeira delas seria a destruição total do ISIS; a segunda seria a necessidade de o mundo rejeitar o extremismo. De acordo com ele, era “hora do mundo – *especialmente das comunidades muçulmanas* – rejeitar de forma explícita, forçosa e consistente, a ideologia de organizações como al-Qaeda e ISIS” (OBAMA, 2014f, s/p,

---

<sup>141</sup> No original: “At the same time, we have reaffirmed again and again that the United States is not and never will be at war with Islam. Islam teaches peace. Muslims the world over aspire to live with dignity and a sense of justice. And when it comes to America and Islam, there is no us and them, there is only us -- because millions of Muslim Americans are part of the fabric of our country. So we reject any suggestion of a clash of civilizations. Belief in permanent religious war is the misguided refuge of extremists who cannot build or create anything, and therefore peddle only fanaticism and hate. And it is no exaggeration to say that humanity’s future depends on us uniting against those who would divide us along the fault lines of tribe or sect, race or religion”.

tradução nossa)<sup>142</sup>. Mais uma vez Obama faz uma generalização. Ao afirmar a necessidade específica do posicionamento das comunidades muçulmanas, o presidente induz seus ouvintes a associar toda organização terrorista a Al Qaeda e ao ISIS, que, nesses casos, tem uma orientação religiosa.

Obama continua seu discurso afirmando que “uma das tarefas de todas as grandes religiões têm é acomodar a fé devota com um mundo moderno e multicultural” (2014f, s/p, tradução nossa)<sup>143</sup>, o que se traduz em uma demanda pelo secularismo estatal, um dos aspectos centrais da ideia do universalismo europeu que surge no após a Revolução Francesa, conforme apontado por Wallerstein (2007). De acordo com Raymond (1980), um estado secular é aquele que está fundamentado sobre o princípio que “qualquer religião, doutrina ou cerimônia religiosa não tem espaço nos assuntos de Estado, educação, ou na sociedade política em geral” (p. 459, tradução nossa)<sup>144</sup>. Além disso, em um estado secular, tudo que é eclesiástico se torna uma questão privada e não pública (RAYMOND, 1980). A fala de Obama, dessa forma, se torna uma demanda pela separação das esferas religiosa e pública, numa tentativa de impor o padrão seguido pelo Ocidente desde 1789.

A terceira área que Obama aponta como necessária de atenção para combater o terrorismo foi a dos ciclos de conflitos e necessidade de se colocar um fim nas condições sociais, econômicas e políticas que permitem que esses se mantenham. Por fim, para o quarto foco de atenção seria necessário ter em mente que “a tarefa de rejeitar o sectarismo e o extremismo é uma tarefa geracional – e uma tarefa para a própria população do Oriente Médio” (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>145</sup>. O presidente continuou seu discurso afirmando que

---

<sup>142</sup> No original: “It is time for the world -- especially Muslim communities -- to explicitly, forcefully, and consistently reject the ideology of organizations like al Qaeda and ISIL”.

<sup>143</sup> No original: “It is one of the tasks of all great religions to accommodate devout faith with a modern, multicultural world”.

<sup>144</sup> No original: “(...) any religion, religious doctrine, or religious ceremony has no place whatsoever in the affairs of a state, in education, or in a political society in general”.

<sup>145</sup> No original: “Now, ultimately, the task of rejecting sectarianism and rejecting extremism is a generational task -- and a task for the people of the Middle East themselves”.

nenhuma potência externa pode levar à transformação de corações e mentes. Mas a América será um parceiro respeitoso e construtivo. Nós não iremos tolerar santuários para terroristas nem iremos agir como uma potência ocupadora. Nós iremos tomar atitudes contra ameaças à nossa segurança e a de nossos aliados, enquanto construímos uma arquitetura de contraterrorismo e cooperação. Nós iremos aumentar nossos esforços para exaltar aqueles que enfrentem ideologias extremistas e que busquem resolver conflitos sectários (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>146</sup>.

Mais uma vez, o discurso de Obama divide o mundo em dois: de um lado, estão àqueles dispostos a trabalhar em conjunto com os EUA para por fim ao terrorismo, de outro aqueles que não o querem.

A ação nas quatro áreas apontadas por Obama são atos de fala. Partindo do pressuposto construtivista de que palavras são ações (ONUF, 1989), podemos reconhecer que há uma relação direta entre as intenções de ação de Obama com seu discurso. Mas, mais do que isso, deliberações políticas são limitadas por normas que determinam quem pode ou não participar de uma discussão e por isso também determinam quando um ato de fala tem caráter de autoridade (KRATOCHWIL, 1989). Logo, ao fazer um discurso no qual o mundo foi dividido e ações foram tomadas e propostas dentro da AGNU, Obama não apenas conseguiu transmitir suas representações ideológicas, como também, por ter sido ouvido e, ao final, ovacionado, teve seu discurso reconhecido e aceito por pelo menos uma parte dos representantes de Estado que ali estavam.

---

<sup>146</sup> No original: “No external power can bring about a transformation of hearts and minds. But America will be a respectful and constructive partner. We will neither tolerate terrorist safe havens, nor act as an occupying power. We will take action against threats to our security and our allies, while building an architecture of counterterrorism cooperation. We will increase efforts to lift up those who counter extremist ideologies and who seek to resolve sectarian conflict”.

Por fim, ao final de seu discurso, Obama comentou sobre o conflito que havia terminado há menos de um mês entre Israel e Palestina, e apontou para a necessidade de lideranças tratarem desse conflito, reafirmando o compromisso dos EUA de buscar a paz para essa questão. Nessa oportunidade, Obama afirmou que

o status quo na Cisjordânia e em Gaza não é sustentável. Nós não podemos nos dar ao luxo de nos afastar desse esforço – não quando mísseis são lançados em inocentes civis israelenses, ou quando as vidas de tantas crianças em Gaza são tiradas de nós. Enquanto eu for presidente, nós iremos nos erguer pelo princípio que israelenses, palestinos, a região e o mundo sejam mais justos e seguro com dois Estados vivendo lado a lado em paz e segurança (OBAMA, 2014f, s/p, tradução nossa)<sup>147</sup>.

Assim como durante todos os seus discursos sobre a Guerra dos 51 Dias enquanto ela acontecia, Obama usa de construções gramaticais distintas para falar dos ataques contra israelenses e palestinos. No caso de Israel, há uma construção de voz ativa “os mísseis são lançados contra”, já no caso palestino há uma construção de voz passiva “as crianças de Gaza foram tiradas”. Conforme explicado no capítulo 1 e demonstrado ao longo desse subcapítulo, a escolha da voz ativa ou passiva em uma construção gramatical é importante para conferir a responsabilidade dos atos. No caso da voz passiva, a ação torna-se uma entidade por si só, mascarando a responsabilidade dos atos (FAIRCLOUGH, 1989).

Além do uso de vozes ativa e passiva e do uso do processo de nominalização, são constantes nos discursos de Obama o uso de recursos gramaticais e linguísticos e de estratégias discursivas que

---

<sup>147</sup> No original: “The status quo in the West Bank and Gaza is not sustainable. We cannot afford to turn away from this effort -- not when rockets are fired at innocent Israelis, or the lives of so many Palestinian children are taken from us in Gaza. So long as I am President, we will stand up for the principle that Israelis, Palestinians, the region and the world will be more just and more safe with two states living side by side, in peace and security”.

acabam sendo determinantes em um processo de manipulação da identidade dos grupos por ele tratados – os israelenses, palestinos e de muçulmanos. Essa manipulação das imagens desses grupos só é possível graças às ênfases nas diferenças de poder, status e autoridade, como também da apresentação do discurso como um reflexo fiel da realidade e o uso de jargões e registros linguísticos que acabam se tornando sinônimos graças ao seu uso como parte de um esquema de classificação (FAIRCLOUGH 1989; ROJO, 2004).

### *Considerações parciais*

O uso de recursos linguísticos permite induzir interpretações que são sempre favoráveis a um dos lados representados nos discursos. Apesar de discursos mais pró-Palestina antes de se tornar presidente e das críticas de Obama ao governo israelense, no caso dos discursos sobre a Guerra dos 51 dias, Obama, a partir de seus discursos, se mostrou mais favoráveis às ações de Israel. Além disso, graças à forma como o presidente escolheu apresentar as ações palestinas, ele contribuiu para a manutenção de um senso comum que retrata a causa palestina como um povo que busca destruir e perturbar a paz dos israelenses<sup>148</sup>. No que tange a presença do discurso orientalista/islamofóbico, durante a guerra na Faixa de Gaza, não foi possível identificar tais elementos no discurso de Obama, contudo, menos de um mês depois, o discurso do presidente na AGNU fez uso de jargões e de ideias de senso comum para caracterizar muçulmanos e o islã, ideias essas que são uma reprodução dos mesmos discursos preconceituosos que perduram desde o século XI.

---

<sup>148</sup> De acordo com Said (2007), “O árabe, portanto, é concebido agora como uma sombra que persegue o judeu. Nessa sombra – porque os árabes e os judeus são semitas orientais – pode ser colocada qualquer desconfiança tradicional e latente que o ocidental sente em relação ao oriental. Pois o judeu da Europa pré-nazista bifurcou-se: o que temos agora é um herói judaico, construído a partir de um culto reconstruído do orientalista-aventureiro-pioneiro, e sua sombra rastejante, misteriosamente temível, o oriental árabe. Isolado de tudo exceto do que lhe foi criado pelo polêmico orientalista, o árabe está acorrentado a um destino que o fixa e o condena a uma séria de reações, punidas com regularidade por aquilo que Barbara Tuchman dá o nome teológico de “a espada rápida e terrível de Israel” (SAID, 2007, p. 382-3).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980 assistiu ao surgimento de um novo grupo de historiadores israelenses que buscaram recontar a história da criação do Estado de Israel e suas consequências para a Palestina a partir de documentos oficiais do governo que foram disponibilizados para o público. Desde então, uma nova abordagem surgiu para se buscar entender os acontecimentos na região da Palestina histórica, o presente trabalho se enquadra nesse esforço.

Para tanto, foram estabelecidos como objetivos do trabalho traçar a evolução histórica e social do orientalismo, identificar como surgiu a islamofobia, descrever os acontecimentos da Guerra dos 51 dias e, por fim, analisar os discursos de Barack Obama sobre a guerra a partir da tradição orientalista/islamofóbica a fim de se buscar uma explicação que fosse além da tradicional resposta da influência do lobby israelense nos EUA como justificativa para os acontecimentos naquela região. Dessa forma, a hipótese específica do trabalho era que o discurso islamofóbico aparece quando não deveria aparecer, colocando o islã como causa e não como contexto de conflitos, inviabilizando uma abordagem crítica e imparcial dos fatos. No caso, este trabalho buscou analisar os discursos de Barack Obama a respeito da ofensiva israelense de julho-agosto de 2014. Em consonância com a hipótese principal do trabalho e com os objetivos apresentados, a hipótese secundária era que a islamofobia é uma consequência das ideias colocadas pela chamada tradição orientalista, ou seja, a islamofobia não é um mal do século, mas sim o produto de uma construção histórica.

Para alcançar os objetivos do trabalho e responder a sua principal hipótese, a estrutura do mesmo foi importante. Em um primeiro momento, no capítulo 2, foi apresentada a discussão sobre a ACD e como essa poderia ser utilizada nas análises de relações internacionais quando em conjunto com a teoria construtivista. A ACD é uma das vertentes da AD e surge na década de 1980 dentro do que se conceituou chamar virada linguística, movimento dos estudos linguísticos e filosóficos que transbordou para as demais ciências humanas e apontou para a necessidade de se analisar melhor a linguagem nas ciências sociais.

Ao se entender a linguagem como uma parte intrínseca das relações sociais, tem-se que a utilização da linguagem é uma prática social e essa prática é responsável pela construção do mundo como o conhecemos. Em função disso, a opção pela análise de discurso é uma escolha também ideológica, uma vez que ao se optar pela AD também se escolhe tentar reconstruir o mundo, fazendo uso de informações e detalhes que foram descartados ou marginalizados.

Em função disso, a ideia trazida por Gracia (2004, p. 33) de que “a linguagem não só faz pensamentos como faz realidades” é, provavelmente, uma das mais importantes desse trabalho. Ao entender que a linguagem e, conseqüentemente, os discursos, são responsáveis por construir realidades, tem-se que nosso conhecimento, ou, fazendo uso dos conceitos aqui apresentados, nosso MR, não é nosso, mas sim uma construção social, repleta de coisas não ditas e de regras, convenções e senso comum que foge do nosso controle. Isso não significa dizer que nossas ideias são uma farsa, mas sim que nossas ideias não são apenas nossas e que alguém trabalhou muito para que elas fossem formuladas. Isso é consequência direta das relações de poder que abarcam todas as relações, em todos os seus níveis, seja no âmbito privado, público ou mesmo do Sistema Internacional.

Além disso, a linguagem utilizada nos discursos não está isenta de preconceitos e valores morais, o que nos permite dizer que “falar sobre os mundos é sempre normativo” (ONUF, 2002, p. 23), ou seja, os estudos sobre o Oriente Próximo são, em sua maioria, construções normativas de um Ocidente incapaz de compreender a sua plenitude. Por mais que os estudiosos da região tenham buscado em textos e por meio de estudos de campo compreender a região, a representação que foi passada era estereotipada. Essa representação, contudo, acabou se tornando regra, não tendo sido muito contestada. De certa forma, podemos dizer que se instituiu um regime cheio de estigmas e preconceitos contra os árabes muçulmanos.

A construção desse regime orientalista/islamofóbico é tratada no capítulo 3. O processo histórico que construiu o preconceito, o medo e o ódio ao árabe muçulmano teve início no século XI e continuou ao longo da história ocidental. Durante todo esse período criou-se a ideia de que tantos os árabes muçulmanos como o islã eram a antítese do ocidental e do cristianismo, o que apenas contribuiu para que o medo e o preconceito fossem alimentados.

A consequência desse processo de formação do conceito de árabe muçulmano são anos de desconhecimento e de imposição de políticas e fronteiras artificiais que prejudicam a região e que geraram consequências para o resto do mundo. Após a Revolução Iraniana em 1979 e, mais recentemente, após os atentados de 11 de setembro de 2001, o desconhecimento sobre a cultura e a religião gerou no Ocidente uma mistura de pavor e preconceito contra o árabe muçulmano que contribuiu para que o orientalismo ganhasse uma nova forma, a da islamofobia. Dessa forma, pudemos confirmar a primeira hipótese do trabalho: a islamofobia é uma evolução do orientalismo, uma vez que, se não fosse toda a construção histórica do mesmo, a percepção ocidental do árabe muçulmano poderia ser diferente. Isso é uma consequência direta do pensamento binário ocidental que divide as coisas, e o mundo, para conseguir fazer com que o mesmo faça sentido.

Além disso, acredita-se que alguns dos objetivos do trabalho também foram cumpridos ao longo dos capítulos 3 e 4. Neste é possível identificar a evolução histórica e social que o orientalismo passou até se apresentar por sua faceta islamofóbica, assim como também foi possível descrever os acontecimentos da Guerra dos 51 dias. É importante ter em mente que toda essa construção do árabe muçulmano tem consequência direta no caso da Palestina. A construção histórica de preconceitos sobre os habitantes da região e de sua religião foram reforçados durante o século XX, principalmente após a inauguração do Estado de Israel, quando se criou a ideia de que os palestinos nativos daquele território eram um obstáculo à paz e a prosperidade da população israelense e do novo Estado ali criado.

Dessa forma, o conflito que ocorreu nos meses de julho e agosto de 2014, tido como o mais violento desde a Guerra de 1967, foi justificado como algo necessário para a sobrevivência do Estado de Israel e de sua população, tanto por seu governo como por representantes de outros Estados, principalmente por Barack Obama. O que não se justifica, contudo, é a morte de mais de 500 crianças e a destruição de infraestrutura básica, como escolas, estações de tratamento de água e esgoto e de distribuição de energia elétrica como parte de uma política de sobrevivência, a não ser que a política de sobrevivência tenha como pressuposto a limpeza étnica total da população palestina da região.



Por mais controversa que seja, fica a contribuição dessa abordagem sobre as relações entre Israel e Palestina, que foi iniciada pelos novos historiadores israelenses com base em documentos oficiais do governo de Israel, que busca apresentar uma nova leitura dos acontecimentos na região. Trazer essa discussão é importante não apenas para abordar o tema de uma forma diferente, mas também numa tentativa de buscar entender melhor os quase setenta anos de história de Israel e Palestina.

Toda essa construção teórica e histórica dos capítulos 2, 3 e 4 culminaram nas análises feitas ao longo do capítulo 5. O estabelecimento do contexto e a teoria apresentada foram as ferramentas utilizadas para se entender o que foi colocado por Barack Obama nos seus discursos sobre a Guerra dos 51 dias. Ao longo do capítulo foi traçado um pouco da construção do indivíduo Barack Hussein Obama e apresentando alguns dos dilemas e obstáculos que ele sofreu ao longo, principalmente, de sua campanha presidencial.

Negro, filho de imigrante, com um nome muçulmano, Obama foi constantemente questionado sobre sua origem e sua religião, fora taxado de terrorista e acusado, ao longo de seus anos de governo, de não ter nascido nos EUA, pré-requisito para ser presidente. Além disso, suas relações e discursos de antes de assumir a presidência pesavam muito nas críticas que lhes eram feitas, em especial sua relação com a comunidade palestina de Chicago, parte de seu eleitorado, quando ainda era Senador pelo estado de Illinois.

Durante seus anos na Casa Branca, foi perceptível a mudança no tratamento de Obama a Israel. Apesar do péssimo relacionamento com o Primeiro Ministro Netanyahu não houve uma mudança prática nas ações dos EUA para os acontecimentos entre Israel e Palestina. Por mais que seu governo seja tido como o de pior relacionamento entre os líderes dos EUA e de Israel, as políticas e discursos de sua administração se mostraram ser bastante contrárias aos seus discursos e ao seu posicionamento político antes de ser eleito presidente. Muito pelo contrário, os discursos analisados ao longo do capítulo 5 demonstram, na verdade, uma predileção do presidente Obama e a busca constante pela defesa das ações de Israel, mesmo quando ciente da utilização de força desproporcional pelo exército israelense.

Essa predileção do presidente Obama por Israel, mesmo contrariando seus discursos antes de assumir a presidência, também

estava presentes em seus discursos ao longo da guerra, contudo, pelo que foi analisado ao longo do capítulo 5, não é possível dizer que elementos islamofóbicos estavam presentes nos discursos do presidente Barack Obama sobre a Guerra dos 51 dias. O que foi possível observar foi uma preferência por Israel em seus discursos, além de uma tentativa constante de culpabilizar sempre o lado palestino pelo conflito, indicando que as ações de Israel poderiam ser entendidas como autodefesa.

Apesar disso, tendo em vista o contexto da guerra, o discurso feito pelo presidente na AGNU, em setembro de 2014, apresenta elementos de um discurso islamofóbico. Na oportunidade, Obama relacionou, em vários momentos de seu discurso, o terrorismo com o islã, voltou a citar os mísseis lançados em direção a Israel durante o conflito de julho-agosto de 2014, além de ter feito a escolha de afirmar que o islã foi corrompido por extremistas. Mas, mais do que apenas as escolhas de palavras feitas pelo presidente, as estratégias de discurso, as construções gramaticas e todos os recursos linguísticos por ele utilizados, fazem parte de um discurso que constrói ideias e percepções de mundo que demonstram a islamofobia em seu discurso.

Contudo, o que chama a atenção nessa questão é justamente a mudança de posicionamento de Obama quanto à questão Israel-Palestina. Essa mudança, conforme demonstrado também no capítulo 4, tem bastante relação com a influência de grupos políticos, os chamados lobbies, em seu governo. Logo, no caso de Obama, a compreensão da islamofobia em seu discurso, exige uma pesquisa não apenas da sua pessoa e de suas políticas, mas de como e quais grupos de interesse interferiram na sua gestão.

## 7. REFERÊNCIAS

ABDEL-MALEK, ANOUAR. Orientalism in crisis. **SAGE Journals**, Vol.11, No. 44, p. 103-140, 1963.

\_\_\_\_\_. **A dialética social**. Paz e Terra, Petrópolis, 1975.

ALLEN, Cris. **Islamophobia**, Ashgate, Farnham, 2010.

AL-SHAKI-ALI, Anas. Islamophobic discourse masquerading as arts and literature: combating myth through progressive education. KALIN, Ibrahim, **Islamophobia: The challenge of Pluralism in the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. 143-172, 2011.

AUGUSTINE, Jonathan C., THIBODEAUX, Hon. Ulysses Gene, Forty years later: chronicling the Voting Rights Act of 1965 and its impact on Louisiana's Judiciary In: **Louisiana Law Review**, Vol. 66, p. 453-494 2016.

BARACK OBAMA, Biography.com. Direção e Produção de Biography.com Editors, n/d, n/d. Disponível em: <<https://www.biography.com/people/barack-obama-12782369>>. Acessado em: 29 de maio de 2017.

BARAK, Frank, CHOMSKY, Noam, PAPPÉ, Ilan, **On Palestine**, Haymarket Books, Chicago, 2015.

BIRKENTHAL, Sara, **Grand Strategy in U.S. Foreign Policy: The Carter, Bush, and Obama Doctrines**, 2013. 108f. Tese (Doutorado). CLAREMONT McKENNA COLLEGE, 2013.

BLUMENTHAL, Max. Politicide in Gaza: How Israel's Far Right Won the War, **Journal of Palestine Studies**, Vol. XLIV, No. 1, p.14-28, 2014.

\_\_\_\_\_, **Ruin and Resistance in Gaza: The 51 day War**, Nation Books, Nova Iorque, 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. From hope to audacity: appraising Obama's Foreign Policy In: **Foreign Affairs**, Vol. 89, No. 1, p. 16-30, 2010.

B'TSELEM. **50 days: more than 500 children. Facts and figures on fatalities in Gaza, Summer 2014.** n/d. 2014 Disponível em: <[http://www.btselem.org/2014\\_gaza\\_conflict/en/](http://www.btselem.org/2014_gaza_conflict/en/)>. Acessado em: 17 de maio de 2017.

BUTTU, Diana. **BLAMING THE VICTIMS**, *Journal of Palestine Studies*, Vol. XLIV, No. 1, p. 91-96, 2014.

CESARY, Jocelyn. Islamophobia in the West: A comparison between Europe and the United States, **Islamophobia: The challenge of Pluralism is the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. 21-43, 2011.

COLE, Juan. Islamophobia and American Foreign Policy rhetoric: The Bush years and after, **Islamophobia: The challenge of Pluralism is the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. 127-142, 2011.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. Contexto, São Paulo, 2013.

ELECTION CENTER, CNN, Nova Iorque, 17 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/ELECTION/2008/results/president/>>. Acessado em: 29 de maio de 2017.

ESPOSITO, John L. Introduction, **Islamophobia: The challenge of Pluralism is the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. xxi-xxxv, 2011.

ESPOSITO, John. Foreword, **The Islamophobia Industry: How the Right manufactures fear of muslims**, Pluto Press, Londres, p. x-xiii, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**, Longman, Essex 1989.

\_\_\_\_\_. **Discourse and social change**, Polity Press, Cambridge, 1993.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse: textual analysis for social research**, Routledge, Londres, 2003.

FILIU, Jean-Pierre. The Twelve Wars on Gaza, **Journal of Palestine Studies**, Vol. XLIV, No. 1, p. 52-60, 2014.

FINKELSTEIN, Norman G. **Goldstone Recants: Richard Goldstone renews Israel's license to kill**, OR Books, Nova Iorque, 2011.

\_\_\_\_\_. **Methods and Madness: The hidden story of Israel's assault on Gaza**, OR Books, Nova Iorque, 2014.

GOMES, A.R.. **A questão da Palestina e a fundação do Estado de Israel. 2001.** 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

GOMES, Aureo T. Análise do discurso e relações internacionais: duas abordagens, **Revista Política Hoje**, Vol. 20, n. 2, p. 642-677, 2011.

GRACIA, T. I. O “giro linguístico”, **Manual de análise do discurso em ciências sociais**, Vozes, Petrópolis, p. 19-49, 2004.

GREENBURG, Gabriel, GOTTSCHALK, Peter. From Muhammad to Obama: caricatures, and stereotypes of muslims, **Islamophobia: The challenge of Pluralism in the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. 191-209, 2011.

GRESH, Alain. Islamophobie. **Le Monde Diplomatique**. Novembro de 2001. Disponível em: <http://www.mondediplomatique.fr/2001/11/GRESH/8182>. Último acesso: 20 de Janeiro de 2016.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**, Companhia de Bolso, São Paulo, 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Objetiva, Rio de Janeiro, 1997.

INDIK, Martin S., LIEBERTHAL, Kenneth G., O'HANLON, Michel E. A Progressive Pragmatist Tries to Bend History, **Foreign Affairs**, Vol. 91, No.3, p. 29-43, 2012.

INTERNATIONAL COURT JUSTICE. **Summary of the Advisory Opinion of 9 July 2004**, Hague, 2004.

ĨNIGUEZ, Lupicinio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas, **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Vozes, Petrópolis, p. 105-160, 2004.

KALIN, Ibrahim. Islamophobia and the limits of multiculturalism, **Islamophobia: The challenge of Pluralism in the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. 3-20, 2011.

KAPLAN, Fred, Obama's Way: the President in Practice, **Foreign Affairs**, Janeiro/Fevereiro 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-07/obamas-way>>. Acessado em: 27 de maio de 2017.

KHALID, Walid. Plan Dalet: Master Plan for the Conquest of Palestine, **Journal of Palestine Studies**, Vol 18, No1, p. 4-33, 1988.

KIMMERLING, Baruch, **Politicide: Ariel Sharon's war against the Palestinians**, Verso, Londres, 2003.

KRATOCHWIL, Friederich. **Rules, norms and decisions: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs**. Cambridge University Press, 1989.

KUBÁLKÓVA, Vendulka, ONUF, Nicholas, KOWERT, Paul. **International Relations in a constructed world**, Routledge, Oxon, 1998.

KUMAR, Deepa. **Islamophobia and the politics of empire**, Haymarket Books, Chicago, 2012.

LEAN, Nathan. **The Islamophobia Industry: How the Right manufactures fear of muslims**, Pluto Press, Londres, 2012.

LITTLE, Douglas. **American orientalism: the United States and the Middle East since 1945**. The University of North Carolina Press, 2008.

MARINHO, H.A.M.P. **Ocupação israelense na Palestina: colonialidade, geopolítica e violações de direitos**. 2015. 135f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.

MARRANCI, Gabriele. Multiculturalism, Islam and the clash of civilisations theory: rethinking Islamophobia. **Culture and Religion**. Vol. 5, No1, p. 105-117, 2004.

MASTNAK, Tomaž. Western hostilities towards Muslims: A history of the present, **Islamophobia/Islamophilia: Beyond the politics of enemy and friend**, Indiana University Press, Bloomington, p. 29-52, 2010.

MEARSHEIMER, John, WALT, Stephen. **The Israel Lobby and US Foreign Policy**, Farrar, Straus and Giroux, Nova Iorque, 2007.

MUNAYYER, Yousef. Crisis Moments: shifting the discourse, **Journal of Palestine Studies**, Vol. XLIV, No. 1, p. 97-105, 2014.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. Estudo da nominalização no discurso jornalístico, In: **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, p. 145-160, 2008.

PERVERTER. In: DICIONÁRIO MICAELIS. São Paulo, Melhoramentos, 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=perverter>>. Acessado em: 10 de maio de 2017.

OBAMA, Barack. **Dreams of my father**, Three Rivers Press, Nova Iorque, 2004.

\_\_\_\_\_. **Remarks by the President at the Annual Iftar Dinner, July 14, 2014**. 2014a.. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/07/14/remarks-president-annual-iftar-dinner-july-14-2014>>. Acessado em: 18 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Remarks by the President on Foreign Policy**. 2014b. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/07/16/remarks-president-foreign-policy>>. Acessado em: 18 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Statement by the President on Ukraine**. 2014c. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/07/18/statement-president-ukraine>>. Acessado em: 18 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Statement by the President on the Situation in Ukraine and Gaza.** 2014 d. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/07/21/statement-president-situation-ukraine-and-gaza>>. Acessado em: 18 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Remarks by the President at Press Conference After U.S.-Africa Leaders Summit.** 2014e. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/08/06/remarks-president-press-conference-after-us-africa-leaders-summit>>. Acessado em: 18 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Remarks by President Obama in Address to the United Nations General Assembly.** 2014f. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/09/24/remarks-president-obama-address-united-nations-general-assembly>>. Acessado em: 18 de abril de 2017.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: rules and rule in social theory and international relations**, University of South Carolina Press, Columbia, 1989.

\_\_\_\_\_. **Constructivism: a user's manual**, 1998, **Making sense, making worlds: constructivism in social theory and international relations**, Routledge, Oxon, 2013.

\_\_\_\_\_. **Worlds of our making**, 2002, **Making sense, making worlds: constructivism in social theory and international relations**, Routledge, Oxon, 2013.

\_\_\_\_\_. **Fitting metaphors**, 2010, **Making sense, making worlds: constructivism in social theory and international relations**, Routledge, Oxon, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**, Editora Pontes, Campinas, 2009.

PAPPE, Ilan. **A History of Modern Palestine**. Cambridge Univeristy Press, Nova Iorque, 2004.



PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas, **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, Ed. UNICAMP, Campinas, 1993

PINTO, Célia R. J. **Elementos para análise de discurso político**, Barbarói (USCS), v. 24, p. 87-118, 2006.

RAYMOND, Walter John. **Dictionary of Politics: selected American and Foreign Political and Legal Terms**, Brunswich Publishing Corporation, Lawrenceville, 1980.

ROJO, Luiza M. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre racismo, **Manual de análise do discurso em ciências sociais**, Vozes, Petrópolis, p. 206-257, 2004.

RUEBNER, Josh, Obama's Legacy on Israel/Palestine In: **Journal of Palestine Studies**, Vol. 46, No. 1, 2017, pp. 50-60.

RUNNYMEDE TRUST. **Islamophobia: a challenge for us all**, 1997.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

SAIF, Atef Abu. **The drones eats with me – A Gaza diary**, Beacon Press, Boston, 2016.

SALTZMAN, Ilai Z. **Not so 'special relationship'? US-Israel relations during Obama's first term**, 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/85ec446b-82ec-4b2d-a6fd-5c69c3daf21c.pdf>>. Acessado em: 29 de maio de 2017.

SHYROCK, Andrew. Introduction: Islam as an object of fear and affection, A history of the present, **Islamophobia/Islamophilia: Beyond the politics of enemy and friend**, Indiana University Press, Bloomington, p. 1-25, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Pela 1ª vez, país terá candidatos que nunca serviram o Exército, In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/36975-pela-1-vez-pais-tera->

candidatos-que-nunca-serviram-o-exercito.shtml>. Acessado em: 29 de maio de 2017.

SPECIAL DOCUMENT FILE: BARACK OBAMA AND THE ARAB-ISRAELI CONFLICT, **Journal of Palestine Studies**, Vol. 38, No. 2, p. 64-75, 2009.

THE CRUSADES: AN ARAB PERSPECTIVE. AlJazeera. n/d. 2016. Disponível em: < <http://www.aljazeera.com/programmes/the-crusades-an-arab-perspective/2016/12/shock-crusade-conquest-jerusalem-161205081421743.html>>. Acessado em: 20 de dezembro de 2016.

WAISMEL-MANOR, Israel. What's in a Name? The influence of President Obama's middle name on Middle Eastern and U.S. perceptions **Political Behavior**, p. 621-641, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**, Boitempo, São Paulo, 2007.

WALTERS, Ron. Barack Obama and the Politics of Blackness, **Journal of Black Studies**, Vol. 38, No. 1, The Barack Obama Phenomenon, p. 7-29, 2007.

ZEBIRI, Kate, Orientalist themes in contemporary British Islamophobia, **Islamophobia: The challenge of Pluralism in the 21<sup>st</sup> century**, Oxford University Press, Nova Iorque, p. 173-190, 2011.